

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Contábeis
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade

Camila Viana Brasil

**A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19 NA PERCEPÇÃO DO BEM-ESTAR
FINANCEIRO**

Belo Horizonte
2022

Camila Viana Brasil

**A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19 NA PERCEPÇÃO DO BEM-ESTAR
FINANCEIRO**

Versão Final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade – Linha Controladoria e Finanças – do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Aureliano Angel Bressan

Belo Horizonte
2022

Ficha catalográfica

B823i
2022
Brasil, Camila Viana.
A influência da pandemia de COVID-19 na percepção do bem-estar financeiro [manuscrito] / Camila Viana Brasil. – 2022.
128 f.: il. e tabs.

Orientador: Aureliano Angel Bressan.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade.

Inclui bibliografia (f. 107-116) e apêndices.

1. Bem-estar econômico – Teses. 2. COVID-19 (Doença) – Teses. 3. Educação financeira – Teses. I. Bressan, Aureliano Angel. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade. III. Título.

CDD: 330.155

Elaborado por Leonardo Vasconcelos Renault CRB-6/2211
Biblioteca da FACE/UFMG. – LVR/065/2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

FOLHA DE APROVAÇÃO

A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19 NA PERCEPÇÃO DO BEM-ESTAR FINANCEIRO

CAMILA VIANA BRASIL

Dissertação de mestrado defendida e aprovada, no dia 26 de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Prof(a). Dr(a). KELMARA MENDES VIEIRA

UFSM

Prof. Dr. MARCOS ANTÔNIO DE CAMARGOS

UFMG

Prof. Dr. AURELIANO ANGEL BRESSAN - Orientador

UFMG

Belo Horizonte, 26 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Aureliano Angel Bressan, Professor do Magistério Superior**, em 27/04/2022, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelmara Mendes Vieira, Usuário Externo**, em 27/04/2022, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio de Camargos, Professor do Magistério Superior**, em 08/06/2022, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1369783** e o código CRC **49C0F44D**.

Referência: Processo nº 23072.218588/2022-21

SEI nº 1369783

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela vida, por ter me guiado, por ter me dado forças para superar todas as dificuldades enfrentadas até aqui e por me permitir mais esta vitória. Sem Ele nada seria possível.

Aos meus pais, Sônia e Jorge, por me trazerem ao mundo e apoiarem minhas decisões. De maneira especial, à minha mãe pelo amor incondicional, por estar ao meu lado, por ser meu porto seguro, minha fortaleza. Muito obrigada mãe, por sempre acreditar em mim.

Ao meu marido, Valdenei, pelo amor, companheirismo, por todo incentivo e compreensão nos vários momentos em que estive ausente. Com certeza, sem a sua ajuda e o seu apoio não seria possível chegar até aqui. A você meu agradecimento e todo meu amor! Essa conquista também é sua.

À família Sena pela torcida e orações, em especial às minhas irmãs do coração Jojô e Josinha pelo amor fraternal, pela consideração e o carinho de sempre. Agradeço pela nossa amizade, por todo incentivo e, principalmente, por não me deixarem desistir.

Ao meu orientador, Professor Doutor Aureliano, por aceitar a minha orientação, pelo apoio, pela disponibilidade e ensinamentos. As suas contribuições foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

À banca examinadora pelas excelentes sugestões de melhoria, a generosidade do olhar de vocês, sem dúvida, transformou esta pesquisa. Em particular, à professora Kelmara – de quem tive o prazer de ser aluna – pelos valiosos ensinamentos e por toda disponibilidade e ajuda.

A todos os professores e colegas do mestrado em Controladoria e Finanças da UFMG pelo compartilhamento de saberes e experiências e por todo apoio. Em especial aos meus queridos amigos, Cinthia, Raquel e Vanderson pelo companheirismo, pela força e pelas trocas em todos os momentos, tornando essa caminhada um pouco mais leve. As palavras de conforto e a amizade de vocês foram essenciais para a conclusão desta etapa da minha vida. Vocês são presentes que o mestrado me deu.

Aos colegas da Faculdade de Direito pela torcida e divulgação desta pesquisa. Em especial à Professora Mônica e ao Professor Hermes pelo apoio e por viabilizarem minha participação

no mestrado e a minha amiga e companheira de trabalho Joelma pela parceria, cumplicidade e por cuidar tão bem da Seção de Contabilidade durante minha breve licença.

Ao Grupo Controller pela confiança e apoio que tornaram possível a realização deste sonho. Em especial ao meu tio Libério, pela força e por sempre acreditar em mim. Você foi, é e sempre será um grande exemplo para mim.

Aos meus familiares, especialmente às minhas tias Alda e Leninha, que me auxiliaram e se empenharam na divulgação e aplicação dos questionários, além do apoio e incentivo para chegar até aqui. A Camila que sou hoje é fruto da minha convivência com vocês.

A todos os amigos e colegas dos quais não citarei nomes para não correr o risco de parecer injusta caso esqueça o nome de alguém. Agradeço por torcerem por mim, compreenderem minhas ausências e compartilharem comigo das alegrias deste momento.

Por fim, agradeço a todos, conhecidos e desconhecidos, que dedicaram seu tempo para responder e compartilhar o questionário sem receber nada em troca, sem vocês esta pesquisa não seria possível. A todos vocês o meu muito obrigada!

“Seguir uma meta sem hesitar, eis o segredo do sucesso.”

(Anna Pavlova)

“Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir, entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir”

(Cora Coralina)

RESUMO

O bem-estar financeiro pode ser definido como um estado de ser do indivíduo no qual ele consegue cumprir com os seus compromissos financeiros presentes e futuros, sentindo segurança no seu futuro financeiro. O objetivo do presente estudo consiste em verificar a influência da pandemia de Covid-19 no bem-estar financeiro dos brasileiros. A pesquisa foi realizada com 591 respondentes brasileiros e como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário eletrônico estruturado, composto por trinta e nove questões segregadas em cinco blocos, que abordou variáveis relativas a quatro construtos: *percepções da situação financeira*, *bem-estar financeiro*, *ignorância financeira*, *educação financeira*, além de aspectos socioeconômicos e demográficos. Para análise dos dados, foram aplicadas as técnicas de estatística descritiva, Teste *t* e ANOVA *Post Hoc* e modelagem de equações estruturais. Os resultados indicaram que a Pandemia de Covid-19 influenciou negativamente na percepção de BEF, com aumento das incertezas e inseguranças dos indivíduos em relação ao seu futuro financeiro durante o período pandêmico, maior pessimismo em relação às percepções da situação financeira familiar atual, bem como para as perspectivas da situação futura; baixo nível de ignorância financeira e alto nível de educação financeira. Foram identificadas diferenças de médias significativas para as variáveis socioeconômicas e demográficas em relação aos quatro construtos analisados, com exceção da variável *idade*, que não apresentou diferenças entre os grupos. Verificou-se ainda que as mulheres e os indivíduos mais vulneráveis financeiramente são os que relataram uma maior perda de BEF durante a pandemia. A percepção da situação financeira futura é o construto que mais impacta na perda de bem-estar financeiro durante períodos turbulentos e estressantes como na Pandemia de Covid-19. Por fim, destaca-se como principal contribuição do estudo a proposição de um modelo integrado utilizado para a mensuração da mudança do BEF em decorrência da pandemia.

Palavras-chave: Bem-estar financeiro. Covid-19. Ignorância financeira. Educação financeira.

ABSTRACT

Financial well-being can be defined as a state of being of the individual in which he can fulfill his present and future financial commitments, feeling security in his financial future. The objective of the present study is to verify the influence of the Covid-19 pandemic on the financial well-being of Brazilians. The survey was carried out with 591 Brazilian respondents and as a data collection instrument, a structured electronic questionnaire was used, consisting of thirty-nine questions segregated into five blocks, which addressed variables related to four constructs: perceptions of financial situation, financial well-being, financial ignorance, financial education, as well as socioeconomic and demographic aspects. For data analysis, descriptive statistics, t-test and Post Hoc ANOVA and structural equation modeling were applied. The results indicated that the Covid-19 Pandemic negatively influenced the perception of BEF, with an increase in the uncertainties and insecurities of individuals regarding their financial future during the pandemic period, greater pessimism regarding the perceptions of the current family financial situation, as well as for the prospects of the future situation; low level of financial ignorance and high level of financial education. Significant mean differences were identified for the socioeconomic and demographic variables in relation to the four analyzed constructs, except for the age variable, which showed no differences between the groups. It was also found that women and the most financially vulnerable individuals reported the greatest loss of BEF during the pandemic. The perception of the future financial situation is the construct that most impacts the loss of financial well-being during turbulent and stressful periods such as the Covid-19 Pandemic. Finally, the main contribution of the study is the proposition of an integrated model used to measure the change in BEF as a result of the pandemic.

Keywords: Financial well-being. Covid-19. Financial ignorance. Financial education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro com as variáveis Socioeconômicas e Demográficas e sua relação esperada com o bem-estar financeiro	36
Figura 2 - Modelo Teórico com apresentação das hipóteses de pesquisa	42
Figura 3 - Percepção da situação financeira antes da pandemia e as Perspectivas Futuras	46
Figura 4 - Escala para mensuração da influência da pandemia de Covid-19 na percepção de bem-estar financeiro (Perceived Financial Well-Being - PFWB).....	47
Figura 5 - Escala para mensuração da Ignorância Financeira (FHI).....	48
Figura 6 - Escala para avaliação da Educação Financeira.....	49
Figura 7 - Variáveis relativas aos aspectos socioeconômicos e demográficos.....	50
Figura 8 - Quadro resumo dos itens do instrumento de coleta de dados	51
Figura 9 - Quadro resumo das técnicas de análise dos dados.....	58
Figura 10 - Distribuição de frequência referente à percepção da situação financeira antes da pandemia e as perspectivas futuras da família.....	64
Figura 11 - Distribuição de frequência referente às perspectivas futuras do país e do mundoFonte: Dados da pesquisa (2022)	64
Figura 12 - Modelo de mensuração inicial do construto percepção da situação financeira	77
Figura 13 - Modelo de mensuração final do construto percepção da situação financeira com os respectivos coeficientes padronizados e as significâncias de cada variável.....	78
Figura 14 - Modelo de mensuração inicial do construto bem-estar financeiro com os respectivos coeficientes padronizados e as significâncias de cada variável.....	80
Figura 15 - Modelo de mensuração final do construto bem-estar financeiro com os respectivos coeficientes padronizados e as significâncias de cada variável.....	82
Figura 16 - Modelo de mensuração dos construtos de primeira ordem – Construto ignorância financeira	87
Figura 17 - Modelo de mensuração Inicial e final da escala de ignorância financeira com os respectivos coeficientes padronizados e as significâncias de cada variável.....	90
Figura 18 - Construções das medidas padronizadas de cada construto/dimensão	92
Figura 19 - Modelo Integrado Final com os coeficientes padronizados e significância das relações	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da amostra por região brasileira.....	60
Tabela 2 - Perfil dos respondentes para as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, ocupação, escolaridade e renda.....	60
Tabela 3 - Situação da renda e da reserva financeira durante a pandemia de Covid-19	62
Tabela 4 - Estatística descritiva do construto percepção da situação financeira antes da pandemia e as Perspectivas Futuras	65
Tabela 5 - Percentual válido da escala de bem-estar financeiro	67
Tabela 6 - Estatística descritiva do construto bem-estar financeiro	69
Tabela 7 - Percentual do construto ignorância financeira.....	71
Tabela 8 - Estatística descritiva do construto ignorância financeira	73
Tabela 9 - Frequência e percentual do construto educação financeira.....	74
Tabela 10 - Frequência e Percentual por classificação do nível de educação financeira	75
Tabela 11 - Índices de ajuste do construto percepção da situação financeira – Modelo inicial e final.....	77
Tabela 12 - Estatística de ajuste do construto bem-estar financeiro – Modelo inicial e final....	84
Tabela 13 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto bem-estar financeiro – Modelo Final	85
Tabela 14 - Estatísticas de ajuste para os construtos de primeira ordem – Construto ignorância financeira	86
Tabela 15 - Validade discriminante para as dimensões Evitar/Evasão da decisão, Evitar/Evasão da informação, Viés de agregação e Raciocínio Motivado	88
Tabela 16 - Estatísticas de ajuste do construto ignorância financeira – Modelo inicial e Modelo final.....	89
Tabela 17 - Coeficientes padronizados e significância das relações do modelo de mensuração do construto ignorância financeira – Modelo final	91
Tabela 18 - Estatísticas descritivas dos construtos bem-estar financeiro, percepção da situação financeira e ignorância financeira	92
Tabela 19 - Teste t de Student – Teste de diferenças de médias entre as variáveis e o construto BEF.....	95
Tabela 20 - Teste ANOVA – Valor e significância da homogeneidade da variância e do teste F das variáveis para o construto bem-estar financeiro.....	96

Tabela 21 - Teste Pos Hoc HSD de Tukey e Teste Post Hoc Games- Howell, média dos grupos e diferenças de médias das variáveis para o construto bem-estar financeiro.	96
Tabela 22 - Índices de ajuste do Modelo Integrado de BEF – Modelo inicial e Modelo final.	98
Tabela 23 - Coeficientes padronizados e significância das relações do modelo integrado – Modelo final	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC	Análise Fatorial Confirmatória
ANOVA	Análise de Variância
AVE	<i>Average Variance Extracted</i>
BEF	Bem-estar financeiro
Bem	Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFI	<i>Comparative Fit Index</i>
CFPB	<i>Consumer Financial Protection Bureau</i>
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FHI	<i>Financial Homo Ignorans</i>
GFI	<i>Goodness-of-Fit Index</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMF	<i>International Monetary Fund</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEE	Modelagem de Equações Estruturais
MEI	Microempreendedor Individual
MQO	Método dos Mínimos Quadrados Ordinários
NFI	<i>Normed Fit Index</i>
OECD	<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde

PBF	Programa Bolsa Família
<i>PFWB</i>	<i>Perceived Financial Well-Being</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PRONAMPE	Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
RMSR ou RMR	<i>Root Mean Square Residual</i>
RMSREA	<i>Root Mean Square Error of Approximation</i>
TLI	<i>Tucker-Lewis Index</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Contextualização	17
1.2 Questão de Pesquisa	21
1.3 Objetivos	23
<i>1.3.1 Objetivo geral</i>	<i>23</i>
<i>1.3.2 Objetivos específicos</i>	<i>23</i>
1.4 Justificativa e Relevância	23
2. REVISÃO DE LITERATURA	26
2.1 Bem-estar Financeiro	26
<i>2.1.1 As escalas para mensuração do bem-estar financeiro</i>	<i>30</i>
2.2 Os fatores determinantes do bem-estar financeiro	32
2.3 O contexto da pandemia de COVID-19 e o bem-estar financeiro	37
<i>2.3.1 Medidas Emergenciais criadas durante a Pandemia</i>	<i>39</i>
3. MODELO TEÓRICO E HIPÓTESES	42
4. METODOLOGIA	44
4.1 População e Amostra	44
4.2 Instrumento de Coleta de Dados	45
4.3 Aspectos éticos	52
4.4 Técnicas de Análise de Dados	52
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	59
5.1 Perfil da Amostra	59
5.2 Estatísticas Descritivas dos Construtos	63
5.3 Validação e análise da confiabilidade individual dos construtos	75
<i>5.3.1 Validação do Construto Percepção da Situação Financeira</i>	<i>76</i>
<i>5.3.2 Validação do construto bem-estar financeiro</i>	<i>79</i>
<i>5.3.3 Validação do Construto Ignorância Financeira</i>	<i>85</i>
5.4 Formação dos construtos validados	92
5.5 Análise da influência das variáveis socioeconômicas e demográficas nos construtos	93
5.6 Validação e análise do modelo integrado	98
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103

REFERÊNCIAS	107
APÊNDICES	117
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	117
Apêndice B – Instrumento de Coleta de Dados	119
Apêndice C – Frequência e percentual válido para a percepção da situação financeira antes da pandemia e as Perspectivas Futuras	128

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O aumento da variedade de produtos e a instabilidade da economia global no século XXI têm causado um aumento na complexidade das decisões financeiras, bem como nos desafios enfrentados pelos consumidores nas suas atividades econômicas e financeiras. Por isso, observa-se, na última década, o aumento de pesquisas destinadas a compreender as habilidades de gestão financeira, o comportamento financeiro e os seus impactos na vida pessoal e profissional dos indivíduos (Pijoh, Indradewa & Syah, 2020; Taft, Hosein, Mehrizi & Roshan, 2013), em virtude da importância desse assunto para a economia dos países (Bruggen, Hogreve, Holmlund, Kabadayi & Lofgren, 2017).

Assim, a temática sobre bem-estar financeiro (BEF) tem sido foco de pesquisas em diversos campos do conhecimento, tais como: economia, finanças comportamentais, psicologia econômica, marketing e comportamento do consumidor (Friedline, Chen & Morrow, 2021, Bruggen *et al.* 2017, O'Neill, Sorhaindo, Xiao & Garman 2005), em razão também da sua crescente relevância para os acadêmicos, formuladores de políticas públicas, gestores financeiros e empregadores (Netemeyer, Warmath, Fernandes & Lynch, 2018).

No passado, o bem-estar era sinônimo de felicidade geral ou satisfação com sua situação financeira ou bens (Taft *et al.*, 2013). No entanto, atualmente, para compreender o BEF faz-se necessária uma visão mais abrangente, além da mensuração de medidas objetivas da situação financeira (Collins & Urban, 2019, Plagnol, 2011). Apesar do BEF ter se tornado um tópico importante para os indivíduos, famílias, sociedade e governo, uma vez que envolve a formação de poupança e o comportamento financeiro de longo prazo, não existe um consenso na literatura que aborde um conceito universalmente aceito para o BEF (Mahendru, 2020; Bruggen *et al.*, 2017).

Sob essa perspectiva, com o objetivo de fornecer aos profissionais e acadêmicos uma maneira padronizada, confiável e amplamente disponível para mensuração do bem-estar financeiro, o *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB) propôs criar uma definição abrangente. Sendo assim, o bem-estar financeiro pode ser definido como “*um estado de ser do indivíduo no qual ele consegue cumprir com as suas obrigações financeiras atuais e futuras, sentindo segurança no seu futuro financeiro, sendo capaz de fazer escolhas que lhe permitam*

aproveitar a vida”¹ (CFPB, 2015, p. 6, tradução nossa). Essa definição é explorada no presente estudo como balizador para mensuração do construto BEF.

O aumento do nível de educação financeira tem um impacto positivo na vida pessoal e empresarial das pessoas. Haja vista que, o conhecimento financeiro ajuda a reduzir as pressões sociais e psicológicas e a aumentar o bem-estar da família e a qualidade de vida pessoal (Taft *et al.*, 2013). Da mesma maneira, Lyons (2008) evidenciou que a partir da educação financeira formal os indivíduos adquirem conhecimentos e desenvolvem práticas financeiras que possibilitam uma melhor administração e utilização dos seus recursos financeiros, destacando o uso de cartões de crédito, evitando assim comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar financeiro.

Para auxiliar na identificação de indivíduos com tendências vulneráveis à ignorância comportamental na tomada de decisões financeiras, este estudo utilizou a *Financial Homo Ignorans* (FHI), escala de *ignorância financeira* desenvolvida por Barrafrem, Vastfjall e Tinghog (2020a). Essa escala busca, de forma unificada, descrever a tendência dos indivíduos em ignorar aspectos relevantes de decisões financeiras. Os autores argumentam que a escala FHI tem como foco os aspectos comportamentais da aquisição e uso do conhecimento financeiro. Logo, os indivíduos que apresentam um alto nível de educação financeira são aqueles que não ignoram as informações financeiras, mas sim tentam compreendê-las e aplicá-las para a tomada de decisões mais sólidas e que trazem benefícios para a sua saúde financeira.

Nessa perspectiva, Barrafrem, Vastfjall e Tinghog (2020b) constataram ainda que as pessoas com baixos níveis de ignorância financeira relataram um nível mais alto de BEF durante uma desaceleração econômica repentina. Destarte, destaca-se a importância da economia e do ambiente econômico para compreender os impactos das crises e recessões econômicas sobre o BEF dos indivíduos (Friedline *et al.*, 2021). Durante e após períodos de crise econômica pode ocorrer a desestabilização financeira ocasionada pela interrupção da renda, redução na geração de riqueza, o aumento das dívidas, do desemprego e a incapacidade de honrar com os compromissos financeiros. Esses fatores associados às dificuldades econômicas podem resultar no aumento do estresse financeiro e, conseqüentemente, na redução do bem-estar financeiro das famílias (Friedline *et al.*, 2021).

¹Financial well-being as a state of being wherein a person can fully meet current and ongoing financial obligations, can feel secure in their financial future, and is able to make choices that allow them to enjoy life(CFPB, 2015, p. 6).

Dentro desse contexto macroeconômico, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Pandemia de Covid-19, o que afetou de forma significativa a economia global (Organization for Economic Co-operation and Development – OECD – 2020). Ademais, trouxe relevantes preocupações em relação à saúde pública em geral, bem como em relação ao bem-estar financeiro das pessoas, em virtude da redução da produção, da renda e da demanda por bens e serviços, ocasionados pela crise sanitária.

Conforme a nota técnica elaborada por Hecksher e Foguel (2020), as medidas de contenção da transmissão da Covid-19 no curto prazo como o distanciamento social e o *lockdown*, afetaram negativamente o mercado de trabalho, resultando no aumento significativo do desemprego e, conseqüentemente, afetando a renda dos trabalhadores e comprometendo o seu bem-estar financeiro. Para Barrett, Hogleve e Bruggen (2021) a pandemia de coronavírus resultou em inesperadas mudanças no cotidiano das pessoas, dado que as ações de muitos governos restringiram a movimentação dos indivíduos com o objetivo de conter a propagação da doença. Tais restrições reduziram a atividade econômica de maneira considerável e, portanto, os efeitos sobre o bem-estar financeiro tendem a ser significativos.

No Brasil, aproximadamente 29,6 milhões de pessoas foram infectadas e mais de 657 mil morreram por causa da doença, até março de 2022 (Ministério da Saúde, 2022). O impacto ocasionado pela pandemia resultou em uma recessão mundial de 3,2% em 2020, com as economias avançadas apresentando uma retração do Produto Interno Bruto (PIB), passando para -4,6% e as emergentes apresentando um PIB de -2,1%, conforme relatório publicado pelo International Monetary Fund (IMF) – Fundo Monetário Internacional – em 2021. Diante desse cenário pandêmico as perspectivas para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento foram reduzidas para 2021 (IMF, 2021).

Em comparação com os dados divulgados pela OECD (2021) e pela Agência Brasília (2021), o PIB da economia mundial apresentou uma retração de 3,5% em 2020, os países desenvolvidos registraram um PIB negativo de 4,8% e os países emergentes de -2,3% (OECD, 2021). Ainda de acordo com a OECD (2021), o PIB mundial, no quarto trimestre de 2020, foi 4% menor do que o esperado um ano antes da pandemia de Covid-19. Em virtude dos impactos causados pela pandemia, a taxa de desemprego global aumentou em 1,7% em comparação com 2019, passando para 7,1% em 2020 (OECD, 2021). Sendo assim, do ponto de vista econômico, a pandemia de Covid-19 impactou no aumento do desemprego e das dificuldades financeiras de muitas empresas, especialmente micro e pequenas, e das famílias (Vieira *et al.*, 2021a; Vieira, Bressan, Fraga & Klein 2021c).

Diante dos impactos causados pelo Coronavírus, Barrafrem *et al.* (2020b) investigaram as perspectivas futuras da população da Suécia e do Reino Unido ligadas a pandemia de COVID-19, e verificaram que o pessimismo em relação a situação econômica futura das famílias está associado ao nível de ignorância financeira e a diminuição do bem-estar financeiro. Por outro lado, essa mesma associação não foi identificada pelos autores ao avaliarem a percepção da situação econômica do país e do mundo, sugerindo que os fatores contextuais e os aspectos pessoais moldam o BEF dos indivíduos durante períodos de turbulência (crise).

No cenário brasileiro, observa-se também esse pessimismo em relação à situação financeira das famílias. De acordo com a pesquisa realizada em 2021 pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), apenas 18% dos brasileiros acreditavam que sua situação financeira familiar se recuperaria ainda em 2021 e para 55% dos pesquisados a recuperação só ocorreria a partir de 2022. Os mais pessimistas, que não viam qualquer perspectiva de recuperação das finanças pessoais em 2021, somaram 7%.

As principais inquietações que sustentam as perspectivas desfavoráveis sobre a recuperação da vida financeira familiar e da economia em curto prazo são: aumento do desemprego, queda do poder de compra, aumento da inflação e do custo de vida e aumento da taxa de juros e, não obstante, a expectativa de retomada econômica em 2022, permanece a percepção de que alguns dos principais aspectos da economia irão piorar nos próximos meses (FEBRABAM, 2021). Posto isto, destaca-se a importância de verificar as perspectivas futuras dos brasileiros em relação às mudanças na situação financeira das famílias, do país e do mundo após esse período pandêmico.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida por Vieira, Potrich, Bressan e Klein (2021c) evidenciou alguns dos impactos financeiros da pandemia, mostrando que a instabilidade no emprego é um fator relevante para a perda do bem-estar financeiro e aumento da ansiedade financeira durante esse período pandêmico. Conforme disposto pelos autores, esses achados são relevantes para destacar a importância da atuação dos agentes públicos na formulação de medidas para a manutenção do emprego e da renda, consequentemente, a estabilidade financeira de parte da sua população, reduzindo assim os impactos sobre a economia causados por essa crise sanitária.

1.2 Questão de Pesquisa

A pandemia de Covid-19 pode ser definida, de forma bastante sucinta, como uma situação de emergência de saúde pública que gerou impactos no país e no mundo. Embora ainda não tenha sido totalmente controlada, os números mostram que a letalidade da doença e a contaminação aos poucos vem sendo reduzidos. No período mais crítico da pandemia, no Brasil foram editados, para enfrentamento da Pandemia, a Lei 13.982/2020 e o Decreto 10.661/2021 em que o governo federal estabeleceu medidas emergenciais de proteção social dentre as quais figurou o pagamento do auxílio emergencial.

Esse auxílio foi uma remuneração paga com base nos requisitos estabelecidos pelo art. 2º da Lei 13.982/2020 com o objetivo de manter a população protegida no período da pandemia e dar condições para que as famílias continuassem enfrentando a crise econômica e financeira decorrente da situação de emergência causada pelo Coronavírus (Ministério da cidadania, 2021). Conforme disposto no Portal da Transparência do Governo Federal, no período de Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021, foram pagos auxílios emergenciais a mais de 36 milhões de beneficiários, o que representa, aproximadamente, um total de R\$ 54 bilhões de reais.

Apesar das medidas emergenciais de proteção social² adotadas pelo governo no período de 2020 a 2022, observa-se no contexto econômico do país, conforme estudo realizado no ano de 2021 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), um aumento significativo do endividamento e da inadimplência da população brasileira, atingindo proporções recordes em maio de 2021, alcançando 68% das famílias. Tal fato está associado às consequências econômicas da pandemia de Covid-19 que resultou em fragilidades do mercado de trabalho, com aumento do desemprego, alta da inflação e o menor valor do auxílio emergencial para os trabalhadores informais em 2021 (CNC, 2021). Conforme informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em maio de 2021, a taxa de desocupação do país no primeiro trimestre de 2021 foi de 14,7%, com um aumento de 0,8% em relação ao último trimestre de 2020 (IBGE, 2021).

² No intuito de atenuar os impactos da pandemia de Covid-19 na economia, o governo criou medidas emergenciais para garantir a renda e o emprego da população brasileira. Dentre elas destacam-se o Auxílio Emergencial, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) para os trabalhadores assalariados; e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) (Hecksher & Foguel, 2020).

Segundo Delafrooz e Paim (2011), os problemas financeiros, como o endividamento, têm influência importante no bem-estar financeiro, uma vez que geram implicações na vida pessoal, familiar, profissional e social do indivíduo. Portanto, as temáticas que envolvem consumo, gestão e planejamento financeiro são essenciais para determinar o BEF, principalmente, quando esses impactos são causados por crises econômicas na produção de bens e serviços (Vieira *et al.*, 2016a). Sabe-se que a pandemia de Covid-19 afetou todos os indivíduos de forma indiscriminada. Todavia, a percepção desses impactos sobre o bem-estar financeiro atual e sobre as perspectivas financeiras futuras para o período de pós-pandemia pode ser diferente para cada indivíduo (Barrafrem, Vastfjall & Tinghog, 2020b) e essas diferenças individuais na percepção de bem-estar financeiro podem levar a diferentes estratégias de enfrentamento da situação econômica atual gerada pela pandemia (Bruggen *et al.*, 2020).

Magalhães (2021) constatou que a Pandemia de Covid-19 impactou no comportamento financeiro de estudantes com mudanças nos hábitos e prioridades de consumo e apontou, ainda, que o agravamento da crise financeira causada pelo Coronavírus afetou as finanças pessoais de diversas famílias, principalmente daquelas que apresentaram redução da renda. Evidências preliminares foram obtidas no estudo realizado por Vieira *et al.* (2021a), no qual constataram a perda de bem-estar financeiro em virtude da pandemia de Covid-19, principalmente para aqueles indivíduos que apresentaram redução ou comprometimento total da renda familiar.

Nesse mesmo sentido, Vieira *et al.* (2021c) afirmam que a pandemia de COVID-19 tem causado amplos impactos econômicos e sociais, principalmente para a parcela da população que teve redução ou perda total da renda. Para esses indivíduos, a falta de perspectivas de regularização da situação financeira no curto prazo, está levando a uma percepção de perda de bem-estar financeiro, conforme evidenciado pelo estudo. Diante desse contexto, e considerando a importância da mensuração do bem-estar financeiro para a formulação de políticas públicas, a presente dissertação busca responder à seguinte questão de pesquisa: **Qual a influência da pandemia de Covid-19 no bem-estar financeiro dos brasileiros?**

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar a influência da pandemia de Covid-19 no bem-estar financeiro dos brasileiros. Para direcionar o desenvolvimento do estudo e buscar respostas para o problema de pesquisa proposto, foram estabelecidos quatro objetivos específicos apresentados a seguir.

1.3.2 Objetivos específicos

- i) Investigar as percepções de mudança do bem-estar financeiro em tempos de pandemia de Covid-19;
- ii) Identificar as perspectivas dos respondentes para as futuras mudanças na situação financeira familiar, nacional e mundial em tempos de pandemia de Covid-19;
- iii) Verificar as diferenças do construto *bem-estar financeiro* em tempos de pandemia de Covid-19 segundo os aspectos socioeconômicos e demográficos;
- iv) Desenvolver um modelo para análise das relações entre os construtos *ignorância financeira*, *educação financeira*, *percepção da situação financeira* e o *bem-estar financeiro* em tempos de pandemia de Covid-19.

1.4 Justificativa e Relevância

Conforme disposto por Barrafrem *et al.* (2020b), pouco se sabe sobre os fatores relacionados ao bem-estar financeiro durante uma crise econômica inesperada, como a causada pela pandemia de Covid-19, que está gerando grandes impactos na situação econômica mundial, constituindo, portanto, em um interessante contexto para pesquisas.

Tendo em vista que foram observadas divergências na percepção de bem-estar financeiro dos indivíduos durante períodos de recessão econômica em estudos realizados nos países desenvolvidos como o Reino Unido, Suécia e outros países da Europa (Barrafrem *et al.*, 2020b, Goodell, 2020), esta pesquisa inova ao investigar a percepção dos brasileiros, a partir do desenvolvimento de um modelo teórico de mensuração das mudanças no BEF e as

relações entre alguns construtos propostos por Barrafrem *et al.* (2020b) durante o período da pandemia de Covid-19.

Posto que as pesquisas sobre o bem-estar financeiro ainda encontram-se em um estágio inicial (Mahendru, 2020 e Bruggen *et al.*, 2017), o estudo contribui também para a consolidação de um corpo de evidências empíricas que estão emergindo de pesquisas sobre os reflexos da pandemia de Covid-19 sobre o bem-estar financeiro no contexto nacional, temática que ainda é pouco pesquisada na literatura nacional.

Ademais, Barrafrem *et al.* (2020b) constataram que a ignorância financeira está associada à diminuição do bem-estar financeiro, portanto, justifica-se a inclusão, no presente estudo, da mensuração da vulnerabilidade do comportamento financeiro dos indivíduos a partir da análise de quatro vieses comportamentais: i) adiar, ignorar ou evitar tomar decisão – como o adiamento da constituição de poupança para aposentadoria; ii) evitar ou ignorar informações – seja recusando ou não buscando as informações sobre o desempenho de suas finanças; iii) viés de agregação – caracterizada como a tendência geral do indivíduo de ignorar o efeito cumulativo de muitos resultados relativamente pequeno; iv) raciocínio motivado – surge quando os indivíduos avaliam as informações de forma tendenciosa. (Barrafrem, Vastfjall & Tinghog, 2020a).

A identificação dos indivíduos propensos à ignorância financeira, principalmente em períodos de recessão econômica, pode ser útil na formulação de políticas públicas, bem como para as instituições que fornecem serviços financeiros, no intuito de auxiliar essas pessoas a tomarem decisões financeiras sólidas, contribuindo para melhorar o seu bem-estar financeiro (Barrafrem *et al.*, 2020a). Nesse sentido, o estudo contribui também para reforçar a importância do desenvolvimento e aprimoramento de práticas relacionadas à educação e gestão financeira, por parte dos governantes e de instituições financeiras, principalmente para os indivíduos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade financeira.

Destaca-se que há uma carência na literatura de pesquisas que avaliam a influência dos fatores comportamentais no bem-estar financeiro em virtude do aumento do foco nos estudos que investigam o bem-estar financeiro de forma objetiva (Mahendru, 2020). Nesse aspecto, a pesquisa inova ao avaliar a ignorância financeira no contexto brasileiro, haja vista que não foram identificados na literatura outros estudos com tal abordagem.

Entender a percepção dos indivíduos em um cenário de crise sanitária e consequente crise econômica causada por uma pandemia possibilita uma análise das possíveis contingências financeiras da população e subsidiam a avaliação de políticas e de estratégias governamentais (Mahendru, 2020), bem como de projetos eficazes para melhorar o bem-estar

financeiro. Ressalta-se ainda a importância de buscar compreender o bem-estar financeiro no intuito de gerenciar os impactos sociais, econômicos e financeiros causados pela pandemia, buscando assim garantir a manutenção da atividade econômica e restabelecer o crescimento econômico do país (Vieira *et al.*, 2021c).

Conforme disposto por Downing (2016), ser saudável, estar empregado e ser financeiramente seguro são alguns dos fatores associados à felicidade. O desequilíbrio no bem-estar financeiro afeta o bem-estar físico, mental e social dos indivíduos, podendo ocasionar problemas de saúde tais como: estresse, preocupação, ansiedade, depressão e insônia (Vieira *et al.*, 2021c; O'Neill *et al.*, 2005). Outrossim, a literatura tem evidenciado que as medidas de contenção do coronavírus, tais como a quarentena e o distanciamento social, associadas às dificuldades financeiras causadas pela pandemia de Covid-19, têm contribuindo também para a causa de diversos problemas psicológicos e emocionais (Vieira *et al.*, 2021c, Cao *et al.*, 2020). Portanto, compreender os impactos da Pandemia sobre o bem-estar financeiro é um assunto importante que demanda a atuação de políticas públicas de saúde, uma vez que a perda de bem-estar financeiro está relacionada a outros aspectos da vida como bem-estar global, qualidade de vida, satisfação e a felicidade dos indivíduos (Vieira *et al.*, 2021a; Downing, 2016; Gutter & Copur, 2011).

Ademais, considerando que os conhecimentos financeiros são importantes para garantir a segurança financeira, uma vez que podem influenciar as atitudes e o comportamento financeiro dos indivíduos e, por conseguinte, uma melhora no seu BEF (Joo, 2008), torna-se ainda mais relevante à inclusão do construto educação financeira nesta pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo apresenta os principais tópicos utilizados para fundamentar a pesquisa, dividido em três blocos. O primeiro aborda os conceitos e definições de bem-estar financeiro, assim como as principais escalas apresentadas pela literatura para mensuração desse construto. O segundo bloco apresenta os fatores determinantes do bem-estar financeiro tais como: a educação financeira, a renda, a ignorância financeira e a influência dos aspectos sociodemográficos sobre a satisfação financeira. E por fim, destaca-se no terceiro bloco o contexto da pandemia de Covid-19, os seus impactos econômicos e as medidas emergenciais adotadas pelo governo no intuito de garantir a renda, mitigar os danos econômicos e sociais da crise de saúde pública causada pela Covid-19 e reduzir os impactos no bem-estar financeiro.

2.1 Bem-estar Financeiro

O bem-estar financeiro tem sido estudado por diversas áreas acadêmicas, contudo, as pesquisas sobre essa temática ainda estão em estágio inicial e, portanto, não há uma definição ou conceituação universalmente acordada (Mahendru, 2020; Netemeyer *et al.*, 2018; Bruggen *et al.*, 2017). Originalmente, o bem-estar financeiro era considerado sinônimo de recursos materiais e associado a variáveis objetivas, por exemplo a renda (Sorgente & Lanz, 2019, Taft *et al.*, 2013), sem incluir ao seu conceito a percepção dos indivíduos (Sorgente & Lanz, 2019).

Nesse contexto, para Fergusson, Horwood, e Beautrais (1981) o BEF é sinônimo de bem-estar material e pode ser definido como o nível de renda, dos ativos e dos padrões de consumo das famílias. Já para Porter (1990), o bem-estar financeiro é definido como a percepção das pessoas em relação à sua situação financeira baseado nos aspectos objetivos – renda, riqueza familiar, patrimônio líquido – e em relação aos padrões de comparação selecionados.

Porter e Garman (1993) abordam a complexidade na conceituação e mensuração do BEF. Segundo os autores, a percepção de bem-estar financeiro não depende apenas de variáveis objetivas e subjetivas da situação financeira, mas também da subjetividade de cada indivíduo em perceber o seu nível BEF a partir da análise do seu padrão de vida em geral (bem-estar geral) assim como da forma que o indivíduo percebe os atributos objetivos da sua

situação financeira após compará-los com as suas expectativas financeiras futuras e experiências financeiras passadas.

Segundo Xiao, Sorhaindo e Garman (2006, p. 109, tradução nossa) o bem-estar financeiro consiste no “*grau de adequação financeira e de segurança dos indivíduos e das famílias*”³. De modo mais objetivo, Joo (2008) define o bem-estar financeiro como “*um estado de ser financeiramente saudável, feliz e livre de preocupações*”⁴ (Joo, 2008, p. 21, tradução nossa), cuja mensuração é balizada principalmente na percepção subjetiva do bem-estar financeiro envolvendo dois componentes: a atitude financeira e o conhecimento financeiro. Portanto, tais componentes são importantes para que os indivíduos tenham comportamentos financeiros adequados e se tornem financeiramente saudáveis.

Para Delafrooz e Paim (2011) o bem-estar financeiro pode ser conceituado como um nível de saúde financeira que envolve a satisfação com aspectos materiais e não materiais, a percepção ou avaliação subjetiva e objetiva da estabilidade financeira incluindo o montante de recursos financeiros materiais e não materiais que cada indivíduo possui. Nesse contexto, Plagnol (2011) afirma que a satisfação financeira está associada a circunstâncias financeiras objetivas, tais como a renda e a riqueza, e as circunstâncias subjetivas associadas com a percepção das necessidades financeiras de um indivíduo, o que pode refletir no nível de endividamento assumido para atender a essas necessidades. Dessa forma, o autor sugere que o gerenciamento dos recursos financeiros, com aumento dos ativos e redução das dívidas contribui substancialmente para a melhora do bem-estar financeiro, bem como a manutenção do equilíbrio entre as aspirações financeiras e os meios financeiros disponíveis (Plagnol, 2011).

Em contraposição aos vários estudos anteriores realizados sobre a temática e que utilizaram a abordagem objetiva para definir e medir o BEF (Kahneman & Deaton, 2010; Xiao, Tang & Shim, 2008; Joo & Grable, 2004;), o trabalho conceitual de Bruggen *et al.* (2017), não enfatiza apenas a dimensão objetiva em sua definição, mas também o componente subjetivo do bem-estar financeiro. Posto isso, os autores, definem o bem-estar financeiro como “*a percepção de ser capaz de sustentar padrões de vida desejados e antecipados, e liberdade financeira*”⁵ (Bruggen *et al.*, 2017, p. 229, tradução nossa). Da mesma forma,

³ Financial well-being is the degree to which individuals and families have financial adequacy and security (Xiao, Sorhaindo e Garman, 2006, p. 109).

⁴ The definition of general well-being, financial well-being could mean a state of being financially healthy, happy, and free from worry (Joo, 2008, p. 21).

⁵ Financial well-being as the perception of being able to sustain current and anticipated desired living standard and financial freedom (Bruggen *et al.*, 2017, p. 229)

Arber, Fenn e Meadows (2014) conceituam o BEF como sendo a percepção subjetiva do indivíduo em relação à adequação de sua renda para satisfazer as suas necessidades gerais bem como o estudo realizado por Xiao *et al.*, (2006) que também apresenta um enfoque no componente subjetivo do BEF.

Nesse contexto, observa-se que tanto Bruggen *et al.* (2017), como o CFPB (2018), abordam em suas definições a dimensão temporal do bem-estar financeiro, focando tanto na situação financeira presente quanto no futuro. Destarte, boas condições e bons comportamentos financeiros tanto no presente quanto no futuro aumentam o BEF, propiciando uma melhor qualidade de vida (Campara, Vieira & Potrich, 2017). Do mesmo modo, Mahendru (2020) define o bem-estar financeiro “*como um estado, onde um indivíduo é capaz de cumprir com seus compromissos presentes e futuros, garantir a sua segurança financeira, exercer a sua liberdade de escolha e experimentar uma melhor qualidade de vida*”⁶ (Mahendru, 2020, p. 6, tradução nossa).

No intuito de melhor caracterizar o bem-estar financeiro, o CFPB (2015) incluiu as seguintes dimensões: i) ter controle sobre suas finanças diárias e mensais; ii) ter uma reserva financeira que possa ser utilizada para despesas inesperadas e emergências, ou seja, ter capacidade para absorver um choque financeiro; iii) ter poupança, plano de saúde e bom crédito; iv) ter objetivos financeiros, tais como: planejamento para quitar financiamentos em um menor período de tempo e constituir uma reserva para aposentadoria; v) ser capaz de fazer escolhas que permitam melhorar a qualidade de vida como tirar férias e passar mais tempo com a família. Pode-se, assim, pensar o bem-estar financeiro por outro ponto de vista que implica ter segurança financeira e liberdade de escolha financeira no presente e no futuro.

Em adição, Vlaev e Elliott (2014) citam alguns fatores que podem impulsionar o BEF, além das dimensões apresentadas pelo CFPB (2015) a saber: i) reduzir ou evitar dívidas sem garantias (manter a relação dívida e renda bruta sem garantia o mais baixo possível); ii) planejamento financeiro, dividindo as despesas em categorias (aluguel, saúde, habitação, lazer, educação); iii) ter capacidade de ajustar as despesas não essenciais quando algum evento da vida mudar, como por exemplo: casamento, aquisição da casa própria, ter filho, trocar de emprego. Os autores destacam ainda, que ter o controle das finanças pessoais e da família é fundamental para a condução do BEF. Esse controle financeiro inclui atitudes como: conhecer os detalhes de sua situação financeira em todos os momentos; gastar dentro

⁶Conceptualize financial well-being as a state, where an individual is able to meet his present and future commitments, ensure financial security, exercise freedom of choices, and experience improved quality of life (Mahendru, 2020, p. 6).

de suas possibilidades e ter um alto grau de conforto ao lidar com questões financeiras em geral (Vlaev & Elliott, 2014).

Campara, Vieira e Potrich (2017) ao investigar o bem-estar financeiro dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), constataram que os respondentes apresentam um baixo nível de BEF. Como justificativa para uma percepção negativa do BEF, foram apresentadas a elevada preocupação com as dívidas e os pensamentos constantes vinculados a essa situação.

Nessa perspectiva, Vieira, Bressan e Fraga (2021b), ao mensurar o nível de bem-estar financeiro dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de moradores do Rio Grande do Sul e, ao testar a hipótese de que a alfabetização financeira é um antecedente do bem-estar financeiro, evidenciaram que os usuários do programa apresentam níveis médios de BEF e a hipótese da alfabetização financeira foi confirmada, visto que essa variável impacta positivamente no BEF.

Barret, Hogreve e Bruggen (2021), ao avaliarem os impactos das medidas de restrições impostas pelo governo Americano para contenção do avanço da Covid-19 sobre o bem-estar social, mental, funcional, físico e financeiro, constataram que essas medidas podem ter efeitos colaterais sobre os múltiplos componentes do bem-estar. Contudo, conforme disposto pelos autores, a adoção dessas restrições ajuda a proteger a saúde pública e um avanço descontrolado da doença, o que poderia resultar em consequências ainda mais adversas ao bem-estar da população. Evidenciaram, ainda, que o bem-estar financeiro atual é menor para os estados onde os governantes pediram a população para “ficar em casa”, o que pode ser justificado pelo comprometimento da renda desses indivíduos no curto prazo, no entanto, tal medida, não afetou a percepção de segurança financeira no longo prazo.

Em relação à mensuração do bem-estar financeiro, conforme disposto por Bruggen *et al.* (2017), existem na literatura diferentes formas de medir o BEF, podendo ser de forma objetiva, subjetiva ou até mesmo utilizando a combinação dessas duas características. Conforme mencionado anteriormente, por não existir uma definição universalmente aceita, esta pesquisa utilizou como referência para conceituação do BEF os preceitos definidos pelo CFPB (2015), cuja abordagem envolve a mensuração dos aspectos objetivos e subjetivos do BEF.

2.1.1 As escalas para mensuração do bem-estar financeiro

De acordo com Bruggen *et al.* (2017), a mensuração do BEF por meio de medidas objetivas da situação financeira, tais como a renda, a relação dívida-renda, fornecem evidências da posição financeira de um indivíduo. Já as medidas subjetivas de bem-estar financeiro possibilitam examinar as percepções e as reações das pessoas sobre a sua condição financeira. Assim, do ponto de vista dos autores, a abordagem subjetiva é mais abrangente, podendo capturar também questões não financeiras associadas ao bem-estar financeiro e, portanto, é a abordagem mais adequada para definir e mensurar o bem-estar financeiro.

Para mensuração do bem-estar financeiro, destaca-se neste estudo as escalas desenvolvidas por Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003), pelo CFPB (2015), as Escalas de Ansiedade Financeira (Funfgeld & Wang, 2009) e de Segurança Financeira (Stromback, Lind, Skagerlund, Vastfjall & Tinghog, 2017), a escala *Perceived Financial Well-Being* (PFWB) desenvolvida por Netemeyer, Warmath, Fernandes e Lynch (2018) e a escala construída por Sorgente e Lanz (2019).

Norvilitis *et al.* (2003) ao explorar as atitudes em relação ao dinheiro e às dívidas, e os seus efeitos sobre os níveis de dívidas de cartão de crédito de estudantes universitários, criaram uma escala para mensurar a percepção de bem-estar financeiro. Essa escala é composta por oito questões projetadas para medir sentimentos de segurança e confiança financeira pessoal, abordando o comportamento do indivíduo e a sua preocupação com a situação financeira atual e as expectativas quanto às dívidas futuras de cartão de crédito.

Observa-se na literatura brasileira estudos sobre bem-estar financeiro que utilizam como instrumento de mensuração a escala desenvolvida por Norvilitis *et al.* (2003), tais como os estudos de Santos, Mendes da Silva, Flores e Norvilitis (2016) e Kunkel, Vieira e Potrich (2015) que utilizaram essa escala para avaliar o impacto da dívida no cartão de crédito sobre o bem-estar financeiro. Seguindo a mesma perspectiva, Campara *et al.* (2017) também utilizaram a Escala desenvolvida originalmente por Norvilitis *et al.* (2003) para avaliação do fator bem-estar financeiro, porém, para manter o mesmo sentido de análise da satisfação global de vida, foram utilizadas apenas quatro questões as quais abordavam os sentimentos vinculados à vida presente do indivíduo.

Já o estudo de Vieira *et al.* (2016a), a fim de identificar o sentimento dos indivíduos em relação à dívida, a preocupação em relação ao cumprimento dos prazos para pagamento, a situação financeira presente e as perspectivas futuras, utilizou as questões elaboradas por Norvilitis *et al.* (2003) para avaliação do construto bem-estar financeiro. No entanto,

diferentemente dos estudos mencionados anteriormente, foram utilizadas as oito questões, nas quais o maior nível de concordância corresponde à percepção de maior bem-estar financeiro.

Já a escala desenvolvida pelo CFPB (2015) consiste em: (a) uma medida orientada para o consumidor com base na definição de bem-estar financeiro; (b) uma ferramenta de medição altamente confiável e válida para o construto bem-estar financeiro; (c) uma métrica comum que possibilita realizar comparações das pontuações dos consumidores, podendo ser utilizada para avaliar o estado atual de bem-estar financeiro do consumidor, assim como acompanhar o seu progresso no longo prazo.

Vieira *et al.* (2021b) foram inovadores ao utilizarem a escala proposta pelo CFPB (2015) para medir o nível de bem-estar financeiro dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida e, conforme verificado pelos autores, tal escala parece ser adequada para o contexto brasileiro.

Barrafrem *et al.* (2020b) utilizaram a combinação de duas escalas: a Escala de Ansiedade Financeira (Funfgeld & Wang, 2009) e a Escala de Segurança Financeira (Stromback *et al.*, 2017) para mensurar as perspectivas do bem-estar financeiro da população do Reino Unido e da Suécia em virtude da Pandemia de Covid-19. Os autores identificaram que, quanto mais alto os valores obtidos na escala de Segurança Financeira e menores os valores na escala de Ansiedade Financeira, maior será o bem-estar financeiro.

A escala PFWB desenvolvida por Netemeyer *et al.* (2018) foi balizada na definição do CFPB (2015) sugerindo a percepção do bem-estar financeiro a partir de duas dimensões: 1) Estresse na gestão financeira atual, englobando as sensações de estresse/preocupação com a situação financeira presente do indivíduo, considerando a incapacidade de administrar o dinheiro de forma eficaz hoje para cumprir com as obrigações financeiras e ter a vida que deseja; e 2) Segurança financeira futura, que consiste na percepção do indivíduo de ter um futuro financeiro seguro e cumprir metas financeiras futuras. A escala de bem-estar financeiro subjetivo é composta por 10 (dez) itens, sendo 5 (cinco) para cada dimensão.

Por fim, a escala multidimensional de Sorgente e Lanz (2019) foi desenvolvida com o objetivo de mensurar o BEF subjetivo de adultos jovens, caracterizados por indivíduos que têm entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos. As medidas utilizadas para a construção da referida escala foram baseadas na Escala de BEF de Norvilitis *et al.* (2003) e na Escala de BEF de Prawitz *et al.*, (2006). É composta por cinco dimensões diferentes contendo 5 (cinco) fatores cada uma, totalizando em 25 (vinte e cinco) itens. As suas dimensões são: i) dimensão cognitiva que consiste na avaliação geral da própria condição financeira (BEF subjetivo); ii) dimensão comportamental que consiste na percepção do respondente em relação a sua

capacidade de gerenciar seus recursos materiais (gestão do dinheiro), iii) dimensão materialista que avalia a suficiência de seus recursos materiais (ter dinheiro); iv) dimensão relacional em que as próprias condições financeiras do respondente são comparadas com a condição financeira de seus pares (comparação de pares); e v) dimensão temporária que consiste nas expectativas do respondente sobre sua situação financeira futura (futuro financeiro). Esta escala foi desenvolvida para mensurar os aspectos multidimensionais do BEF subjetivo e foi validada tanto para os adultos jovens italianos quanto os portugueses.

Diante das diversas escalas disponíveis na literatura para a mensuração do BEF, o presente estudo buscou a utilização de uma ferramenta que fosse validada para o contexto brasileiro e que diferenciasse da escala utilizada pelo estudo de Barrafreem *et al.* (2020b). Portanto, optou-se pela escala adaptada de Netemeyer *et al.* (2018), validada por Ponchio, Cordeiro, Gonçalves (2020).

2.2 Os fatores determinantes do bem-estar financeiro

De acordo com levantamento na literatura, Bruggen *et al.* (2017) identificaram os diversos fatores que afetam o bem-estar financeiro, e os classificaram em: i) fatores contextuais (fatores econômicos, fatores de mercado, fatores políticos e socioculturais) e ii) fatores pessoais (fatores sociodemográficos, habilidades, atitudes e motivações, traços de personalidade, práticas financeiras). Nessa abordagem, destaca-se que em alguns estudos os fatores comportamentais como a educação financeira; atitudes de endividamento e o nível de renda também podem influenciar no bem-estar financeiro (Delafrooz & Paim, 2011; Xiao, Sorhaindo, & Garman, 2006; Norvilitis *et al.*, 2006; Joo & Grable, 2004; Norvilitis, Szablicki & Wilson, 2003).

O bem-estar financeiro pode ser influenciado por variáveis como comportamento financeiro, endividamento, renda, poupança e o nome ligado ao cadastro negativo, conforme evidenciado no estudo realizado por Vieira *et al.* (2016a). O comportamento financeiro representa a dimensão mais concreta da alfabetização financeira, e está ligado diretamente às ações dos indivíduos que muitas vezes são moldadas pelos recursos disponíveis no momento. Logo, indivíduos que apresentam um melhor comportamento financeiro tendem a ter menos estresse financeiro e consequentemente um maior BEF (Delafroz & Paim, 2011).

O estudo realizado por Joo e Grable (2004) identificou que o bem-estar financeiro de um indivíduo pode ser aumentado por meio das seguintes ações: i) melhorando o comportamento financeiro individual; ii) reduzindo o nível de estresse financeiro; iii)

aumentado os níveis de conhecimento financeiro e; iv) melhorando a solvência financeira. Seguindo essa perspectiva objetiva, Kahneman e Deaton (2010) constataram que a baixa renda está associada com baixo nível de percepção de bem-estar. A pesquisa desenvolvida por Xiao, Shim e Tang (2008) também buscou evidências empíricas sobre os efeitos do comportamento financeiro e da situação financeira sobre o bem-estar geral. Dentro desse contexto, O'Neill, *et al.* (2005) verificaram que uma educação financeira básica de qualidade pode levar a melhorias no comportamento financeiro pessoal, bem como aumento no bem-estar financeiro, reduzindo os níveis de estresse.

Em contextos econômicos adversos, como o causado pela crise sanitária de Covid-19, Chhatwani e Mishra (2021) evidenciaram que a alfabetização financeira reduz o impacto negativo da fragilidade financeira no otimismo financeiro durante a pandemia, e, conseqüentemente, no bem-estar financeiro. Isto é, os indivíduos que são financeiramente frágeis tendem a ser mais pessimistas quanto a sua situação financeira, por outro lado, aqueles que apresentam fragilidade financeira com alta alfabetização financeira estão mais preparados para lidar com as incertezas causadas pela Covid-19, e relatam um maior otimismo financeiro, visto que possuem uma cultura financeira de economizar para garantir a aposentadoria, tendem a captar recursos com menor custo financeiro, possuem menos dívidas e buscam uma melhor diversificação de portfólio e retornos para os seus investimentos.

Nessa abordagem, Vieira, *et al.* (2016a) identificaram em seu estudo um fator preocupante, no qual mais da metade dos entrevistados não possuem poupança, deixando-os vulneráveis em situações adversas, podendo assim comprometer sua renda e conseqüentemente o seu bem-estar financeiro. Percebeu-se ainda que o construto bem-estar financeiro está associado principalmente com a satisfação financeira e o nível de dívidas, sendo esses fatores relacionados diretamente ao conhecimento financeiro. Ainda, os autores observaram que a maior parte dos pesquisados apresenta um baixo nível de conhecimento sobre finanças.

Observa-se, conforme mencionado anteriormente, que tanto a alfabetização financeira quanto a educação financeira estão relacionados com o BEF. Apesar de serem termos que muitas vezes são utilizados de maneira similar, a alfabetização financeira apresenta um conceito mais amplo, que engloba, além dos conhecimentos financeiros, a atitude e o comportamento financeiro dos indivíduos (Potrich, Vieira & Kirch, 2018). De acordo com a OECD (2011) a alfabetização financeira pode ser definida como uma combinação de conscientização, conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para que

os indivíduos possam tomar decisões financeiras sólidas e, assim, alcançar o seu bem-estar financeiro.

Já a educação financeira refere-se ao conhecimento financeiro e pode ser definida como o processo pelo qual os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informações e recomendações claras e objetivas, podem desenvolver habilidades e a confiança para tomarem decisões de maneira mais segura e fundamentada, contribuindo, assim, para melhorar o seu bem-estar financeiro (OECD, 2005). Cabe ressaltar que no presente estudo o foco de investigação é o nível de educação financeira dos participantes, isto é, o nível dos seus conhecimentos financeiros, associados aos aspectos do comportamento financeiro dos pesquisados a partir da mensuração do construto *ignorância financeira*.

Nesse sentido, Barrafrem *et al.* (2020a) destacam que a ignorância comportamental dos indivíduos é outro fator que também impacta no bem-estar financeiro. Hertwig e Engel (2016) cunharam o termo inicial *Homo Ignorans* para expressar a ignorância deliberada definindo-a, inicialmente, como comportamento do “*indivíduo que de maneira consciente opta por não buscar ou utilizar as informações (ou conhecimentos)*”⁷ (Hertwig & Engel, 2016, p.360, tradução nossa). No entanto, Barrafrem *et al.* (2020a) ampliaram o conceito de *Homo Ignorans* e incluíram aspectos comportamentais relacionados às decisões financeiras, em virtude da sua alta complexidade e das incertezas dos resultados que serão obtidos.

Desta feita, a ignorância financeira pode ser definida como a tendência dos indivíduos de ignorar/negligenciar aspectos relevantes da tomada de decisão financeira, tais como: evitar informações que são relevantes para a tomada de decisão e que vão maximizar o bem-estar financeiro; evitar decisões referentes a economizar dinheiro; subestimar a relevância de resultados agregados (como obter pequenos empréstimos que podem se tornar grandes dívidas); avaliar as informações de maneira tendenciosa (visualizar apenas os aspectos positivos de um empréstimo, deixando de lado os ônus da contratação) (Barrafrem *et al.* 2020a).

Para mensurar esses vieses cognitivos em relação às questões financeiras, Barrafrem *et al.* (2020a) desenvolveram e validaram uma escala com doze itens, denominada *Financial Homo Ignorans* (Ignorância Comportamental Financeira, em tradução livre), na qual a Ignorância Comportamental Financeira está negativamente relacionada ao bem-estar financeiro. Tal escala possibilita a previsão de comportamentos relacionados a tarefas como

⁷ “(...) the conscious individual or collective choice not to seek or use information (or knowledge).

contratar um empréstimo, adiar decisões de investimento ou obter informações financeiras (Barrafrem *et al.* 2020a).

No que se refere às formas de mensuração do bem-estar financeiro, destaca-se que ele não pode ser mensurado apenas por fatores objetivos, mas a partir de circunstâncias subjetivas também, visto que o BEF reflete as experiências e comportamentos financeiros das pessoas (Bruggen *et al.* 2017, Netemeyer *et al.* 2018). A inclusão dos aspectos subjetivos da percepção financeira na mensuração do BEF possibilita aprofundar na compreensão sobre a saúde financeira dos indivíduos (Collins & Urban, 2019). Sendo assim, o bem-estar financeiro é resultado de aspectos subjetivos, que envolvem a percepção dos indivíduos em relação à sua situação financeira e aspectos objetivos, mensurados quantitativamente por meio de indicadores como renda, dívidas e poupança (Diniz, Vieira, Potrich & Campara, 2014).

O comportamento financeiro pode ser um importante componente na definição do bem-estar financeiro (Pijoh *et al.* 2020), uma vez que comportamentos financeiros positivos, tais como gerir os recursos de forma consciente, criar reservas de emergência, poupar, não utilizar o cartão de crédito de forma indiscriminada, planejar a aposentadoria e ser menos propenso a compras compulsivas, afetam positivamente o bem-estar financeiro (Bruggen *et al.*, 2017; Gutter & Copur, 2011; Shim, Xiao, Barber & Lyons, 2009; Joo & Grable, 2004; Xiao *et al.*, 2006). Portanto, ser financeiramente saudável, feliz, livre de preocupações financeiras (estresse financeiro) e ter qualidade de vida estão diretamente relacionadas com o BEF, que por sua vez representa um dos elementos do bem-estar geral (Gutter & Copur, 2011).

O estudo desenvolvido por Gutter e Copur (2011) apresenta insights importantes sobre a relação entre o comportamento financeiro e o bem-estar financeiro de estudantes universitários, evidenciando que as características demográficas e financeiras estão significativamente relacionadas ao BEF. Os autores destacam ainda a importância da educação financeira como um processo contínuo de aprendizado, que promove comportamentos financeiros positivos e, conseqüentemente, melhoram o bem-estar financeiro dos indivíduos (Pijoh *et al.*, 2020, Lyons, 2008, Xiao, Shim, Barber & Lyons, 2007).

Nesse sentido, observa-se na literatura que as variáveis socioeconômicas e demográficas também desempenham um papel importante no contexto do BEF, com efeitos distintos sobre a satisfação financeira dos indivíduos (Bruggen *et al.*, 2017, Delafroz & Paim, 2011, Joo & Grable, 2004). Essas variáveis podem ser representadas por idade, sexo, estado civil, grau de escolaridade, ocupação e renda. A Figura 1 apresenta as possíveis relações dessas variáveis sobre o bem-estar financeiro, levantadas pela literatura.

Figura 1

Quadro com as variáveis Socioeconômicas e Demográficas e sua relação esperada com o bem-estar financeiro

Variável	Relação Esperada	Referência
Idade	Quanto maior a idade maior a percepção de BEF.	Barrafrem <i>et al.</i> (2020b), Collins e Urban (2019); Diniz, Vieira, Potrich e Campara (2014); Kunkel (2014); Plagnol (2011); Xiao <i>et al.</i> (2006).
Sexo	Homens possuem maior BEF.	Vieira <i>et al.</i> (2021b); Sorgente e Lanz (2019); Gutter e Copur (2011), Shin, Xiao, Barber e Lyons (2009).
Estado Civil	Indivíduos casados possuem maior BEF.	Diniz <i>et al.</i> (2014); Vieira <i>et al.</i> (2021b).
	Indivíduos solteiros possuem maior BEF.	Gutter e Copur (2011).
Dependentes	Indivíduos que possuem maior quantidade de dependentes apresentam um menor nível de BEF.	Kunkel (2014); Plagnol (2011), Penn (2009).
Grau de Escolaridade	Indivíduos que apresentam um maior grau de escolaridade possuem maior nível de BEF	Diniz <i>et al.</i> (2014); Vieira <i>et al.</i> (2021b); Delafrooz e Paim (2011); Penn (2009).
	Indivíduos que apresentam um maior grau de escolaridade possuem menor nível de BEF	Plagnol (2011).
Ocupação	Indivíduos que estão desempregados possuem um menor nível de BEF.	Vieira <i>et al.</i> (2021a); Diniz <i>et al.</i> (2014); Plagnol (2011); Xiao <i>et al.</i> (2006).
	Funcionários públicos possuem um maior nível de BEF.	Diniz <i>et al.</i> (2014); Vieira <i>et al.</i> (2021b); Vieira <i>et al.</i> (2021c).
Renda	Quanto maior a renda maior o nível de BEF.	Vieira <i>et al.</i> (2021a); Vieira <i>et al.</i> (2021b); Barrafrem <i>et al.</i> (2020b), Collins e Urban (2019); Fraga, Vieira, Ceretta e Paraboni (2016); Diniz <i>et al.</i> (2014); Kunkel (2014); Delafrooz e Paim (2011); Gutter e Copur (2011); Joo e Grable (2004).

A partir das evidências descritas na figura 1 nota-se que não existe na literatura um consenso em relação aos efeitos esperados das variáveis Estado Civil e Escolaridade sobre o bem-estar financeiro. Já Gutter e Copur (2011), ao explorar a relação entre o comportamento financeiro e o BEF de estudantes universitários, constataram que os alunos solteiros tinham BEF significativamente maior do que aqueles que eram casados, divorciados, separados ou viúvos. Em contraposição, Diniz *et al.* (2014) ao identificarem o nível de BEF observaram que os casados possuem uma melhor percepção de bem-estar financeiro quando comparados aos separados/viúvos. Da mesma forma, Vieira *et al.* (2021b), ao mensurar o nível de BEF dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, concluíram que os indivíduos casados, com maior nível de escolaridade e renda possuem maior nível de BEF.

De acordo com Lusardi, Mitchell e Curto (2010) os jovens não apresentam os conhecimentos financeiros básicos necessários para tomar decisões financeiras adequadas, resultando em acúmulo de dívidas de cartão de crédito, prejudicando a sua capacidade de gerar riqueza e conseqüentemente impactando no seu bem-estar financeiro. Já Diniz *et al.* (2014), Delafrooz e Paim (2011) e Vieira *et al.* (2021b), ao analisarem a variável grau de escolaridade, constataram que os indivíduos que apresentam nível superior e/ou pós-graduação tendem a apresentar um maior BEF. Por outro lado, Plagnol (2011) identificou em seu estudo que os indivíduos com maior nível de escolaridade tendem a estar menos satisfeitos com sua situação financeira uma vez que possuem aspirações de rendas mais altas.

Ressalta-se que, entre as variáveis supracitadas, a renda é a variável que tem sido mais afetada pela pandemia de Covid-19 devido aos profundos impactos econômicos e financeiros sofridos pelas pessoas em todo o mundo (Vieira *et al.*, 2021c; Hecksher & Foguel, 2020). Nessa direção, Burke e Perez (2020) evidenciaram que o BEF está relacionado a choques financeiros. Portanto, a perda do emprego, o comprometimento da renda e os gastos significativos com despesas médicas inesperadas estão negativamente relacionados com o BEF, sendo estes alguns dos principais impactos causados pela pandemia de COVID-19.

2.3 O contexto da pandemia de COVID-19 e o bem-estar financeiro.

A trajetória de disseminação do Coronavírus levou a Organização Mundial de Saúde a declarar em 20 de Fevereiro de 2020, o Covid-19 como uma emergência mundial e em seguida, no dia 11 de março de 2020, foi declarada a pandemia (Ali, Alam & Rizvi, 2020). A pandemia de Covid-19 além de causar de maneira trágica a morte de centenas de milhares de pessoas, impacta de forma significativa na situação econômica mundial (Hecksher & Foguel, 2020; Goodell, 2020; Barrafrem *et al.* 2020b).

Conforme disposto por Goodell (2020), as pandemias impactam os sistemas financeiros por meio de seus custos econômicos. Estudos anteriores realizados por Bloom, Cadarette e Sevilla, (2018) já alertavam para as possíveis preocupações e os custos econômicos causados por futuras pandemias e epidemias cujas características se aproximassem aos da crise de saúde causada pelo Covid-19, tais como: custos para o sistema de saúde público e privado, custos do tratamento médico dos infectados e do controle de surtos, a pressão sobre os sistemas de saúde por serem incapazes de lidar concomitantemente com problemas de saúde mais rotineiros durante a pandemia, além de preocupações relativas

à perda de produtividade do trabalho, a redução da atividade econômica ocasionada pelo distanciamento social, o impacto no turismo e o impacto no investimento estrangeiro direto.

Nesse contexto, Goodell (2020) baseou-se em diversos estudos anteriores que investigaram os impactos de eventos passados como guerras, desastres naturais e outras crises sanitárias para delinear os possíveis impactos econômicos causados pela Covid-19 no mercado e nas instituições financeiras. A partir desse levantamento, foi possível sinalizar aos investidores, aos formuladores de políticas públicas e à população em geral que a pandemia de Covid-19 poderia ocasionar danos econômicos em uma escala sem precedentes. Ainda nessa perspectiva, o estudo realizado por Ali, Alam e Rizvi (2020) destacou o aumento das percepções de incertezas dos investidores, retornos negativos e volatilidade dos mercados globais em virtude da mudança para fase pandêmica do Covid-19.

Conforme disposto por Barrafrem *et al.* (2020b), a percepção desses impactos e a influência sobre a situação financeira privada e macroeconômica podem diferir no contexto de pandemia, assim como podem ser diferentes as expectativas em relação à situação financeira futura nesses contextos. Tal fato pode levar à adoção de diferentes estratégias de enfrentamento da situação econômica durante a pandemia, afetando assim o nível de bem-estar financeiro da população.

Nesse sentido, de acordo com Chhatwani e Mishra (2021) a pandemia causou uma crise econômica substancial, porém, as pessoas não são igualmente afetadas. Dentre as classes sociais, os indivíduos que apresentam baixa renda estão enfrentando graves consequências dessa pandemia. Assim, os autores argumentam que as pessoas com dificuldades/fragilidades financeiras durante a pandemia de Covid-19 teriam expectativas de futuro menos otimista.

Analisando o contexto brasileiro, a súbita e acentuada contração da produção e da demanda por bens e serviços, ocasionados pela pandemia de Covid-19, tem afetado negativamente o mercado de trabalho, resultando no aumento significativo do desemprego e, conseqüentemente, comprometendo a renda dos trabalhadores gerando, diversos impactos sobre o bem-estar financeiro (Hecksher & Foguel, 2020).

Vieira *et al.* (2021a) evidenciaram que a pandemia de Covid-19 além de caracterizar como uma emergência de saúde pública é também um evento sanitário de amplos impactos sociais e econômicos. A redução ou perda total da renda e a falta de perspectivas para a retomada da situação financeira no curto prazo estão levando a uma perda de bem-estar financeiro (Vieira *et al.*, 2021a; Vieira *et al.*, 2021c).

No intuito de mitigar os impactos econômicos e financeiros ocasionados pela crise de saúde sobre o bem-estar financeiro dos brasileiros, foram criadas pelo governo federal algumas medidas emergenciais para tentar proteger o emprego e a renda das famílias.

2.3.1 Medidas Emergenciais criadas durante a Pandemia

As medidas emergenciais criadas durante a pandemia podem variar entre os países, mas de maneira geral as suas características envolvem a “*postergação do pagamento de impostos e contribuições, a concessão de crédito e de subsídios salariais às empresas para a manutenção do emprego, e a transferência direta de renda aos trabalhadores mais vulneráveis*” (Hecksher & Foguel, 2020, p. 7).

Nesse cenário, o governo brasileiro adotou uma série de medidas administrativas e legais para reduzir os impactos econômicos da Covid-19. Dentre as iniciativas, destacam-se: i) a Lei nº 13.982/2020 que instituiu o auxílio emergencial para os trabalhadores informais; ii) a Lei nº 14.020/2020 e a MP. nº e 1.045/2021 que instituíram o Benefício Emergencial intitulado Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) para os trabalhadores assalariados; e iii) o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), criado pela Lei 13.999/2020, que concede linha de crédito para o desenvolvimento e fortalecimento dos pequenos negócios.

Conforme disposto por Hecksher e Foguel (2020), as medidas adotadas pelo governo, ao abranger trabalhadores formais e informais, bem como os pequenos negócios, possibilitou a preservação de empregos e a redução da perda de renda das famílias brasileiras, atenuando os impactos econômicos causados pelo Coronavírus.

O Auxílio Emergencial instituído pela Lei 13.982/2020 foi concedido como medida excepcional de proteção social adotada durante o período de enfrentamento da crise de saúde pública decorrente do Covid-19. No ano de 2020 foi concedido auxílio no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, durante cinco meses aos trabalhadores que atendessem aos seguintes critérios: i) fossem maiores de 18 anos de idade; ii) não tivessem emprego formal; iii) não recebessem benefício previdenciário ou assistencial (como o Benefício de Prestação Continuada – BPC), do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, exceto os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF); iv) tivessem renda familiar mensal per capita de até 0,5 (meio) salário-mínimo ou a renda familiar mensal total de até 3 (três) salários mínimos; v) não tivessem recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos) no ano de

2018; vi) fossem Microempreendedores Individuais (MEI); vii) fossem contribuintes individuais do Regime de Previdência Social; ou viii) c) fossem trabalhadores informais, seja empregados, autônomos ou desempregados, de qualquer natureza, inclusive os intermitentes inativos, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) até 20 de março de 2020, ou que, nos termos de autodeclaração, cumprissem o requisito apresentado no item (iv), mencionado anteriormente.

Salienta-se que no exercício de 2021, por meio do Decreto nº 10.661/2021 foi instituído novamente o auxílio emergencial, e foi estabelecido que o valor do auxílio seria de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) pago em quatro parcelas aos trabalhadores beneficiários do auxílio que atendessem aos critérios supramencionados.

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda foi instituído pela Lei 14.020/2020 e pela Medida Provisória 1.045/2021 com o objetivo de: i) preservar o emprego e a renda; ii) garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; e iii) reduzir o impacto social decorrente das consequências causadas pela Covid-19. As medidas do Programa incluíram o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e a suspensão temporária do contrato de trabalho. Destaca-se que o pagamento do BEm foi custeado com recursos da União e pago exclusivamente enquanto durou a redução da jornada de trabalho e do salário ou a suspensão temporária do contrato de trabalho. O empregado que recebeu o BEm teve a garantia provisória no emprego pelo mesmo período acordado para a redução ou a suspensão do contrato.

Já a linha de crédito concedida ao PRONAMPE, criada pela Lei 13.999/2020⁸, destinou-se às Microempresas – empresas que auferiram receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) no ano calendário – e Empresas de Pequeno Porte – empresas que, em cada ano-calendário, auferiram receita bruta superior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$4,8 milhões e corresponde a até 30% (trinta por cento) da receita bruta anual calculada com base no exercício de 2019. Para as empresas que com menos de um ano de funcionamento, o limite do empréstimo correspondeu a até 50% (cinquenta por cento) do seu capital social ou até 30% (trinta por cento) da média de seu faturamento mensal apurado desde o início de suas atividades, o que fosse mais

⁸ Em junho de 2021 foi editada a Lei 14.161, alterando a Lei nº 13.999, a fim de permitir que o PRONAMPE seja utilizado permanentemente “*como política oficial de crédito, de modo a conferir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às pequenas empresas, com vistas a consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, de transformação e de desenvolvimento da economia nacional*”. (BRASIL, 2021, s/p.)

vantajoso. Destaca-se que os recursos recebidos por meio do PRONAMPE deveriam ser destinados ao financiamento das diversas atividades da empresa e poderiam ser utilizados para investimentos e para capital de giro, não podendo, contudo, serem utilizados para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios.

No intuito de melhorar as políticas de transferência de renda, o Governo Federal criou também a Medida Provisória 1.061/2021, regulamentada pelo Decreto 10.852/2021, que instituiu o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, benefícios estes concedidos às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O benefício do Auxílio Brasil começou a ser pago em novembro de 2021 e o pagamento foi prorrogado até dezembro de 2022, com o objetivo de: promover a cidadania com garantia de renda; estimular a emancipação das famílias em situação de pobreza para que alcançassem a sua autonomia; e apoiar as políticas para superação das vulnerabilidades sociais e financeiras das famílias brasileiras.

Hecksher e Foguel (2020), ao mensurar o grau de cobertura combinada do Auxílio Emergencial e do BEm, constataram que as duas medidas analisadas têm potencial de atenuar o impacto da crise para uma ampla parcela da população, além de atender parcelas da população menos favorecidas.

Cabe destacar que a Pandemia de Covid-19 esteve em curso durante o desenvolvimento desta pesquisa (e ainda está), portanto, por ser ainda recente não foram identificados na literatura evidências empíricas que possam balizar as avaliações sobre a mensuração dos benefícios, impactos e percepções a respeito das medidas emergenciais adotadas durante a crise sanitária de Covid-19 sobre o bem-estar financeiro.

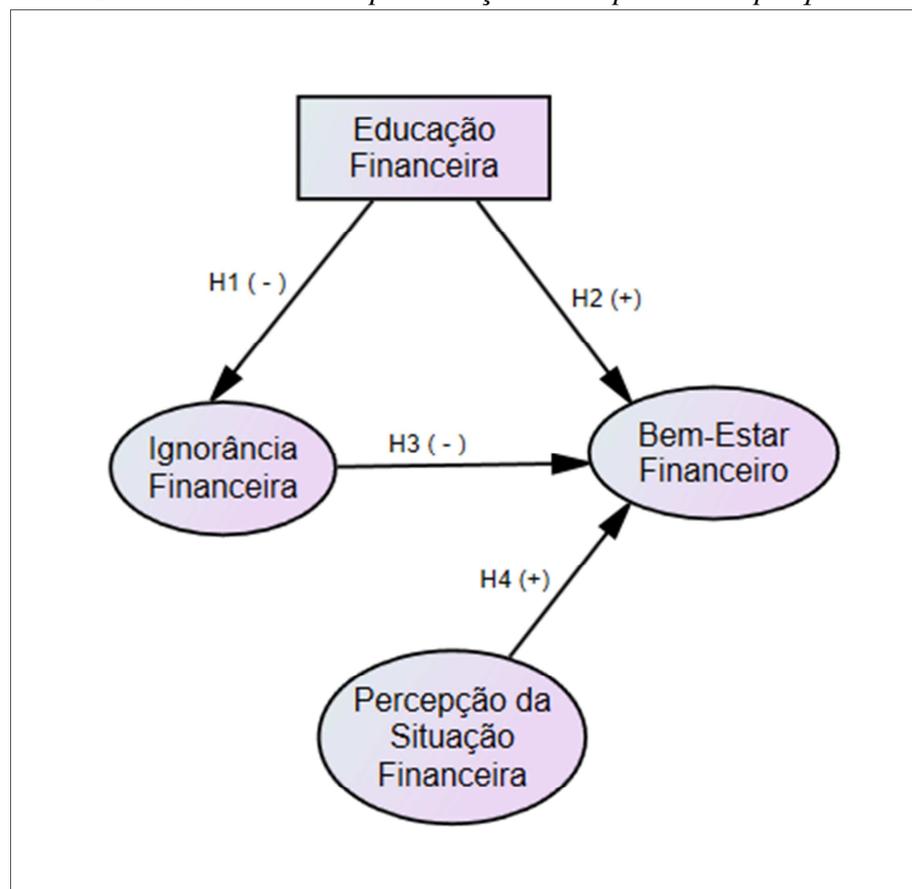
Todavia, estudos anteriores que avaliaram as percepções do bem-estar financeiro dos beneficiários de Programas sociais tais como: Programa Minha Casa Minha Vida e Programa Bolsa Família (Vieira, Bressan & Fraga, 2021b; Campara *et al.*, 2017) constataram que a maioria dos beneficiários do PMCMV apresenta níveis médios de bem-estar financeiro. Por outro lado, os beneficiários do PBF apontam uma alta satisfação global de vida, porém, um baixo bem-estar financeiro, em virtude de condições financeiras precárias; contas em atraso e restrições de crédito no mercado devido ao nome negativado. Em linha com esses achados, Santos, Gouveia Junior, Oliveira, Melo e Souza (2014) relatam que o PBF promove o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, contudo, o valor repassado pelo programa não é suficiente para suprir todas as necessidades para a emancipação sustentada da família e conseqüentemente aumentar o BEF.

3. MODELO TEÓRICO E HIPÓTESES

A principal medida de sucesso dos esforços da educação financeira é o bem-estar financeiro individual (Pijoh *et al.*, 2020). A capacidade de tomar decisões sólidas e eficazes sobre a gestão do dinheiro é importante para o sucesso financeiro individual. Logo, ter o domínio dos conhecimentos financeiros e ter comportamentos financeiros adequados são requisitos importantes para a manutenção do BEF dos indivíduos no atual contexto econômico e financeiro (Pijoh *et al.*, 2020, Taft *et al.*, 2013). Sendo assim, para alcançar a prosperidade financeira faz-se necessário ter inteligência financeira (Taft *et al.*, 2013). Ademais, a literatura tem evidenciado que indivíduos com baixo nível de educação financeira apresentam comportamentos financeiros insatisfatórios ao que é necessário para garantir o BEF (Potrich, Vieira & Ceretta, 2013).

Figura 2

Modelo Teórico com apresentação das hipóteses de pesquisa



Assim, a partir da revisão de literatura apresentada, foi construído o modelo teórico do presente estudo e as quatro hipóteses dele derivadas, conforme disposto na Figura 2. A hipótese H1 estabelece que a *educação financeira* influencia negativamente no construto *ignorância financeira*, uma vez que quanto maior o nível de conhecimentos financeiros do indivíduo, menor será a sua ignorância financeira, pois o seu comportamento financeiro tende a ser mais satisfatório (Barrafrem *et al.* 2020a e 2020b; Potrich *et al.*, 2013).

A hipótese H2 indica que a *educação financeira* impacta positivamente no *bem-estar financeiro*, dado que os conhecimentos financeiros são necessários para tomar decisões financeiras adequadas, contribuindo de maneira positiva na capacidade de gerar riquezas, reduzindo a vulnerabilidade em situações adversas e garantindo a satisfação financeira, resultando assim no BEF (Barrafrem *et al.* 2020a e 2020b; Vieira *et al.*, 2016b; Lusardi, Mitchell & Curto, 2010). Ademais, a *educação financeira* impacta indiretamente no BEF via escala de *ignorância financeira*, uma vez que o processo contínuo de aprendizado resulta em comportamentos financeiros positivos, reduzindo a tendência do indivíduo de ignorar as decisões e informações financeiras que podem contribuir para a melhoria do seu bem-estar financeiro (Pijoh *et al.*, 2020, Lyons, 2008, Xiao, Shim, Barber & Lyons, 2007).

Já a hipótese H3 estabelece que a *ignorância financeira* influencia negativamente o bem-estar financeiro, pois indivíduos com comportamentos financeiros positivos apresentam uma melhor gestão de suas finanças e tendem a não ignorar os aspectos relevantes do processo de tomada de decisão financeira, sendo um importante componente para o bem-estar financeiro (Pijoh *et al.*, 2020; Barrafrem *et al.* 2020a). Por fim, a hipótese H4 indica que a percepção da situação financeira impacta positivamente no bem-estar financeiro, uma vez que indivíduos que apresentam perspectivas pessimistas em relação à situação financeira futura tendem a relatar menor BEF durante a pandemia de Covid-19 (Barrafrem *et al.*, 2020b).

4. METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentadas informações relativas à população e à amostra do estudo, os aspectos éticos inerentes a esta pesquisa e o instrumento para coleta de dados bem como as técnicas para análise dos dados obtidos, quais sejam: estatística descritiva, análise fatorial confirmatória (AFC) e a modelagem de equações estruturais (MEE).

4.1 População e Amostra

A população objeto de estudo desta pesquisa compreendeu indivíduos brasileiros maiores de 18 anos. Tal escolha se deu em virtude de o Brasil ser o terceiro país mais afetado pela Pandemia de Covid-19, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2021), apresentando aproximadamente 29,6 milhões de casos confirmados da doença (Ministério da Saúde, 2022). Além disso, a escolha também se deu considerando que os impactos econômico-financeiros causados pela pandemia podem ser ampliados no país devido a alta desigualdade de renda e da representatividade de pessoas em situação vulnerável, quando comparado com outros países mais desenvolvidos (Vieira *et al.*, 2021c).

Foi obtido retorno de brasileiros residentes nas cinco regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com o objetivo de avaliar se a percepção dos indivíduos difere por região, tendo em vista as diferentes medidas adotadas pelos governos estaduais e municipais durante o contexto da Pandemia de Covid-19. Essas diferenças estão associadas ao lapso temporal e aos diferentes níveis de rigor das medidas de distanciamento social e *lockdown*, bem como a disponibilização e iniciação das campanhas de vacinação contra a Covid-19.

Nesse contexto, foi realizado um estudo transversal e a técnica de amostragem para a seleção dos participantes foi o *snowball sampling* ou amostragem por bola de neve. Tal método consiste no envio de convites com o link de acesso ao questionário eletrônico, elaborado no *Google Forms (websurvey)*, por meio das redes sociais virtuais como: WhatsApp, *e-mail*, Facebook, Instagram e LinkedIn, no intuito de ampliar a abrangência da pesquisa, alcançando o maior número possível de brasileiros. No final do questionário foi enviada uma solicitação para que o participante compartilhasse a pesquisa com outras 3 (três) ou mais pessoas de sua rede social.

Com o objetivo de alcançar a abrangência em nível nacional e seguindo as características desse método de amostragem, foram selecionados, inicialmente, 20 (vinte)

pesquisadores de diferentes localizações para responderem ao questionário e, em seguida, compartilharem o link da pesquisa com outros 50 (cinquenta) participantes que, por sua vez, compartilhariam com outras 3 (três) pessoas no mínimo, constituindo assim a bola de neve virtual (Costa, 2018). Para estimar a amostra foi utilizada a alternativa apresentada por Bussab e Bolfarine (2005) de acordo com a seguinte fórmula (1):

$$n = \frac{N \cdot p \cdot q \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{(N - 1) \cdot \varepsilon^2 + p \cdot q \cdot (Z_{\alpha/2})^2}$$

Em que:

n= tamanho da amostra;

N= número de elementos da população;

p= proporção da população de interesse;

q= 1-p;

$(Z_{\alpha/2})^2$ = valor crítico correspondente ao grau de confiança escolhido

Considerando que, segundo a projeção do IBGE (2021), a população brasileira é de 213.317.639⁹ pessoas, para um nível de confiança de 95%, erro amostral de 4%, e utilizando a proporção da população de interesse (*p*) de 0,5, obteve-se uma amostra alvo de 600 indivíduos.

4.2 Instrumento de Coleta de Dados

Como estratégia para coleta de dados foi utilizado um questionário composto por 5 (cinco) blocos. O primeiro bloco composto por 4 (quatro) questões adaptadas do estudo realizado por Barrafrem *et al.* (2020b), incluída pergunta para identificar a percepção dos pesquisados em relação a sua situação financeira antes da pandemia e as perspectivas presentes e futuras sobre as situações financeiras domiciliar, do país e do mundo, respectivamente. Para mensurar essa percepção, as respostas foram elencadas em uma escala de -2 (era / vai ser muito pior do que a de hoje) a 2 (era / vai ser muito melhor do que a de hoje). Destaca-se que para a interpretação do item 1 (um) foi utilizada a escala invertida, conforme demonstrado na Figura 3.

⁹ Consulta realizada ao site do IBGE em dezembro de 2021.

Figura 3*Percepção da situação financeira antes da pandemia e as Perspectivas Futuras*

Item	Opções de Resposta	Escala
1. Como era a situação financeira da sua família, antes da pandemia de COVID-19, em comparação com o que é hoje?	• Era muito melhor do que hoje	-2
	• Era um pouco melhor do que hoje	-1
	• Era igual	0
	• Era um pouco pior do que hoje	1
	• Era muito pior do que hoje	2
2. Como você acha que a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira de sua casa daqui a seis meses, em comparação com o que é hoje?	• Vai ser muito pior do que hoje	-2
	• Vai ser um pouco pior do que hoje	-1
	• Vai ser igual	0
	• Vai ser um pouco melhor do que hoje	1
	• Vai ser muito melhor do que hoje	2
3. Como você acha que a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira do seu país daqui a seis meses, em comparação com o que é hoje?	• Vai ser muito pior do que hoje	-2
	• Vai ser um pouco pior do que hoje	-1
	• Vai ser igual	0
	• Vai ser um pouco melhor do que hoje	1
	• Vai ser muito melhor do que hoje	2
4. Como você acha que a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira do mundo daqui a seis meses em relação ao que é hoje?	• Vai ser muito pior do que hoje	-2
	• Vai ser um pouco pior do que hoje	-1
	• Vai ser igual	0
	• Vai ser um pouco melhor do que hoje	1
	• Vai ser muito melhor do que hoje	2

Fonte: Adaptado de Barrafrem *et al.* (2020b)

O segundo bloco apresenta a escala utilizada para mensuração do construto bem-estar financeiro, contendo 10 (dez) questões traduzidas e adaptadas da escala originalmente desenvolvida por Netemeyer *et al.* (2018) e validada no contexto brasileiro por Ponchio *et al.* (2020). As 5 (cinco) primeiras questões são destinadas à avaliação da perspectiva futura, isto é, a segurança financeira futura esperada pelos indivíduos e as outras 5 (cinco) questões para análise do estresse na gestão financeira atual dos participantes. Conforme proposto por Vieira *et al.* (2021c), foi utilizada a escala do tipo *Likert* de 5 (cinco) pontos cujas categorias de respostas foram alteradas para: piorou muito (1), piorou (2), permanece igual (3), melhorou (4) e melhorou muito (5). Tendo em vista que a escala original foi desenvolvida para mensurar o bem-estar financeiro, as adaptações foram realizadas com o objetivo de avaliar a influência da Pandemia de Covid-19 sobre o BEF. Destaca-se que, quanto mais baixos os valores obtidos na escala maior é a influência da pandemia sobre a percepção de bem-estar financeiro. A Figura 4 apresenta as afirmativas utilizadas pelo estudo para mensuração da influência da Pandemia de Covid-19 sobre o construto bem-estar financeiro.

Figura 4

Escala para mensuração da influência da pandemia de Covid-19 na percepção de bem-estar financeiro (Perceived Financial Well-Being - PFWB)

	Sub-escala	Item	Escala
Bem-Estar Financeiro	Segurança Financeira Futura Esperada	1. Estou me tornando financeiramente seguro durante a pandemia.	1 a 5
		2. Durante a pandemia a percepção que estou garantindo meu futuro financeiro.	
		3. Durante a pandemia a percepção que eu alcançarei os objetivos financeiros que estabeleci para mim.	
		4. Durante a pandemia a percepção que eu economizei (ou serei capaz de economizar) dinheiro suficiente para durar até o final da minha vida.	
		5. Durante a pandemia a percepção que eu estarei financeiramente seguro (protegido) até o final da minha vida.	
	Estresse na Gestão Financeira Atual	6. Durante a pandemia a percepção que por causa da minha situação financeira, eu nunca terei as coisas que quero na vida.	1 a 5
		7. Durante a pandemia a percepção que a minha habilidade para manter em dia a minha vida financeira.	
		8. Durante a pandemia a percepção que as minhas finanças controlam minha vida.	
		9. Durante a pandemia a percepção que eu posso lidar com algo inesperado que atrapalhe o controle sobre a minha vida financeira.	
		10. Durante a pandemia a percepção que não consigo aproveitar a vida porque me preocupo demais com dinheiro.	

Fonte: Adaptado de Netemeyer *et al.* (2018)

O terceiro bloco é composto por doze itens destinados à mensuração do construto *ignorância financeira*, usando para tanto a Escala *Financial Homo Ignorans*. As afirmações apresentadas pela escala possibilitam a mensuração de 4 (quatro) tipos diferentes de tendências comportamentais principais: i) Evitar/Evasão da decisão; ii) Evitar/Evasão da informação; iii) Viés de agregação e iv) Raciocínio motivado, conforme demonstrado na Figura 5.

Figura 5*Escala para mensuração da Ignorância Financeira (FHI)*

	Dimensões	Item	Escala
Ignorância Financeira	Evitar/Evasão da decisão	1. Adio tomar decisões sobre minha situação financeira futura.	1 a 5
		2. Evito tomar decisões sobre minha situação financeira atual.	
		3. Tomar decisões financeiras consome tempo e esforço, então geralmente não tomo decisões planejadas.	
	Evitar/Evasão da informação	1. Prefiro não saber quanto gastei no mês passado.	1 a 5
		2. Prefiro não saber a situação de minhas dívidas.	
		3. Quando se trata de administrar minhas próprias finanças, a ignorância é uma bênção.	
	Viés de agregação	1. Quando faço compras maiores (por exemplo, eletrodomésticos, TV, viagens de férias, etc.), opto por pagar em prestações.	1 a 5
		2. Muitas vezes fico surpreso com a quantidade de dinheiro que gastei.	
		3. Quando algo custa menos do que eu esperava, geralmente gasto o que ganhei em algo não planejado.	
	Raciocínio motivado	1. Acho que as pessoas que discordam da minha opinião sobre como administrar o dinheiro são tolas.	1 a 5
		2. Paro de seguir pessoas nas redes sociais que não compartilham com as minhas opiniões sobre como gastar dinheiro.	
		3. Não gosto de pessoas que não compartilham minhas opiniões sobre questões financeiras.	

Fonte: Barrafrem *et al.* (2020a)

Para mensuração da *ignorância financeira* foi utilizado a escala do tipo *likert* de cinco pontos cujas alternativas de respostas foram: concordo totalmente (1), concordo (2), não concordo nem discordo (3), discordo (4) e discordo totalmente (5). Nesse contexto, ressalta-se que, quanto menores os valores obtidos na escala, mais alto é o nível de ignorância financeira.

No quarto bloco, constam três questões para avaliação da educação financeira, de acordo com o estudo realizado por Lusardi e Mitchell (2008) e utilizadas para a mensuração dos conhecimentos sobre três dimensões: taxa de juros, inflação e diversificação de risco. As duas primeiras questões permitem avaliar se o participante apresenta conhecimentos básicos sobre conceitos fundamentais de economia e de aritmética simples. Já a terceira questão avalia se os pesquisados apresentam conhecimento sobre diversificação de risco, um dos elementos essenciais para o processo de tomada de decisão de investimento (Lusardi & Mitchell, 2008). Ressalta-se que a variável educação financeira poderá assumir valores entre 0 (baixo nível de educação financeira) caso o participante tenha zero acertos e 3 (alto nível de educação financeira) caso acerte as três questões apresentadas, conforme demonstrado no Figura 6.

Figura 6*Escala para avaliação da Educação Financeira*

	Item	Opções de Resposta
Educação Financeira	1. Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta de poupança e a taxa de juros seja de 2% ao ano. Após 5 anos, quanto você acha que teria na conta se deixasse o dinheiro render?	Mais que R\$102,00
		Exatamente R\$ 102,00
		Menos que R\$102,00
		Não Sei
	2. Imagine que a taxa de juros de sua conta poupança fosse de 1% ao ano e a inflação de 2% ao ano. Após 1 ano, com o dinheiro desta conta, você seria capaz de comprar ...	Mais do que hoje
		Exatamente o mesmo de hoje
		Menos do que hoje
		Não sei
	3. Você acha que a seguinte afirmação é verdadeira ou falsa? "Comprar ações de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro do que um fundo mútuo de ações."	Verdadeiro
		Falso
		Não Sei

Fonte: Lusardi e Mitchell (2008)

As questões do quinto bloco foram utilizadas para identificar o perfil dos respondentes, sendo elencadas dez variáveis socioeconômicas e demográficas, tais como: localidade de acordo com as regiões brasileiras, idade, sexo, estado civil, grau de escolaridade, ocupação, renda bruta associada à informação de que o participante é beneficiário de Auxílio Emergencial/ Auxílio Brasil do Governo Federal concedido durante o período da pandemia de Covid-19 e reserva financeira. A escolha dessas variáveis foi baseada em estudos anteriores apresentados na revisão de literatura.

Ressalta-se que o item localidade foi incluído no instrumento de coleta como variável demográfica, tendo em vista as diferenças entre os governos estaduais na implementação de medidas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, conforme constatado por Schaefer, Resende, Epitácio e Aleixo (2020). De acordo com os autores, a maioria dos governadores dos estados pertencentes às regiões Norte e Nordeste decidiu de forma mais rápida a adoção de medidas de restrição social tais como a suspensão de comércios e a realização de eventos públicos. Dito isso, buscou-se, com a inclusão dessa variável, verificar se existe alguma relação com a percepção de bem-estar financeiro dos indivíduos a partir da região de localização. E com o objetivo de captar as informações socioeconômicas e demográficas mencionadas anteriormente foram utilizadas as questões apresentadas na Figura a seguir.

Figura 7*Variáveis relativas aos aspectos socioeconômicos e demográficos*

Variável	Alternativas	Variável	Alternativas	Variável	Alternativas
Localidade	Norte Nordeste	Ocupação	Estudante	Reserva Financeira	Nao Sim
	Centro Oeste Sul Sudeste		Assalariado (a) Funcionário (a) Público (a) Autônomo (a) Empresário (a) Aposentado (a) Desempregado (a) Outros		Situação da Reserva Financeira
Sexo	Masculino Feminino Prefiro Não Responder	Renda	Não possui renda própria Até R\$ 1.100,00 Entre R\$ 1.100,01 e R\$ 2.200,00 Entre R\$ 2.200,01 e R\$ 3.300,00 Entre R\$ 3.300,01 e R\$ 4.400,00 Entre R\$ 4.400,01 e R\$ 5.500,00 Entre R\$ 5.500,01 e R\$ 6.600,00 Acima de R\$ 6.600,00		
Idade	Em anos.		Situação da renda	A minha renda aumentou A minha renda permaneceu a mesma A minha renda teve uma redução inferior a 25% A minha renda teve uma diminuição de 25 a 50% A minha renda teve uma diminuição de 51 a 75% Perdi totalmente a minha renda e estou dependendo de ajuda de amigos e familiares Perdi totalmente a minha renda e estou dependendo do auxílio emergencial Perdi totalmente a minha renda e não estou recebendo nenhuma ajuda	
Estado Civil	Solteiro (a) Casado (a)/ União Estável Divorciado (a)/Separado(a) Viúvo (a) Outros				
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto Ensino Fundamental Completo Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo Ensino Superior Incompleto Ensino Superior Completo				
	Pós-Graduação Incompleta Pós-Graduação Completa Outros				

Para facilitar a compreensão, a Figura 8 apresenta o resumo dos itens do instrumento de coleta de dados utilizado pela pesquisa e as respectivas referências bibliográficas que balizaram a construção da ferramenta. O questionário completo encontra-se disponível no Apêndice B.

Figura 8

Quadro resumo dos itens do instrumento de coleta de dados

TEMA	ITENS/ VARIÁVEIS	REFERÊNCIAS
Perspectivas em relação à Pandemia de Covid-19	4 Questões (01 a 04)	Barrafrem <i>et al.</i> (2020b).
Bem-Estar Financeiro	10 Questões (05 a 14)	Netemeyer <i>et al.</i> (2018).
Ignorância Financeira	12 Questões (15 a 26)	Barrafrem <i>et al.</i> (2020a).
Educação Financeira	03 Questões (27 a 29)	Lusardi e Mitchell (2008).
Perfil da Amostra (Aspectos Socioeconômicos e Demográficos)	Região de Localização	Hecksher e Foguel (2020).
	Idade	Barrafrem <i>et al.</i> (2020b), Diniz <i>et al.</i> (2014); Kunkel (2014); Plagnol (2011).
	Sexo	Vieira <i>et al.</i> (2021b); Gutter e Copur (2011).
	Estado Civil	Vieira <i>et al.</i> (2021b); Diniz <i>et al.</i> (2014); Gutter e Copur (2011).
	Grau de Escolaridade	Diniz <i>et al.</i> (2014); Vieira <i>et al.</i> (2021b); Delafrooz e Paim (2011); Plagnol (2011).
	Ocupação	Vieira <i>et al.</i> (2021a); Xiao <i>et al.</i> (2006); Diniz <i>et al.</i> (2014).
	Renda Bruta	Vieira <i>et al.</i> (2021a); Vieira <i>et al.</i> (2021b); Barrafrem <i>et al.</i> (2020b); Fraga <i>et al.</i> (2016); Diniz <i>et al.</i> (2014); Kunkel (2014); Delafrooz e Paim (2011); Joo e Grable (2004).
	Situação da Renda Bruta durante a pandemia de Covid-19.	Hecksher e Foguel (2020); Vieira <i>et al.</i> (2021a); Vieira <i>et al.</i> (2021c).
	Reservas	Vieira <i>et al.</i> (2021c).

Salienta-se que o questionário passou por três etapas antes de ser aplicado aos participantes, conforme proposto no estudo realizado por Vieira *et al.* (2021b). A primeira etapa foi realizada por duas pessoas e consistiu na tradução do inglês para o português, e em seguida a tradução reversa para o inglês. A segunda etapa refere-se à validação do conteúdo a partir da avaliação de especialistas profissionais conhecedores da área. Após a avaliação dos especialistas, foram realizadas as seguintes adequações semânticas: alteração da ordem das questões do instrumento e da escala *Likert* utilizada; complementação de itens nas questões

para avaliação do perfil dos respondentes, substituição de termos que poderiam dificultar a compreensão da pergunta.

E por fim, a terceira etapa consistiu no pré-teste; isto é, aplicação do questionário para 10 voluntários com diferentes perfis (Martins & Theófilo, 2016) e que não fizeram parte da amostra. A realização desse processo teve como objetivo verificar se o instrumento de coleta apresentava linguagem acessível e estava de acordo com o contexto social dos participantes, avaliar se as perguntas eram coerentes com a finalidade da pesquisa e verificar se não seria necessário efetuar adequações para que o objetivo da pesquisa fosse alcançado (Martins & Theófilo, 2016). Os voluntários não indicaram a necessidade de alteração dos itens, mantendo a estrutura semântica validada pelos especialistas.

Destaca-se que a realização da coleta de dados com a disponibilização virtual dos questionários ocorreu ao longo dos meses de dezembro/2021 e janeiro/2022.

4.3 Aspectos éticos

Como esta pesquisa contou com a participação de seres humanos, foi necessário submetê-la ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) por meio da Plataforma Brasil, com o objetivo de garantir a segurança e a proteção dos direitos dos participantes da pesquisa. Após a submissão, o projeto de pesquisa foi analisado pelo CEP da Universidade Federal de Minas Gerais e aprovado sob o número 51468621.6.0000.5149, via parecer consubstanciado de número 5.164.702. Ressalta-se que, somente após o cumprimento de todos os requisitos e aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP é que foi dado início a etapa de envio eletrônico dos questionários para coleta dos dados.

4.4 Técnicas de Análise de Dados

Foram utilizadas no estudo as seguintes técnicas de análise: estatística descritiva; estatística multivariada por meio da modelagem de equações estruturais; Teste *t* de Student e Análise de variância (ANOVA) com *Post Hoc*. Essas técnicas têm sido utilizadas em outros estudos desenvolvidos sobre a temática de bem-estar financeiro como Vieira *et al.* (2021c), Vieira *et al.* (2021b), Fraga *et al.* (2016), Campara *et al.* (2017), Diniz *et al.* (2014), Delafrooz e Paim (2011). Os dados coletados foram tabulados em planilhas eletrônicas e em seguida, importados para os *softwares* SPSS Statistics 23® e AMOS® para a operacionalização das

técnicas de análise, bem como a sistematização, mensuração e correlação das variáveis a serem analisadas.

A primeira etapa de análise consistiu na aplicação da estatística descritiva das variáveis, caracterizada pela sumarização, organização e descrição do conjunto de dados coletados (Martins & Theóphilo, 2016). Portanto, a estatística descritiva foi utilizada com o objetivo de caracterizar a amostra e descrever o comportamento dos respondentes em relação aos seguintes construtos: *bem-estar financeiro*, *ignorância financeira*, *educação financeira* e *percepção da situação financeira* em tempos de pandemia de Covid-19 bem como para apresentação da sumarização do perfil socioeconômico e demográfico dos participantes. Feito isso, foram calculadas as seguintes medidas de tendência central: média, mediana, mínimo, máximo, desvio-padrão e coeficiente de variação, assim como a mensuração da frequência para traçar um perfil dos pesquisados.

A etapa seguinte consistiu na aplicação da técnica de Modelagem de Equações Estruturais. A MEE consiste em uma técnica multivariada que combina dois métodos: a análise fatorial confirmatória e análise de regressão múltipla, no intuito de examinar uma série de relações de dependência simultaneamente (Hair, Black, Babin & Anderson, 2014). Além disso, a MEE permite mitigar problemas de multicolinearidade entre as variáveis (Folmer, Dutta & Oud, 2010), tendo em vista que o modelo prevê que as variáveis apresentam algum tipo de correlação. Segundo Byrne (2010) a MEE é uma metodologia estatística que utiliza uma modelagem fatorial confirmatória para análise de uma teoria estrutural de algum fenômeno, incorporando variáveis latentes e observadas.

Nesse contexto, inicialmente foi identificado o modelo de mensuração, isto é, foram especificados como seriam medidas e avaliadas a confiabilidade e a validade das variáveis latentes por meio da análise fatorial confirmatória dos seguintes construtos: *bem-estar financeiro*, *ignorância financeira* e *percepção da situação financeira* antes e durante a pandemia. E em seguida, foi avaliado o modelo estrutural por meio das regressões múltiplas.

Na análise fatorial confirmatória o pesquisador pode avaliar a contribuição de cada item da escala, bem como incorporar a maneira como a escala mede o conceito (confiabilidade). Portanto, a estatística da AFC permite dizer quão bem a especificação dos construtos representam a realidade, ou seja, os dados verdadeiros. Sendo assim, a AFC representa uma ferramenta que possibilita confirmar ou rejeitar se as variáveis observadas (variáveis medidas) representam lógica e sistematicamente um construto (Hair *et al.*, 2014).

A AFC inicia-se por uma matriz de variância-covariância, optando-se por examinar as estimativas das cargas fatoriais de máxima verossimilhança, via procedimento direto. Optou-

se por utilizar a matriz de covariância por ser mais indicada, uma vez que oferece mais flexibilidade ao pesquisador, pois contém um volume relativamente maior de informações (Hair *et al.*, 2014). Em seguida, é avaliada a validade e a confiabilidade do construto, conforme disposto por Hair, Black, Babin e Anderson (2014). A validade convergente foi avaliada pela observação da magnitude e da significância estatística dos coeficientes padronizados pela variância média extraída (*Average Variance Extracted* - AVE) e pelos índices de ajustes absolutos: estatística *qui-quadrado* (χ^2), *Root Mean Square Residual* (RMSR ou RMR), *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Goodness-of-Fit Index* (GFI) e pelos índices de ajuste comparativos: *Comparative Fit Index* (CFI), *Normed Fit Index* (NFI), *Tucker-Lewis Index* (TLI).

A estatística de Qui-quadrado (χ^2) tem como finalidade avaliar a significância das diferenças entre a matriz de covariância observada e a estimada. Busca-se um valor pequeno para o χ^2 e um *valor-p* correspondente grande, indicando que não há nenhuma diferença estatisticamente significativa entre as matrizes. Destaca-se que, quando o tamanho amostral aumenta, o teste tende a apresentar resultados significativos para modelos equivalentes. Por outro lado, quando o tamanho da amostra diminui, o teste tende a apresentar valores não significativos. No entanto, para reduzir os problemas ocasionados pelo tamanho amostral, alguns pesquisadores têm sugerido o cálculo da razão entre o qui-quadrado e os graus de liberdade (gl) - (χ^2/ gl) (Byrne, 2010; Hair *et al.* 2014). Cabe ressaltar que não há na literatura consenso para os limites da razão entre qui-quadrado/graus de liberdade. De acordo com Hair *et al.* (2014) valores menores que cinco são aceitáveis.

O *Root Mean Square Residual* consiste na raiz quadrada da média dos quadrados dos resíduos. Este índice permite comparar o ajuste de dois modelos diferentes elaborados a partir da mesma base de dados e modelos bem ajustados assumem valores inferiores a 0,06 (Hooper, Coughlan & Mullen, 2008), contudo, valores inferiores a 0,08 são aceitáveis (Hu & Bentler, 1999).

O índice *Root Mean Square Error of Approximation* representa a discrepância entre a matriz de covariância observada e estimada pelo grau de liberdade. É uma medida que tenta corrigir a complexidade do modelo e tamanho amostral. Logo, é um índice mais adequado para uso em modelos confirmatórios à medida que a amostra aumenta. No entanto, quanto menores os valores da RMSEA, melhor é o ajuste do modelo, e o seu valor de referência pode estar entre 0,03 e 0,08, para um intervalo de confiança de 95% (Hair *et al.*, 2014). Para Hooper, Coughlan e Mullen, (2008) o ponto de corte recomendado para este índice é de

valores menores que 0,08. Todavia, tem-se utilizado, recentemente, os valores de corte menores que 0,06 (Hu & Bentler, 1999).

O *Goodness-of-Fit Index* corresponde ao grau geral de ajuste, não sendo ponderada em termos dos graus de liberdade (Hair *et al.*, 2014). O índice possui limites que podem variar entre 0 (zero) e 1 (um), no qual 1 (um) significa que o modelo apresenta ajustamento perfeito. Autores têm sugerido valores maiores que 0,95 para se considerar um modelo ajustado (Hu & Bentler, 1999; Hooper *et al.*, 2008; Byrne, 2010).

O *Comparative Fit Index* é uma medida comparativa que avalia quão bem um modelo especificado se ajusta relativamente ao modelo nulo (modelo de referência). Os seus valores variam entre 0 (zero) e 1 (um), com valores mais altos indicando melhor ajuste. Portanto, valores CFI abaixo de 0,90 estão associados, geralmente, a um modelo que não está bem ajustado (Hair *et al.*, 2014), porém alguns autores consideram valores maiores que 0,95 para um modelo ajustado (Hu & Bentler, 1999; Hooper *et al.*, 2008; Byrne, 2010).

O *Normed Fit Index* é uma medida que utiliza uma proporção da diferença no valor χ^2 para o modelo ajustado e um modelo nulo dividida pelo valor χ^2 para o modelo nulo (Hair, Black, Babin, & Anderson, 2009, p. 570). Esta estatística indica assim a proporção em que o ajuste do modelo proposto é melhor que o modelo nulo. Para o modelo ser considerado ajustado, alguns autores consideram como medida de referência valores superiores a 0,95 (Hu & Bentler, 1999; Hooper *et al.*, 2008; Byrne, 2010).

O índice *Tucker-Lewis Index* é conceitualmente semelhante ao índice CFI, uma vez que envolve uma comparação entre o modelo teórico de mensuração especificado com um modelo nulo de referência (Hair *et al.*, 2014). Alguns autores consideram como medida de referência valores superiores a 0,95 (Hu & Bentler, 1999; Hooper *et al.*, 2008; Byrne, 2010), para que o modelo seja considerado como ajustado.

A unidimensionalidade significa que um conjunto de variáveis representa apenas um construto subjacente. Essa medida é avaliada a partir da padronização dos resíduos relativos aos indicadores de cada variável latente. Nesse sentido, são considerados unidimensionais os construtos que apresentaram, para um nível de significância de 5%, resíduos padronizados inferiores a 2,58 (Hair *et al.*, 2014).

Ressalta-se que, na avaliação do modelo de mensuração e do modelo estrutural deve-se verificar também a significância dos coeficientes estimados. Para tal foi realizado o Teste *t* dos valores obtidos, com o objetivo de avaliar se os coeficientes foram significativos ao nível de 5% de significância. Cabe destacar também que, na AFC, além de verificar a significância estatística dos coeficientes, faz-se necessário observar a magnitude da carga fatorial, cujo

valor mínimo aceitável é 0,50, conforme sugerido por Hair *et al.* (2014). Assim, a variável que apresentou carga fatorial inferior a esse valor foi excluída do modelo.

No intuito de avaliar a confiabilidade dos construtos identificados no estudo foi utilizado o coeficiente de *Alfa de Cronbach* e a Confiabilidade Composta que avaliam a consistência interna do modelo. O coeficiente de *Alfa de Cronbach* varia de 0 (zero) a 1 (um), sendo que o valor de 0,60 é o limite inferior de aceitabilidade para pesquisas do tipo exploratória (Hair *et al.* 2014). A Confiabilidade Composta é também um indicador utilizado para avaliar a fidedignidade do modelo (Valentini & Damásio, 2016; Fornell & Larcker, 1981) sendo recomendado o valor de 0,70 (Hair *et al.* 2014) como limite inferior de aceitabilidade.

A validade discriminante foi avaliada a partir da comparação da AVE com a correlação entre os construtos (Fornell & Larcker, 1981) e da comparação da correlação entre os construtos. O valor absoluto de todas as correlações deve ser menor que 0,85 (Kline, 2005). A validade discriminante é caracterizada como “*o grau em que dois conceitos similares são distintos. A validade discriminante garante que a escala é suficientemente diferente de outros conceitos semelhantes para ser distinta*” (Hair *et al.*, 2009, p.126).

Após a validação dos construtos, foram realizados os testes de diferenças de média com a finalidade de verificar se há diferenças significativas do construto *bem-estar financeiro* em tempos de pandemia de Covid-19 em relação aos aspectos socioeconômicos e demográficos. Para tanto, foram aplicados os seguintes testes: Teste *t* e a Análise de variância, adotando para análise o nível de significância de 5%. Para as variáveis com mais de dois grupos (escolaridade, ocupação, estado civil, renda) utilizou-se a Análise de Variância que permite avaliar, simultaneamente, as diferenças de médias entre vários grupos (Hair *et al.*, 2014).

O teste ANOVA foi realizado após a aplicação de três testes, a saber: 1) Teste de homogeneidade das variâncias (Estatística de Levene), 2) Teste F ANOVA (para variâncias homocedásticas) ou F Welsch (Teste robusto de Igualdade de Médias para variâncias heterocedásticas), 3) *Post Hoc* HSD de Tukey (para variâncias homocedásticas) ou *Post Hoc* Games-Howell (para variâncias heterocedásticas). A primeira etapa desse processo consiste na verificação da homogeneidade das variáveis, avaliando a igualdade de variâncias por meio do Teste de Levene. Assim, as variáveis homocedásticas foram avaliadas pelo teste F ANOVA e as variáveis heterocedásticas avaliadas pelos testes robustos de igualdade de médias (Teste F Welsch) com o objetivo de identificar a existência de diferença de médias em pelo menos um dos grupos comparados (Field, 2009; Pestana & Gageiro, 2008). Portanto,

para os casos em que esses testes apresentaram significância (indicando a existência de diferenças de médias) foram realizados os testes *Post Hoc* para evidenciar as diferenças de médias, tendo em vista que os Testes F ANOVA e o Teste F Welsch não especificam quais os grupos apresentam diferenças significativas. Desta forma, optou-se pela utilização dos Testes *Post Hoc* HSD de Tukey (para as variáveis homocedásticas) e o Teste *Post Hoc* de Games-Howell (para as variáveis heterocedásticas).

Em seguida a aplicação das técnicas de validação e de avaliação da confiabilidade do modelo de mensuração dos construtos *ignorância financeira*, *percepção da situação financeira* e BEF, foi desenvolvido e avaliado o modelo integrado, incluindo tanto o modelo de mensuração quanto o modelo estrutural. Para avaliação do modelo integrado e, conseqüentemente, a confirmação ou refutação das hipóteses de pesquisa sugeridas, foram verificados os coeficientes de regressão estimados e as respectivas significâncias, conforme sugerido por Kline (2005). Ademais, foram analisados os índices de ajuste do modelo, sendo utilizados os mesmos índices mencionados anteriormente (*Qui-quadrado*, RMR, RMSEA, GFI, CFI, NFI, TLI).

Ressalta-se que a inferência para avaliação da diferença de médias entre os grupos foi realizada após a análise fatorial confirmatória dos construtos. A Figura 9 apresenta uma síntese das técnicas de análise dos dados que foram utilizadas no presente estudo e as suas respectivas finalidades.

Figura 9*Quadro resumo das técnicas de análise dos dados*

Técnicas Estatísticas		Finalidade
Estatística Descritiva	Frequência	Compreender o perfil da amostra e descrever o comportamento dos respondentes em relação aos construtos investigados no estudo.
	Média	
	Mediana	
	Desvio Padrão	
	Coefficiente de Variação	
Inferência	Teste t (para dois grupos)	Avaliação da diferença de média entre os grupos, se consideradas as variáveis socioeconômicas, demográficas e o construto validado bem-estar financeiro.
	Análise da variância ANOVA com <i>Post Hoc</i> (para mais de dois grupos)	
Estatística Multivariada	Análise Fatorial Confirmatória	Validação dos construtos
	Alpha de Cronbach e Índice de Confiabilidade Composta	Avaliação da Confiabilidade dos construtos
	Resíduos Padronizados das variáveis observáveis	Avaliação da unidimensionalidade
	Variância Média extraída (<i>Average Variance Extracted - AVE</i>)	Validação convergente dos construtos
	Estatística qui-quadrado	
	Root Mean Square Residual (RMR)	
	Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA)	
	Goodness-of-Fit Index (GFI)	
	Comparative Fit Index (CFI)	
	Normed Fit Index (NFI)	
	Tucker-Lewis Index (TLI)	Avaliação da validade discriminante do construto <i>ignorância financeira</i>
	Comparação da AVE com a correlação entre os construtos	
	Teste de diferença de qui-quadrados e da comparação da correlação entre os construtos.	Validação do modelo integrado
	Modelagem de Equações Estruturais	
	Significância estatísticas dos coeficientes de regressão	
Índices de ajustes (qui-quadrado, RMR, RMSEA, GFI, CFI, NFI, TLI)		

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo é composto pelos resultados obtidos a partir dos dados coletados durante a realização do estudo. A coleta se deu por meio de questionários disponibilizados eletronicamente, no período de 21 de dezembro de 2021 a 31 de janeiro de 2022. Compõem a amostra desta pesquisa respondentes brasileiros, maiores de 18 anos, das cinco regiões do Brasil. Foram obtidas 593 (quinhentas e noventa e três) respostas, das quais 2 (duas) foram desconsideradas uma vez que os respondentes não concordaram com as condições da pesquisa. Assim, foram utilizadas 591 (quinhentas e noventa e uma) respostas para as análises de dados que serão apresentadas nas seis partes que compõem este capítulo.

No item 5.1, são apresentadas as estatísticas descritivas relativas ao perfil da amostra, especificamente em relação às variáveis socioeconômicas e demográficas: região, idade, sexo, estado civil, grau de escolaridade, ocupação, renda e reservas financeiras. No item 5.2, são evidenciadas as estatísticas descritivas das percepções dos respondentes em relação à situação financeira antes da pandemia e às perspectivas futuras, bem como a percepção em relação aos construtos *bem-estar financeiro*; *ignorância financeira*; e *educação financeira*. No item 5.3, tem-se a validação e a análise da confiabilidade individual dos construtos. No item 5.4, apresenta-se a formação dos construtos validados. No item 5.5, analisa-se a influência dos aspectos socioeconômicos e demográficos em relação ao construto *bem-estar financeiro*. E, por fim, no item 5.6, propõe-se a validação do modelo integrado no intuito de verificar a influência dos construtos sobre o bem-estar financeiro.

5.1 Perfil da Amostra

A Tabela 1 apresenta a distribuição da amostra por região. Observa-se que a região Sudeste é a que possui o maior número de respondentes (401 indivíduos), em contrapartida a região Sul foi a menos representativa apresentando apenas 34 respondentes. A obtenção de 67,85% da amostra da região Sudeste pode ser justificada pela facilidade de acesso aos respondentes em função da localização dos principais pesquisadores envolvidos no presente estudo.

Tabela 1
Distribuição da amostra por região brasileira

Região	Frequência	Porcentagem
Norte	38	6,43%
Nordeste	57	9,64%
Centro Oeste	61	10,32%
Sul	34	5,76%
Sudeste	401	67,85%
Total	591	100,0%

Após a identificação da distribuição dos respondentes por região, foi realizada a caracterização da amostra em relação às variáveis sexo, idade, estado civil, escolaridade, ocupação e renda, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2
Perfil dos respondentes para as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, ocupação, escolaridade e renda.

Variável	Alternativas	Frequência	Percentual
Sexo	Masculino	194	32,83%
	Feminino	395	66,84%
	Prefiro Não Responder	02	0,34%
Idade	19 a 35 anos	183	52,10%
	36 a 55 anos	315	43,10%
	56 a 82 anos	93	4,70%
Estado Civil	Solteiro (a)	201	34,01%
	Casado (a)/ União Estável	325	54,99%
	Divorciado (a)/Separado(a)	49	8,29%
	Viúvo (a)	12	2,03%
	Outros	04	0,68%
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	10	1,69%
	Ensino Fundamental Completo	10	1,69%
	Ensino Médio Incompleto	05	0,85%
	Ensino Médio Completo	47	7,95%
	Ensino Superior Incompleto	29	4,91%
	Ensino Superior Completo	144	24,37%
	Pós-Graduação Incompleta	28	4,74%
	Pós-Graduação Completa	308	52,12%
	Outros	10	1,69%
Ocupação	Estudante	23	3,89%
	Assalariado (a)	166	28,09%
	Funcionário (a) Público (a)	233	39,42%
	Autônomo (a)	54	9,14%
	Empresário (a)	30	5,08%
	Aposentado (a)	34	5,75%
	Desempregado (a)	18	3,05%
	Outros	33	5,58%
Renda	Não possui renda própria	24	4,06%
	Até R\$ 1.100,00	25	4,23%
	Entre R\$ 1.100,01 e R\$ 2.200,00	60	10,15%
	Entre R\$ 2.200,01 e R\$ 3.300,00	80	13,54%
	Entre R\$ 3.300,01 e R\$ 4.400,00	75	12,69%
	Entre R\$ 4.400,01 e R\$ 5.500,00	77	13,03%
	Entre R\$ 5.500,01 e R\$ 6.600,00	60	10,15%
Acima de R\$ 6.600,00	190	32,15%	

Conforme os resultados dos itens relativos ao perfil dos respondentes, apresentados na Tabela 2, observa-se que a maioria pertence ao sexo feminino (66,84%), é casado (a) ou com união estável (54,99%). A idade dos indivíduos pesquisados variou entre 19 e 82 anos, com idade média de 42 anos, sendo que aproximadamente 61% dos respondentes possuem até 43 anos. Em relação ao grau de escolaridade, a maioria dos pesquisados apresentam Pós-Graduação Completa (52,12%), 24,37% possuem ensino superior completo e apenas 7,95% dos participantes possuem Ensino Médio completo. Logo, cerca de 83% da amostra apresenta ao menos o ensino superior completo.

No que se refere à ocupação, observa-se uma maior frequência de funcionários públicos, representando 39,42% da amostra, em seguida estão os pesquisados que trabalham com carteira assinada, representando aproximadamente 28%. Do total de pesquisados apenas 3,05% estão desempregados. Ao analisar a renda mensal dos participantes, verifica-se que 32,15% possui renda superior a R\$ 6.600,00, sendo que, aproximadamente, 4% recebem até um salário mínimo. Esses achados são condizentes com o perfil apresentado pela amostra, tendo em vista que a maior parte dos pesquisados são funcionários públicos, portanto, apresentam estabilidade empregatícia, geralmente são mais bem remunerados do que os funcionários da iniciativa privada (Vieira *et al.*, 2021c) e possuem um alto grau de escolaridade, atribuídos aos incentivos à qualificação ofertados aos participantes desse nível de ocupação. Ademais, explicações possíveis para esse perfil amostral podem ser atribuídas à utilização de redes sociais, além da colaboração de outros pesquisadores para a divulgação do questionário.

A partir da análise do perfil dos pesquisados, investigou-se a influência da pandemia de Covid-19 sobre a situação da renda e da reserva financeira, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3*Situação da renda e da reserva financeira durante a pandemia de Covid-19*

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Situação da renda	A minha renda aumentou.	95	16,07%
	A minha renda permaneceu a mesma.	332	56,18%
	A minha renda teve uma redução inferior a 25%	63	10,66%
	A minha renda teve uma diminuição de 25 a 50%	69	11,68%
	A minha renda teve uma diminuição de 51 a 75%	13	2,20%
	Perdi totalmente a minha renda e estou dependendo de ajuda de amigos e familiares.	09	1,52%
	Perdi totalmente a minha renda e estou dependendo do auxílio emergencial.	03	0,51%
	Perdi totalmente a minha renda e não estou recebendo nenhuma ajuda.	07	1,18%
Reserva Financeira	Não	184	31,13%
	Sim	407	68,87%
Situação da Reserva Financeira	Reserva permaneceu a mesma	98	16,58%
	Reserva aumentou	105	17,77%
	Reserva diminuiu	150	25,38%
	Não tem mais reserva	54	9,14%

Nota-se que a maior parte da amostra (56,18%) informou que a pandemia de Covid-19 não alterou a renda mensal, isto é, a renda permaneceu a mesma. Tal achado é condizente com o perfil da amostra analisado anteriormente, dado que 68% dos respondentes são assalariados ou servidores públicos. Aproximadamente, 25% dos pesquisados sofreram alguma redução e cerca de 3% relataram ter perdido totalmente a sua renda, como consequência dos impactos causados pela pandemia na economia do país, principalmente no mercado de trabalho. Em contraposição, constata-se nessa análise, que 16,07% dos indivíduos declararam um aumento da renda.

Os pesquisados também foram questionados quanto à existência de reservas financeiras, e observa-se que 31,13% não apresentam nenhum tipo de reserva, em contraposição, 407 indivíduos informaram que sim, o que representa 68,87% da amostra. Dos respondentes que afirmaram possuir algum tipo de reserva financeira, 25,38% dos participantes constataram uma redução dos seus recursos. Em sentido contrário ao esperado para o período de crise econômica, aproximadamente 35% dos respondentes não tiveram nenhum comprometimento ou até mesmo relataram aumento de suas reservas.

A partir do conhecimento obtido em relação ao perfil dos pesquisados e da situação financeira durante o período da pandemia de Covid-19, o estudo buscou compreender os resultados da estatística descritiva dos construtos utilizados para mensurar o *bem-estar*

financeiro, a *ignorância financeira*, o nível de *educação financeira* e as *percepções da situação financeira* antes da pandemia e as perspectivas futuras da amostra.

5.2 Estatísticas Descritivas dos Construtos

As cinco primeiras perguntas do primeiro bloco do instrumento de coleta de dados foram utilizadas para mensurar as percepções dos pesquisados em relação à situação financeira antes da pandemia de Covid-19 e as perspectivas futuras, buscando atender ao objetivo específico de identificar as perspectivas dos respondentes para as futuras mudanças na situação financeira familiar, nacional e mundial em tempos de pandemia.

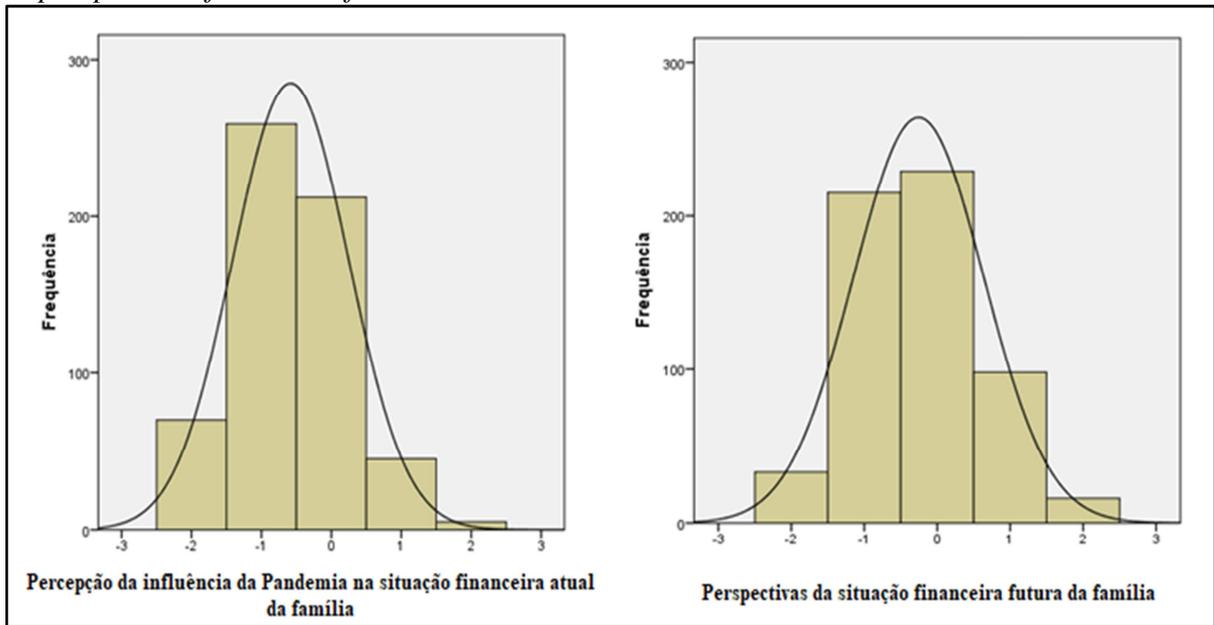
Para a questão 1 foi utilizada a interpretação invertida da escala proposta por Barrafreem *et al.* (2020b), por se tratar de uma adaptação, no intuito de identificar a percepção da situação financeira familiar dos respondentes antes do período pandêmico. Sendo assim, as respostas foram elencadas em uma escala de -2 (era muito melhor do que hoje); -1(era um pouco melhor do que hoje); 0 (era igual); 1(era um pouco pior do que hoje) e 2 (era muito pior do que hoje).

Já as respostas das questões 2 a 4 foram elencadas em uma escala de -2 (vai ser muito pior do que hoje); -1 (vai ser um pouco pior do que hoje); 0 (vai ser igual); 1 (vai ser um pouco melhor do que hoje) e 2 (vai ser muito melhor do que hoje), conforme proposto por Barrafreem *et al.* (2020b).

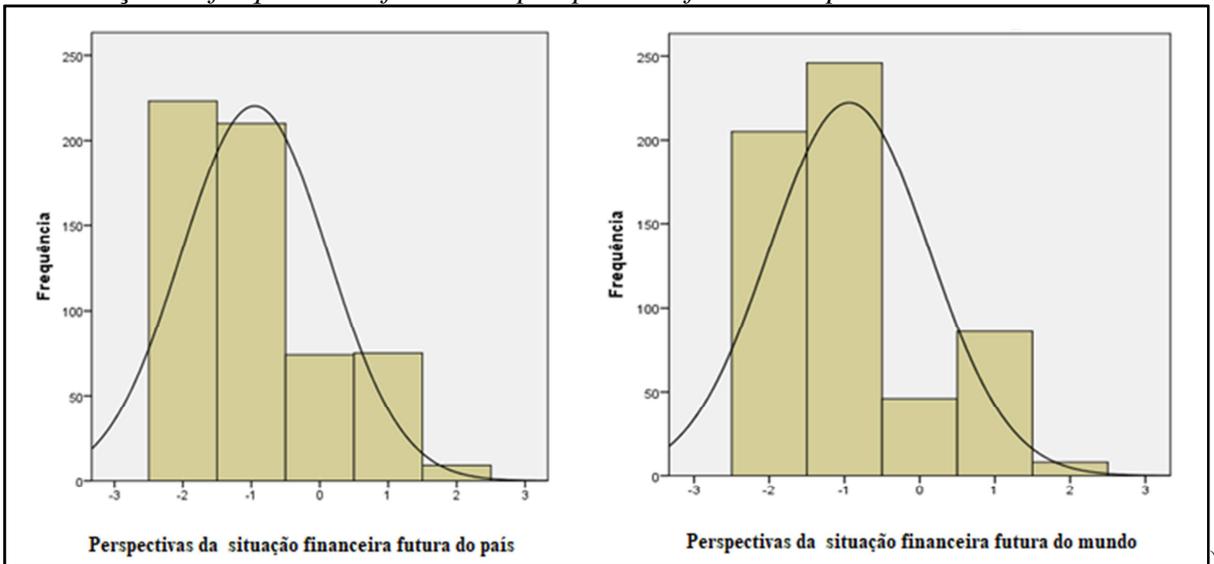
Nesse contexto, quanto mais próximo de -2 foram as respostas dos participantes, mais pessimista é a sua percepção em relação a sua situação financeira familiar presente, bem como as suas perspectivas futuras para a sua família, para o seu país e o mundo. O quadro com as referidas questões e as frequências de respostas consta no Apêndice C. Destaca-se nas Figuras 10 e 11 a distribuição de frequência referente à percepção da situação financeira antes da pandemia e as perspectivas futuras.

Figura 10

Distribuição de frequência referente à percepção da situação financeira antes da pandemia e as perspectivas futuras da família

**Figura 11**

Distribuição de frequência referente às perspectivas futuras do país e do mundo



Observa-se que, ao analisar a influência da Pandemia na situação financeira familiar, aproximadamente 56% dos pesquisados perceberam uma piora ao comparar a situação financeira atual da família com a situação financeira no período anterior à pandemia. Conforme disposto por Vieira *et al.*, (2021c) em países como o Brasil, onde existe uma alta desigualdade social e de renda, com um percentual expressivo da população em situação de

vulnerabilidade, qualquer redução da atividade econômica, como as ocasionadas pela pandemia de Covid-19, tem um impacto significativo na vida financeira de muitos cidadãos.

Para as questões relativas às perspectivas da situação financeira futura, nota-se uma concentração de respostas nas alternativas “-2 vai ser muito pior do que hoje” e “-1 um pouco pior do que hoje” no contexto do país e do mundo, representando 73,26% e 76,31% respectivamente. Esses resultados indicam que o pessimismo em relação às variáveis que envolvem fatores macroeconômicos é mais evidente quando comparado à percepção da situação financeira familiar, cuja frequência de participantes que percebem uma situação financeira pior no curto prazo representa, aproximadamente, 42%. Ainda, na análise da perspectiva da situação financeira familiar em um futuro próximo, observa-se que 38,75% dos respondentes não indicaram alteração nesse contexto, mantendo, portanto, a situação financeira atual. Nesse sentido, as questões que abordam a percepção da situação financeira familiar do passado e na perspectiva futura evidenciaram um equilíbrio de respostas, visto que os percentuais de “era igual” e “vai ser igual” representam 35,87% e 38,75%, respectivamente.

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva para identificação dessa perspectiva a partir da mensuração da média, mediana, desvio padrão e coeficiente de variação.

Tabela 4

Estatística descritiva do construto percepção da situação financeira antes da pandemia e as Perspectivas Futuras.

Questões	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação
1. Como era a situação financeira da sua família, antes da pandemia de COVID-19, em comparação com o que é hoje?	-0,58	-1,00	0,83	-143%
2. Como você acha que a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira de sua casa daqui a seis meses, em comparação com o que é hoje?	-0,26	0,00	0,89	-343%
3. Como você acha que a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira do seu país daqui a seis meses, em comparação com o que é hoje?	-0,95	-1,00	1,07	-113%
4. Como você acha que a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira do mundo daqui a seis meses em relação ao que é hoje?	-0,94	-1,00	1,06	-113%

A partir da análise das médias apresentadas pelas questões 2 a 4, os respondentes se mostraram pessimistas em relação às perspectivas futuras da situação financeira familiar, do país e do mundo, tendo em vista que a escala variava de menos dois (-2) a dois (2), indicando que a situação financeira nesses contextos, em um futuro próximo, será um pouco pior do que

hoje. Esses resultados corroboram com os achados apresentados pelo estudo de Barrafreem *et al.* (2020b) em que também foi identificada a percepção pessimista de indivíduos em relação à situação financeira familiar. Conforme apresentado anteriormente, essa perspectiva é um pouco melhor para a situação financeira familiar quando comparada ao contexto macroeconômico, no qual os valores médios estão mais próximos de -1. No entanto, nota-se também uma alta variabilidade das respostas, conforme demonstrado pelos coeficientes de variação.

Ao analisar a percepção dos participantes em relação à influência da Pandemia de Covid-19 na situação financeira familiar presente comparado com o que era antes desse período, constata-se que, em média, as pessoas relataram uma piora na situação financeira, uma vez que o resultado obtido está mais próximo de -1 (era um pouco melhor do que hoje).

O próximo construto analisado foi o bem-estar financeiro, a partir da utilização de uma escala tipo *Likert* de cinco pontos cujas categorias de respostas eram: piorou muito (1), piorou (2), permanece igual (3), melhorou (4) e melhorou muito (5). As variáveis desse construto foram baseadas e adaptadas da escala originalmente desenvolvida por Netemeyer *et al.* (2018) e validada no contexto brasileiro por Ponchio *et al.* (2020), totalizando dez questões, divididas em duas dimensões: segurança financeira futura esperada e estresse na gestão financeira. A análise descritiva do construto BEF possibilita alcançar o objetivo específico de investigar as percepções de mudança do bem-estar financeiro em tempos de pandemia de Covid-19. As questões e os percentuais da escala de BEF estão demonstrados na Tabela 5.

Tabela 5
Percentual válido da escala de bem-estar financeiro.

Dimensão	Variável	Piorou muito	Piorou	Permanece igual	Melhorou	Melhorou muito
Segurança Financeira Futura Esperada	05. A percepção que eu estou me tornando financeiramente seguro durante a pandemia.	13,03%	40,78%	30,96%	13,71%	1,52%
	06. Durante a pandemia a percepção que eu estou garantindo meu futuro financeiro.	14,38%	42,98%	28,09%	12,69%	1,86%
	07. Durante a pandemia a percepção que eu alcançarei os objetivos financeiros que estabeleci para mim.	15,40%	40,61%	28,76%	13,03%	2,20%
	08. Durante a pandemia a percepção que eu economizei (ou serei capaz de economizar) dinheiro suficiente para durar até o final da minha vida.	24,37%	38,41%	25,04%	10,32%	1,86%
	09. Durante a pandemia a percepção que eu estarei financeiramente seguro até o final da minha vida.	22,84%	40,10%	27,41%	7,95%	1,69%
Estresse na Gestão Financeira Atual	10. Durante a pandemia a percepção de que por causa da minha situação financeira, eu nunca terei as coisas que quero na vida.	9,81%	32,66%	44,84%	10,66%	2,03%
	11. Durante a pandemia a percepção de que a minha habilidade para manter em dia a minha vida financeira.	10,32%	31,81%	40,27%	15,06%	2,54%
	12. Durante a pandemia a percepção que as minhas finanças controlam minha vida.	7,78%	26,57%	53,47%	9,81%	2,37%
	13. Durante a pandemia a percepção que eu posso lidar com algo inesperado que atrapalhe o controle sobre a minha vida financeira.	11,68%	32,49%	31,64%	21,49%	2,71%
	14. Durante a pandemia a percepção que não consigo aproveitar a vida porque me preocupo demais com dinheiro.	9,81%	23,52%	47,55%	16,75%	2,37%

Analisando-se o construto BEF, é perceptível a frequência de respostas concentradas nas alternativas “piorou” e “permanece igual” para todas as variáveis da escala, apresentando percentuais variando de 64% a 78%, aproximadamente. Para a dimensão “Segurança Financeira Futura Esperada”, os itens “Durante a pandemia a percepção que eu economizei dinheiro suficiente para durar até o final da minha vida” e “Durante a pandemia a percepção que eu estarei financeiramente seguro até o final da minha vida” foram os que apresentaram os maiores percentuais de piora representando 62,78% e 62,94%, respectivamente.

Ainda dentro dessa perspectiva, ao analisar a variável “Durante a pandemia a percepção que eu estou garantindo meu futuro financeiro”, percebe-se que 42,98% dos pesquisados demonstraram que a pandemia piorou a percepção em relação à garantia do seu futuro financeiro. As variáveis “A percepção que eu estou me tornando financeiramente

seguro durante a pandemia” e “Durante a pandemia a percepção que eu alcançarei os objetivos financeiros que estabeleci para mim” também apresentaram percentuais elevados para a piora da segurança financeira futura, totalizando 53,81% e 56,01%, respectivamente.

Nota-se na dimensão “Estresse na Gestão Financeira Atual”, o item “Durante a pandemia a percepção que as minhas finanças controlam minha vida” foi o que apresentou a maior frequência para a escala “permanece igual” (53,47%). Observa-se ainda que, o maior percentual de respondentes para a escala “melhorou” foi para o item “Durante a pandemia a percepção que eu posso lidar com algo inesperado que atrapalhe o controle sobre a minha vida financeira” representando, aproximadamente, 22% da amostra. Em sentido contrário, esse também foi o item que apresentou o maior percentual para as escalas “piorou muito” e “piorou”, totalizando 44,17%, demonstrando uma dispersão de respostas para essa variável.

Em síntese, os achados indicam incertezas e inseguranças dos respondentes em relação ao seu futuro financeiro durante o período pandêmico e, quanto ao estresse na gestão financeira, a maioria dos participantes demonstrou que essa percepção se manteve igual. A Tabela 6 apresenta as questões e a estatística descritiva da escala de BEF.

Tabela 6*Estatística descritiva do construto bem-estar financeiro.*

Dimensão	Variável	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Segurança Financeira Futura Esperada	05. A percepção que eu estou me tornando financeiramente seguro durante a pandemia.	2,50	2,00	0,94	37,48%
	06. Durante a pandemia a percepção que eu estou garantindo meu futuro financeiro.	2,45	2,00	0,95	38,81%
	07. Durante a pandemia a percepção que eu alcançarei os objetivos financeiros que estabeleci para mim.	2,46	2,00	0,97	39,63%
	08. Durante a pandemia a percepção que eu economizei (ou serei capaz de economizar) dinheiro suficiente para durar até o final da minha vida.	2,27	2,00	1,00	44,15%
	09. Durante a pandemia a percepção que eu estarei financeiramente seguro até o final da minha vida.	2,26	2,00	0,95	42,28%
Estresse na Gestão Financeira Atual	10. Durante a pandemia a percepção de que por causa da minha situação financeira, eu nunca terei as coisas que quero na vida.	2,62	3,00	0,88	33,37%
	11. Durante a pandemia a percepção de que a minha habilidade para manter em dia a minha vida financeira.	2,68	3,00	0,94	35,05%
	12. Durante a pandemia a percepção que as minhas finanças controlam minha vida.	2,72	3,00	0,83	30,60%
	13. Durante a pandemia a percepção que eu posso lidar com algo inesperado que atrapalhe o controle sobre a minha vida financeira.	2,71	3,00	1,02	37,50%
	14. Durante a pandemia a percepção que não consigo aproveitar a vida porque me preocupo demais com dinheiro.	2,78	3,00	0,92	33,02%

Tendo em vista os resultados apresentados, constata-se que a pandemia de Covid-19, em média, influenciou de forma negativa no bem-estar financeiro, considerando que a escala variava de 1, em que a percepção de BEF piorou muito, a 5 em que os respondentes relatam que o BEF melhorou muito durante a pandemia.

Com isso, nota-se que a percepção dos respondentes em relação a sua segurança financeira futura piorou, com os valores médios mais próximos da escala 2. Já em relação ao estresse na gestão financeira atual, em média, manteve-se igual, uma vez que os valores foram próximos ao centro da escala (3). Cabe ressaltar que, quanto mais baixos os valores obtidos na escala, maior é a influência da pandemia sobre a percepção de bem-estar financeiro, isto é, os respondentes percebem uma perda no seu bem-estar financeiro.

Assim, os fatores contextuais, como por exemplo, a pandemia, podem ocasionar complicações na situação financeira de um grande número de pessoas ao mesmo tempo, implicando em problemas sociais e consequentemente impactando no bem-estar financeiro tanto no presente como no futuro (Bruggen *et al.*, 2017).

Neste contexto, é preocupante a influência da Pandemia de Covid-19 sobre a percepção de segurança financeira futura esperada, evidenciando a importância da atuação dos agentes públicos na manutenção da estabilidade financeira do país e no desenvolvimento de ações para estimular a educação financeira da população, com objetivo de reduzir os impactos futuros da pandemia sobre o bem-estar financeiro dos indivíduos.

O próximo construto investigado abordou variáveis para a mensuração do nível de Ignorância Financeira dos respondentes. Para tanto foi utilizado a escala *Financial Homo Ignorans* (FHI), proposta por Barrafrem *et al.* (2020a), composta por doze questões do tipo *Likert* de cinco pontos (1 - Concordo totalmente; 2 - Concordo; 3 - Não concordo e nem discordo; 4 – Discordo; e 5 – Discordo totalmente). As variáveis foram distribuídas em 4 tipos diferentes de dimensões, as quais envolvem as tendências comportamentais dos indivíduos: i) Evitar/Evasão da decisão; ii) Evitar/Evasão da informação; iii) Viés de agregação e iv) Raciocínio motivado. Cabe ressaltar que, quanto menor a frequência dos respondentes nas afirmações apresentadas, isto é, quanto mais respostas do tipo “concorda totalmente” ou “concorda”, mais alto é o nível de ignorância financeira. Os percentuais válidos e as variáveis do construto *ignorância financeira* são demonstradas na Tabela 7.

Tabela 7
Percentual do construto ignorância financeira

Dimensões	Variáveis	Concordo Totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente
		%	%	%	%	%
Evitar/Evasão da decisão	15. Adio tomar decisões sobre minha situação financeira futura.	8,29%	34,52%	19,29%	30,96%	6,94%
	16. Evito tomar decisões sobre minha situação financeira atual.	6,94%	27,24%	11,84%	43,32%	10,66%
	17. Tomar decisões financeiras consome tempo e esforço, então geralmente não tomo decisões planejadas.	2,88%	17,77%	12,35%	45,18%	21,83%
Evitar/Evasão da informação	18. Prefiro não saber quanto gastei no mês passado.	3,72%	8,80%	8,12%	41,46%	37,90%
	19. Prefiro não saber a situação de minhas dívidas.	1,52%	5,08%	4,40%	41,46%	47,55%
	20. Quando se trata de administrar minhas próprias finanças, a ignorância é uma bênção.	1,18%	5,41%	6,09%	40,95%	46,36%
Viés de agregação	21. Quando faço compras maiores (por exemplo, eletrodomésticos, TV, viagens de férias, etc.), opto por pagar em prestações.	17,26%	41,12%	16,41%	15,57%	9,64%
	22. Muitas vezes fico surpreso com a quantidade de dinheiro que gastei.	12,01%	37,23%	14,55%	26,90%	9,31%
	23. Quando algo custa menos do que eu esperava, geralmente gasto o que ganhei em algo não planejado.	3,72%	17,43%	15,57%	46,19%	17,09%
Raciocínio motivado	24. Acho que as pessoas que discordam da minha opinião sobre como administrar o dinheiro são tolas.	1,86%	6,43%	25,21%	39,93%	26,57%
	25. Paro de seguir pessoas nas redes sociais que não compartilham com as minhas opiniões sobre como gastar dinheiro.	2,03%	5,41%	19,12%	42,64%	30,80%
	26. Não gosto de pessoas que não compartilham minhas opiniões sobre questões financeiras.	0,17%	2,71%	16,92%	44,16%	36,04%

Analisando-se o construto *ignorância financeira*, para a dimensão Evitar/Evasão da decisão, a variável “Adio tomar decisões sobre minha situação financeira futura” apresentou um percentual de concordância de 42,81% e 37,90% de discordância, indicando um equilíbrio

em relação a variável que mensura a postergação no processo de tomada de decisão financeira, como por exemplo, fazer uma poupança para aposentadoria. Em contrapartida, no que se refere às variáveis “Evito tomar decisões sobre minha situação financeira atual” e “Tomar decisões financeiras consome tempo e esforço, então geralmente não tomo decisões planejadas” os percentuais de discordância 53,98% e 67,01%, respectivamente, foram significativos. Tais achados indicam que os respondentes estão dispostos a tomar decisões financeiras e mudar o estado atual de suas finanças.

Na dimensão “Evitar/Evasão da informação” é perceptível a discordância dos respondentes para todas as variáveis, com percentuais acima de 80% para as alternativas “discordo” e “discordo totalmente”. Assim, a frequência elevada de indivíduos que discordam das afirmativas apresentadas indica a importância de ter conhecimento sobre as finanças pessoais, ou seja, as pessoas preferem não ignorar a sua situação financeira, mesmo que estas revelem algo negativo (Sweeny, Melnyk, Miller & Shepperd, 2010).

Ao se avaliar a dimensão “Viés de Agregação”, a variável “Quando faço compras maiores (por exemplo, eletrodomésticos, TV, viagens de férias, etc.), opto por pagar em prestações” demonstra um nível mais elevado de concordância, com um total de 58,38% da amostra. Em contrapartida, a variável “Quando algo custa menos do que eu esperava, geralmente gasto o que ganhei em algo não planejado” apresentou um percentual significativo para a discordância (63,28%). Já a variável “Muitas vezes fico surpreso com a quantidade de dinheiro que gastei” apresentou um maior percentual de concordância, representando, aproximadamente, 49%. Assim, no que tange a tendência dos indivíduos em ignorar os efeitos cumulativos de resultados pequenos, mensurados por essa dimensão, os resultados indicam que, no curto prazo, os pesquisados optam por obter dívidas parceladas e negligenciam os efeitos dos pequenos gastos.

No que se refere à dimensão “Raciocínio motivado” observa-se uma predominância na percepção dos respondentes, com a maioria discordando das afirmativas apresentadas, cujos percentuais de respostas variaram entre 67% e 80%, aproximadamente. Esses resultados indicam que os participantes avaliam as informações financeiras de maneira objetiva para a tomada de decisão financeira. Entende-se por objetiva a avaliação de todos os aspectos, incluindo os ônus e os bônus ao tomar uma decisão ou realizar uma transação, como por exemplo, ao decidir contratar um empréstimo, o consumidor financeiro deve considerar além dos valores dos recursos a serem captados, os custos contratuais para tal operação (Barrafrem *et al.*, 2020a).

Tabela 8*Estatística descritiva do construto ignorância financeira*

Dimensões	Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Evitar/Evasão da decisão	15. Adio tomar decisões sobre minha situação financeira futura.	2,94	3,00	1,12	38,25%
	16. Evito tomar decisões sobre minha situação financeira atual.	3,24	4,00	1,16	36,00%
	17. Tomar decisões financeiras consome tempo e esforço, então geralmente não tomo decisões ativas.	3,65	4,00	1,09	29,90%
Evitar/Evasão da informação	18. Prefiro não saber quanto gastei no mês passado.	4,01	4,00	1,07	26,73%
	19. Prefiro não saber a situação de minhas dívidas.	4,28	4,00	0,88	20,62%
	20. Quando se trata de administrar minhas próprias finanças, a ignorância é uma bênção.	4,26	4,00	0,88	20,76%
Viés de agregação	21. Quando faço compras maiores (por exemplo, eletrodomésticos, TV, viagens de férias, etc.), opto por pagar em prestações.	2,59	2,00	1,22	46,92%
	22. Muitas vezes fico surpreso com a quantidade de dinheiro que gastei.	2,84	3,00	1,21	42,68%
	23. Quando algo custa menos do que eu esperava, geralmente gasto o que ganhei em algo não planejado.	3,55	4,00	1,08	30,33%
Raciocínio motivado	24. Acho que as pessoas que discordam da minha opinião sobre como administrar o dinheiro são tolas.	3,83	4,00	0,96	24,98%
	25. Paro de seguir pessoas nas redes sociais que não compartilham com as minhas opiniões sobre como gastar dinheiro.	3,95	4,00	0,95	24,00%
	26. Não gosto de pessoas que não compartilham minhas opiniões sobre questões financeiras.	4,13	4,00	0,80	19,31%

A estatística descritiva do construto *ignorância financeira* é demonstrada na Tabela 8 acima. A partir da análise dos resultados encontrados, percebe-se que, em média, os participantes apresentaram um baixo nível de ignorância financeira, considerando que a escala variava de um (1) a cinco (5) pontos, no qual um equivale a alto nível de ignorância financeira e cinco a baixo nível de ignorância financeira, com exceção da questão 21 cujos valores da média e mediana estão próximos de dois.

Cabe ressaltar que as dimensões “Evitar/Evasão da informação” e “Raciocínio motivado” apresentaram as maiores médias, indicando a discordância dos respondentes em relação aos comportamentos que envolvem a negligência de informações e a tomada de

decisões baseadas em crenças ou opiniões. Analisando a dispersão dos dados constata-se que as variáveis “Quando faço compras maiores (por exemplo, eletrodomésticos, TV, viagens de férias, etc.), opto por pagar em prestações” e “Muitas vezes fico surpreso com a quantidade de dinheiro que gastei” apresentaram uma maior variabilidade relativa de respostas. Em suma, os respondentes apresentam uma baixa ignorância financeira, avaliada a partir do comportamento financeiro e das tendências em ignorar os aspectos relevantes para a tomada de decisão financeira.

Por fim, o último construto analisado pelo estudo foi a Educação Financeira, mensurada a partir de três questões, conforme proposto por Lusardi e Mitchell (2008) e utilizadas para avaliar os conhecimentos dos respondentes sobre três aspectos: taxa de juros, inflação e diversificação de risco. De acordo com a quantidade de acertos os respondentes foram avaliados como detentores de baixo nível de educação financeira (pontuação = 0), nível intermediário (1 a 2 acertos) e alto nível de educação financeira (3 acertos). A relação das questões, as alternativas de respostas, a frequência e o percentual de acertos da amostra estão evidenciados na Tabela 9.

Tabela 9

Frequência e percentual do construto educação financeira

Questões	Alternativas	Frequência	Percentual
27. Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta de poupança e a taxa de juros seja de 2% ao ano. Após 5 anos, quanto você acha que teria na conta se deixasse o dinheiro render?.	*Mais que R\$ 102,00	492	83,25%
	Exatamente R\$ 102,00	23	3,89%
	Menos que R\$ 102,00	23	3,89%
	Não sei	53	8,97%
28. Imagine que a taxa de juros de sua conta poupança fosse de 1% ao ano e a inflação de 2% ao ano. Após 1 ano, com o dinheiro desta conta, você seria capaz de comprar ...	Mais do que hoje	25	4,23%
	Exatamente o mesmo de hoje	27	4,57%
	*Menos do que hoje	476	80,54%
	Não sei	63	10,66%
29. Você acha que a seguinte afirmação é verdadeira ou falsa? “Comprar ações de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro do que um fundo mútuo de ações”.	*Falso	402	68,02%
	Verdadeiro	31	5,25%
	Não sei	158	26,73%

Nota-se que a maior parte dos pesquisados respondeu corretamente às três questões apresentadas. Sendo que os itens 27 e 28 que abordavam assuntos referentes à taxa de juros e inflação, apresentaram mais de 80% de acertos, e para a questão 29, envolvendo a diversificação de riscos, observa-se uma redução na frequência de acertos. Em contrapartida, o percentual de participantes que não souberam responder foi da questão 29, com aproximadamente 27% da amostra. Esse achado pode indicar uma maior complexidade desse assunto, exigindo um conhecimento financeiro mais avançado dos respondentes. A

classificação individual dos respondentes por nível de educação financeira e o seu respectivo percentual estão apresentados na Tabela 10.

Tabela 10

Frequência e Percentual por classificação do nível de educação financeira

Escala	Frequência	Percentual
Baixo nível de Educação Financeira	26	4,40%
Intermediário nível de Educação Financeira	254	42,97%
Alto nível de Educação Financeira	311	52,62%

Analisando a Tabela 10, nota-se que a maioria da amostra apresenta alto nível de educação financeira (52,62%), em seguida, com 42,97% estão os respondentes com nível intermediário de conhecimento financeiro, ou seja, que responderam corretamente pelo menos uma questão. No entanto, 4,40% da amostra não acertou nenhuma questão. Assim, verificou-se o nível de conhecimento dos respondentes em relação a aspectos presentes no dia-a-dia como taxa de juros e inflação, bem como assuntos abordados pela mídia sobre diversificação de riscos.

Após análise do perfil dos respondentes e definição da estatística descritiva dos construtos, buscou-se a validação dos seguintes construtos: *percepção da situação financeira*; *bem-estar financeiro* e *ignorância financeira*. Destaca-se que o construto educação financeira não passou pelo processo de validação, pois representa uma variável manifesta cujo valor foi obtido pela quantidade de acertos dos respondentes.

5.3 Validação e análise da confiabilidade individual dos construtos

Nesta seção são apresentados os resultados individuais da utilização da Análise Fatorial Confirmatória para validação dos construtos: *bem-estar financeiro*, *ignorância financeira* e *percepção da situação financeira*, a partir da verificação da relação existente entre as variáveis observáveis e os referidos construtos. Os modelos foram estimados a partir da matriz de variância-covariância, pelo método de máxima verossimilhança, via procedimento direto.

A avaliação da validade convergente foi realizada a partir da análise dos índices de ajuste absolutos: estatística *qui-quadrado* (χ^2), *Root Mean Square Residual* (RMR), *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Goodness-of-Fit Index* (GFI), e pelos índices de ajuste comparativos: *Comparative Fit Index* (CFI), *Normed Fit Index* (NFI),

Tucker-Lewis Index (TLI). Para a razão qui-quadrado / graus de liberdade, as recomendações são menores que cinco; para os índices CFI, GFI, NFI e TLI sugere-se valores maiores que 0,950; e para RMR e RMSEA os valores devem estar abaixo de 0,080 e 0,060, respectivamente (Kline, 2005; Hair *et al.*, 2014; Hooper *et al.*, 2008; Hu & Bentler, 1999).

Para a análise da confiabilidade dos construtos foi utilizado o *Alfa de Cronbach e o Índice de Confiabilidade Composta* que permite verificar a consistência interna dos modelos de mensuração considerando como um construto fidedigno aquele que apresentar valores iguais ou superiores a 0,60 (Valentini & Damásio, 2016; Fornell & Larcker, 1981, Hair *et al.* 2014, Bagozzi, Yi & Phillips, 1991) para essas duas medidas.

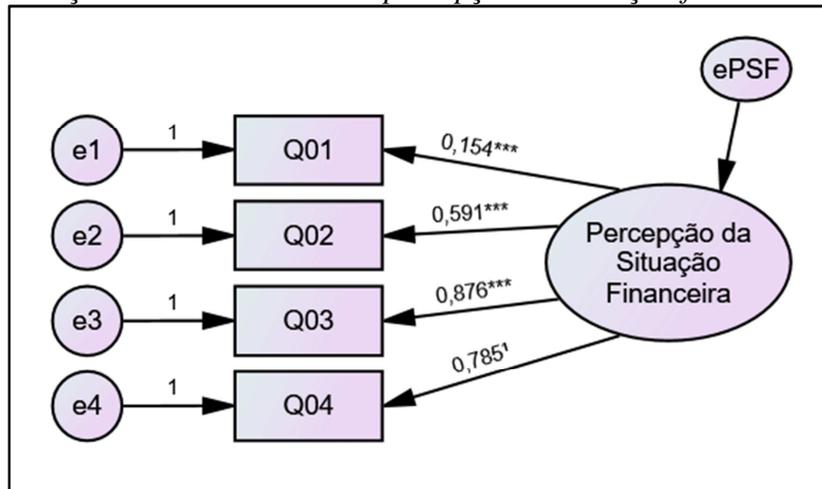
A descrição dos resultados foi realizada por meio da apresentação dos modelos no formato de figuras evidenciando a associação das variáveis observáveis com os construtos (variáveis latentes) e de tabelas com os coeficientes padronizados, as respectivas significâncias estatísticas de cada variável, bem como os índices de ajustes do modelo, conforme apresentado nas subseções a seguir.

5.3.1 Validação do Construto Percepção da Situação Financeira

Para mensurar a percepção da situação financeira utilizou-se a escala proposta por Barrafreem *et al.* (2020b) com quatro questões no intuito de avaliar se a percepção da situação financeira atual dos respondentes no contexto familiar piorou ou melhorou durante a pandemia de Covid-19, assim como as perspectivas futuras em relação a melhoria ou piora financeira no contexto familiar, do país e do mundo no curto período de tempo (daqui a seis meses). A Figura 12 apresenta o modelo de mensuração inicial desse construto e os respectivos coeficientes padronizados.

Figura 12

Modelo de mensuração inicial do construto percepção da situação financeira



Nota: *** Significativo ao nível de 1%. ¹ valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Nota-se na Figura 12 que todas as variáveis foram significativas ao nível de 1%, entretanto, ao avaliar os coeficientes padronizados verifica-se que a questão 01 (coeficiente 0,154) apresentou carga fatorial insatisfatória, isto é, o seu valor foi inferior a 0,50 (Hair *et al.*, 2014) não contribuindo para o ajuste do modelo, portanto, procedeu-se com a exclusão desse item e do seu respectivo coeficiente. Os resultados dessa alteração no ajustamento do modelo são apresentados a seguir.

Na Tabela 11 são apresentados os índices de ajuste do construto para o modelo inicial e para o modelo final.

Tabela 11

Índices de ajuste do construto percepção da situação financeira – Modelo inicial e final.

Índices de Ajuste	Limite	Percepção da Situação Financeira	
		Modelo Inicial	Modelo Final
χ^2 (value)	---	29,637	2,389
χ^2 (probability)	>0,05	0,000	0,122
χ^2 /degrees of freedom	< 5	14,819	2,389
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	> 0,95	0,976	0,997
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	> 0,95	0,955	0,998
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	> 0,95	0,952	0,996
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	> 0,95	0,865	0,993
RMSR - <i>Root Mean Square Residual</i>	< 0,08	0,040	0,016
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	< 0,06	0,153	0,049
Confiabilidade Composta	>0,7	0,721	0,799
Variância Média Extraída - AVE	>0,5	0,439	0,576
Alfa de Cronbach	>0,6	0,701	0,790

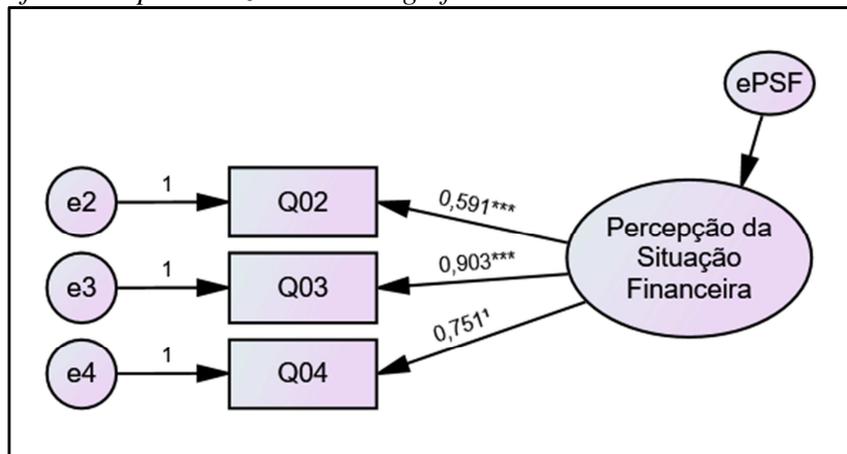
A partir da análise dos resultados, observou-se que o modelo inicial proposto era inadequado para a mensuração do construto, uma vez que a razão do qui-quadrado/graus de

liberdade era maior que o valor cinco, o índice TLI não atingiu o valor mínimo de 0,95, o RMSEA foi superior a 0,06 e o AVE foi inferior ao valor de referência mínimo, 0,5. No entanto, com o intuito de tornar o modelo mais robusto e aprimorar as estatísticas, conforme citado anteriormente, foi realizada a exclusão do item Q01 e do seu respectivo coeficiente.

Após esta alteração o modelo apresentou mensuração adequada: 1) validade convergente, visto que os valores em probabilidade do qui-quadrado foram superiores a 0,05, os índices de GFI, CFI, NFI e TLI foram maiores que 0,95, e os índices RMSR e RMSEA foram inferiores a 0,06, e o AVE foi maior que 0,5; 2) unidimensionalidade foi constatada a partir dos resíduos padronizados inferiores a 2,58, para o nível de significância de 5%; 3) confiabilidade, posto que o *Alfa de Cronbach* e a confiabilidade composta foram superiores a 0,60. A Figura 13 apresenta o modelo de mensuração final do construto Percepção da Situação Financeira.

Figura 13

Modelo de mensuração final do construto percepção da situação financeira com os respectivos coeficientes padronizados e as significâncias de cada variável



Nota: *** Significativo ao nível de 1%. ¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

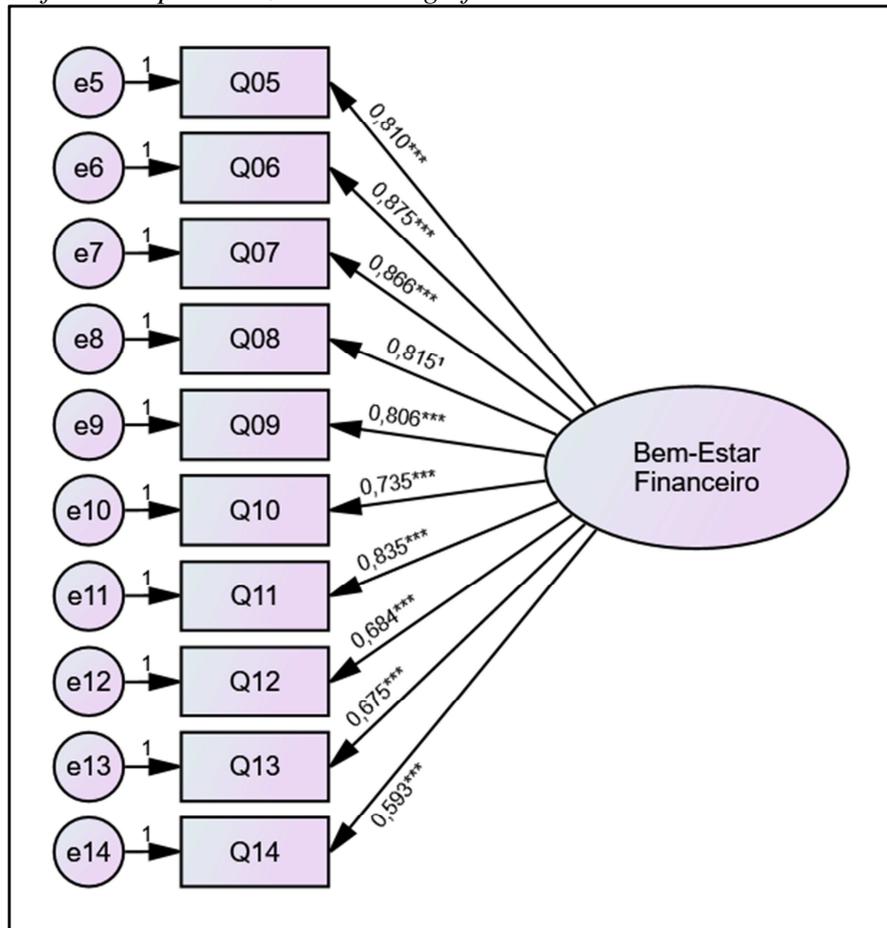
Observa-se na Figura 13 que a variável relativa à questão 03 (coeficiente 0,903) que indagava sobre “como a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira do país daqui a seis meses em comparação com o que é hoje” foi a que apresentou a maior carga fatorial, evidenciando um maior impacto desse item na construção da medida de mensuração da percepção da situação financeira futura dos indivíduos.

Deste modo, o construto percepção da situação financeira foi validado com apenas três variáveis que mensuram as perspectivas futuras dos respondentes em relação à situação financeira nos contextos familiar, do país e do mundo.

5.3.2 Validação do construto bem-estar financeiro

Para a mensuração do construto bem-estar financeiro utilizou-se a escala tipo *Likert* de cinco pontos com 10 (dez) questões cujo objetivo foi avaliar a influência da pandemia de Covid-19 no bem-estar financeiro, evidenciando a melhoria ou a piora da Segurança Financeira Futura Esperada pelos indivíduos e do estresse na gestão financeira atual dos participantes. Cabe ressaltar que, para validação do construto, foi utilizado o modelo de primeira ordem, desconsiderando a divisão dos itens nessas duas dimensões, pois não é possível ajustar construtos formados por menos que três variáveis (Potrich, 2014, Hair *et al.*, 2014). Nesse sentido, a Figura 14 representa o modelo inicial proposto para a mensuração do construto BEF.

Figura 14 - Modelo de mensuração inicial do construto bem-estar financeiro com os respectivos coeficientes padronizados e as significâncias de cada variável



Nota: *** Significativo ao nível de 1%. ¹ valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

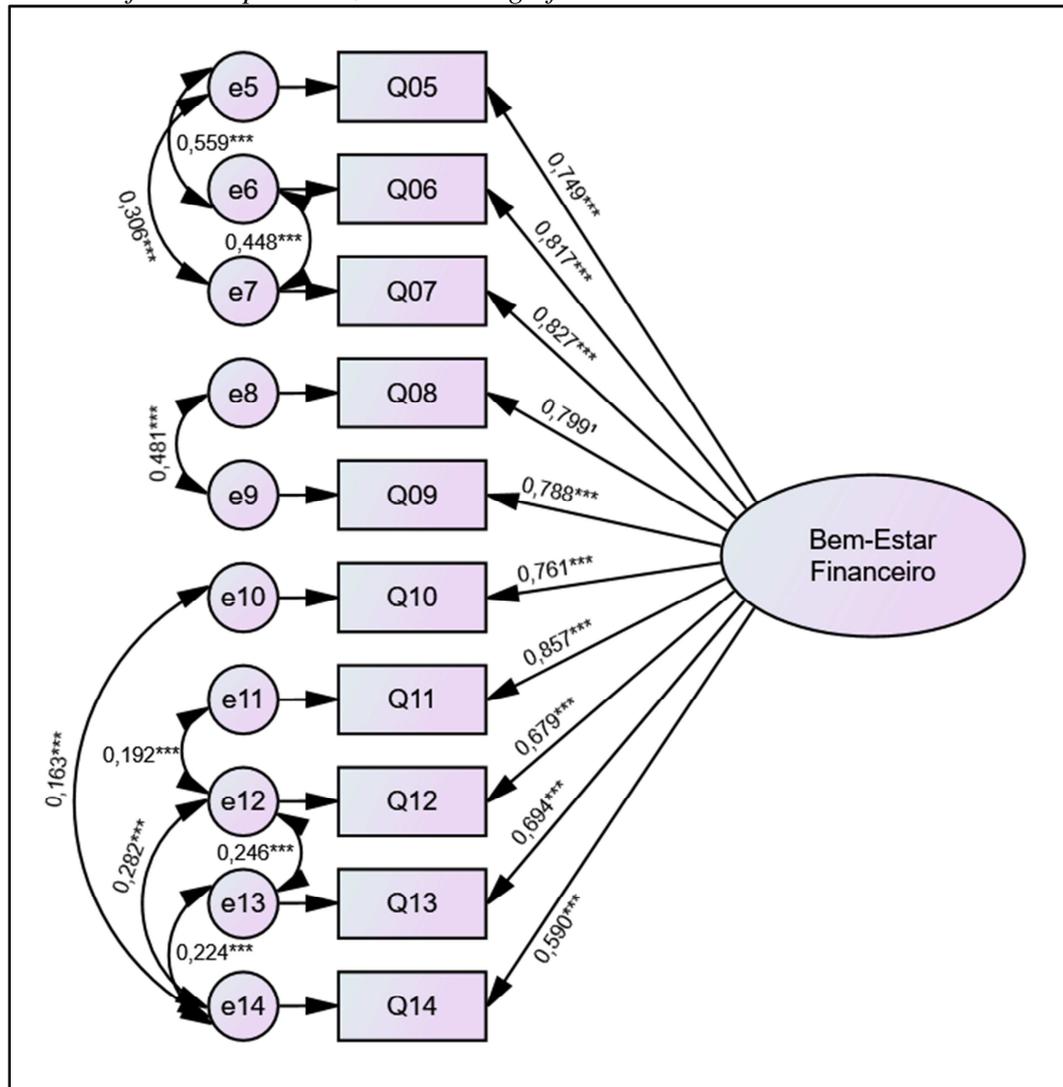
Analisando o modelo de mensuração inicial do construto BEF constata-se que todas as variáveis são significativas ao nível de 1% e apresentaram cargas fatoriais satisfatórias (valor maior que 0,50). Todavia, ao realizar a estimação do modelo, constatou-se por meio da análise dos índices de ajuste que o mesmo não estava adequado.

Observando os resultados encontrados, percebeu-se que o modelo inicial proposto era inadequado para a mensuração do construto BEF, uma vez que a razão do qui-quadrado/graus de liberdade é maior que o valor cinco, os índices GFI, CFI, NFI e TLI não atingiram o valor mínimo de 0,95 e o RMSEA foi superior a 0,06. Com isso, como todos os coeficientes padronizados eram significativos e apresentavam valores maiores que 0,50, não foi necessário adotar o procedimento de exclusão de nenhuma variável.

Porém, para obter um modelo robusto e mais ajustado para mensuração do construto foi adotada a estratégia de aprimoramento do modelo com a inclusão gradativa de correlações entre os erros das variáveis observáveis, conforme sugerido pelo software AMOS® 23 e que

faziam sentido teórico. Ressalta-se que, após a inclusão de cada correlação um novo modelo foi estimado. O modelo de mensuração final do construto bem-estar financeiro e as correlações estabelecidas para obtenção do modelo ajustado são apresentados na Figura 15.

Figura 15 - Modelo de mensuração final do construto bem-estar financeiro com os respectivos coeficientes padronizados e as significâncias de cada variável



Nota: *** Significativo ao nível de 1%. ¹ valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

A primeira correlação inserida foi entre os erros e8 e e9. Estas questões referem-se à percepção dos respondentes em relação à segurança financeira futura durante a pandemia. Portanto, a justificativa teórica para tal correlação é que essas questões vão apresentar erros de mensuração em comum, visto que os entrevistados que tiverem dificuldades para identificar a sua percepção de economia para durar até o final da sua vida (Q08) durante o período pandêmico, também terão dificuldades para perceber que estão financeiramente seguros até o final da sua vida (Q09). Apesar da correlação entre esses erros apresentarem uma associação de 0,491, os índices não se ajustaram.

Dando continuidade ao processo de inclusão de correlações, foi inserida uma associação entre os erros e5 e e6. Estas questões também se referem à percepção que os

respondentes estão se tornando financeiramente seguros durante a pandemia (Q05) e a percepção que os entrevistados estão garantindo o seu futuro financeiro (Q06), então, conforme descrito anteriormente, essas questões vão apresentar erros de mensuração comum. A associação entre esses erros representa 0,559 e mesmo assim o modelo permaneceu inadequado.

Posto isso, foi necessária a inclusão de uma nova correlação entre os erros e6 e e7. A relação entre esses erros consiste no fato de que a percepção que os entrevistados apresentam quanto à garantia do seu futuro financeiro durante a pandemia (Q06) está associada à possibilidade de alcançar os objetivos financeiros que foram estabelecidos por eles (Q07). Tal associação não foi suficiente para tornar o modelo adequado, mesmo com uma correlação significativa de 0,448.

A próxima correlação estabelecida foi entre os erros e12 e e14. As questões relativas a esses erros referem-se à percepção das pessoas de que as finanças controlam a suas vidas (Q12) e conseqüentemente elas não conseguem aproveitar a vida porque se preocupam demais com dinheiro (Q14). Essa correlação foi significativa (0,282) e melhorou os índices de ajustes, contudo não se obteve um modelo adequado.

No intuito de tornar o modelo apropriado, incluiu-se a correlação entre os erros e5 e e7. A relação entre esses erros consiste no fato de que a percepção que os entrevistados apresentam quanto “estar se tornando financeiramente seguro durante a pandemia” (Q05) está relacionada à possibilidade de alcançar os objetivos financeiros que foram estabelecidos por eles (Q07). Tal associação foi significativa (0,306) e melhorou ainda mais os índices de ajustes, contudo, alguns deles não alcançaram os limites mínimos de aceitabilidade.

Nesse sentido, foi inserida a correlação entre os erros e12 e e13. As questões referentes a esses erros indagam sobre a percepção das pessoas de que as finanças controlam suas vidas durante a pandemia (Q12), ou seja, o quanto as pessoas percebem que não possuem o controle de suas vidas está relacionado com a percepção delas sobre poder lidar com algo inesperado que possa atrapalhar o controle sobre a sua vida financeira (Q13). Essa correlação foi de 0,246, e o valor do RMSEA continuou superior a 0,06, necessitando de outras adequações.

Desta forma, estabeleceu-se a correlação entre os erros e13 e e14. A relação entre esses erros se deve à dificuldade dos pesquisados em perceber que podem lidar com algo inesperado que atrapalhe o controle sobre sua vida financeira durante a pandemia (Q13) e está associada a dificuldade de perceberem que não conseguem aproveitar a vida porque se

preocupam demais com dinheiro (Q14). E mesmo com uma correlação significativa (0,224) ainda assim o valor do RMSEA manteve-se superior a 0,06.

Prosseguindo, outra correlação foi inserida entre os erros e11 e e12. As questões referentes a esses erros são relativas à percepção do respondente quanto a sua habilidade para manter em dia a sua vida financeira durante a pandemia (Q11), o que está associado à percepção de que as suas finanças controlam sua vida (Q12) nesse período. Após essa correlação, o valor do RMSEA reduziu, mas permaneceu um pouco acima do limite aceitável (0,06). Sendo assim, optou-se por realizar outra modificação, com objetivo de buscar um modelo que apresentasse índices de ajustes aceitáveis.

Por fim, incluiu-se a correlação entre os erros e10 e e14. A relação entre esses erros consiste no pressuposto de que os pesquisados, em virtude da sua situação financeira, nunca terão as coisas que querem na vida (Q10), e com isso, não conseguem aproveitar a vida porque se preocupam demais com as questões financeiras (Q14), principalmente em períodos de pandemia.

Após essas alterações, o modelo apresentou índices de ajustes adequados, conforme demonstrado na Tabela 12. O valor do qui-quadrado permaneceu significativo, porém, a razão qui-quadrado/graus de liberdade ficou abaixo do valor recomendado (menor que cinco). De acordo com Hair *et al.* (2009) a significância do qui-quadrado pode ser explicada por um dos problemas apresentados por essa medida estatística, ocasionado pela sensibilidade do teste ao tamanho amostral, ou seja, amostras maiores tendem a produzir um qui-quadrado significativo, por outro lado, uma amostra pequena pode produzir um qui-quadrado não-significativo.

Tabela 12

Estatística de ajuste do construto bem-estar financeiro – Modelo inicial e final

Índice	Limite	Construto BEF	
		Modelo Inicial	Modelo Final
χ^2 (value)	---	599,684	79,888
χ^2 (probability)	>0,05	0,000	0,000
χ^2 /degrees of freedom	< 5	17,134	3,073
GFI - Goodness of Fit	> 0,95	0,805	0,974
CFI - Comparative Fit Index	> 0,95	0,876	0,988
NFI - Normed Fit Index	> 0,95	0,869	0,983
TLI - Tucker-Lewis Index	> 0,95	0,840	0,979
RMSR - Root Mean Square Residual	< 0,08	0,052	0,020
RMSEA - R. M. S Error of Approximation	< 0,06	0,165	0,059
Confiabilidade Composta	>0,6	0,937	0,931
Variância Média Extraída - AVE	>0,5	0,600	0,578
Alfa de Cronbach	>0,6	0,937	0,937

A Tabela 13 a seguir descreve os coeficientes padronizados e a significância das variáveis do modelo final.

Tabela 13

Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto bem-estar financeiro – Modelo Final

Variáveis	Coeficientes Padronizados	Significância
Q05	0,749	***
Q06	0,817	***
Q07	0,827	***
Q08	0,799 ¹	-
Q09	0,788	***
Q10	0,761	***
Q11	0,857	***
Q12	0,679	***
Q13	0,694	***
Q14	0,590	***

Nota: *** Significativo ao nível de 1%. ¹ valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Após o ajustamento do modelo, todas as variáveis apresentaram-se significativas ao nível de 1%, sendo as questões 11, 07 e 06 as que mais influenciam no construto bem-estar financeiro. Ademais, observou-se que a questão 11 faz parte da dimensão da escala de BEF para mensurar a percepção das pessoas em relação às sensações de estresse/preocupação com a situação financeira presente, abordando a incapacidade de administrar o dinheiro de forma eficaz no momento atual, impossibilitando cumprir com as obrigações financeiras e viver a vida que almeja. Já as questões 06 e 07 compõem a dimensão que mensura a percepção de segurança financeira futura dos indivíduos.

5.3.3 Validação do Construto Ignorância Financeira

Para a mensuração do construto *ignorância financeira* utilizou-se a escala tipo *Likert* de cinco pontos com doze questões que abrangeram o comportamento financeiro dos indivíduos, como a tendência de ignorar/negligenciar os aspectos relevantes da tomada de decisão financeira. O construto, formado por um modelo de segunda ordem, apresenta quatro dimensões: 1) evitar/evasão da decisão; 2) evitar/evasão da informação; 3) viés de agregação; 4) raciocínio motivado. Desta forma, inicialmente, realizou-se a validação dos construtos individuais do modelo de primeira ordem e posteriormente foi validado o modelo final de mensuração do construto *ignorância financeira*. Ressalta-se que, as dimensões são formadas

por apenas três itens cada uma delas, dessa forma, não foi possível realizar nenhuma alteração para aprimoramento dos modelos. Assim, a Tabela 14 apresenta as estatísticas de ajuste dos construtos de primeira ordem.

Tabela 14

Estatísticas de ajuste para os construtos de primeira ordem – Construto ignorância financeira.

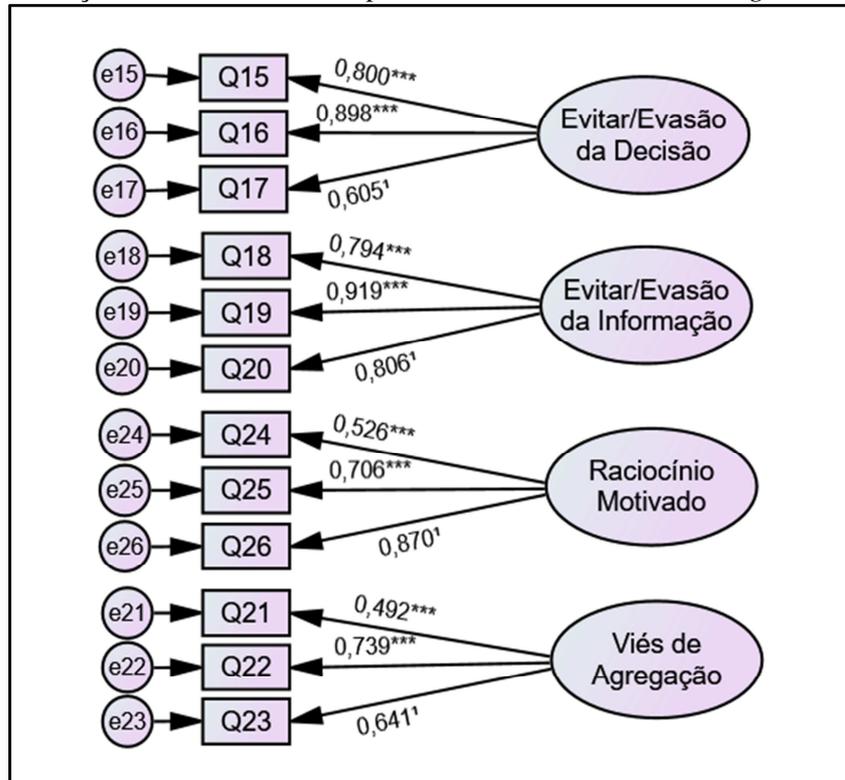
Índices de Ajuste	Limite	Evitar/Evasão da decisão	Evitar/Evasão da informação	Viés de agregação	Raciocínio Motivado
		Modelo Inicial/Modelo Final	Modelo Inicial/Modelo Final	Modelo Inicial/Modelo Final	Modelo Inicial/Modelo Final
χ^2 (value)	---	2,261	6,014	2,826	3,040
χ^2 (probability)	>0,05	0,133	0,014	0,093	0,081
χ^2 /degrees of freedom	< 5	2,261	6,014	2,826	3,040
GFI - Goodness of Fit	> 0,95	0,997	0,993	0,997	0,997
CFI - Comparative Fit Index	> 0,95	0,998	0,995	0,993	0,996
NFI - Normed Fit Index	> 0,95	0,996	0,994	0,989	0,994
TLI - Tucker-Lewis Index	> 0,95	0,994	0,985	0,978	0,987
RMSR - Root Mean Square Residual	< 0,08	0,047	0,039	0,025	0,028
RMSEA - R. M. S Error of Approximation	< 0,06	0,046	0,092	0,056	0,059
Confiabilidade Composta	>0,6	0,817	0,879	0,661	0,751
Variância Média Extraída - AVE	>0,5	0,604	0,708	0,400	0,511
Alfa de Cronbach	>0,6	0,791	0,878	0,647	0,743

A partir da análise dos dados encontrados, é possível constatar que os construtos Evitar/Evasão da decisão e Raciocínio Motivado apresentaram modelos adequados. Já o construto Evitar/Evasão da informação apresentou estatística do qui-quadrado significativa, a relação qui-quadrado/graus de liberdade foi maior que 5 e o valor do RMSEA ficou superior a 0,06. O construto viés de agregação apresentou valor do AVE inferior a 0,5. Destarte, conforme mencionado anteriormente, não foi possível realizar nenhum ajuste para aprimoramento desses modelos, pois os construtos apresentam apenas três variáveis. A unidimensionalidade foi constatada a partir dos resíduos padronizados inferiores a 2,58, considerando o nível de significância de 5%, bem como a confiabilidade, posto que o *Alfa de Cronbach* e a confiabilidade composta foram superiores a 0,60 para todos os construtos.

A Figura 16 apresenta os modelos de mensuração dos construtos de primeira ordem com os respectivos coeficientes padronizados e as significâncias de cada variável.

Figura 16

Modelo de mensuração dos construtos de primeira ordem – Construto ignorância financeira



Nota: *** Significativo ao nível de 1%. ¹ valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Com base nos coeficientes padronizados, nota-se para a dimensão Evitar/Evasão da Decisão que as variáveis Q16 e Q15 são as que mais influenciam no comportamento dos respondentes relativo a evitar ou negligenciar a tomada de decisões financeiras, apresentando cargas fatoriais de 0,896 e 0,80, respectivamente.

Para a dimensão Evitar/Evasão da Informação, as variáveis Q19 e Q20 com cargas fatoriais de 0,919 e 0,806, respectivamente, são as que apresentam maior impacto no comportamento dos indivíduos em relação a evitar informações relevantes para a tomada de decisões financeiras.

Já a dimensão Raciocínio Motivado apresenta a variável Q26 (0,870) como a de maior influência no que se refere ao comportamento do indivíduo de avaliar as informações financeiras de maneira tendenciosa, isto é, levando em consideração apenas os aspectos positivos, deixando de lado os ônus de uma decisão financeira.

Por fim, para a dimensão Viés de Agregação a variável Q22, com coeficiente padronizado de 0,739, foi a que mais impactou no comportamento dos indivíduos quanto à capacidade de subestimar a relevância de resultados agregados de uma decisão financeira,

como, por exemplo, a obtenção de pequenos empréstimos que podem resultar em dívidas vultosas.

Na sequência da etapa de validação, buscou-se avaliar a validade discriminante dos construtos a partir da comparação da AVE com a correlação entre os construtos e da análise das correlações apresentadas na Tabela 15.

Tabela 15

Validade discriminante para as dimensões Evitar/Evasão da decisão, Evitar/Evasão da informação, Viés de agregação e Raciocínio Motivado.

Construtos	Validade discriminante			
	Evitar/Evasão da decisão	Evitar/Evasão da informação	Viés de agregação	Raciocínio Motivado
Evitar/Evasão da decisão	<i>0,777</i>			
Evitar/Evasão da informação	0,519	<i>0,841</i>		
Viés de agregação	0,546	0,593	<i>0,632</i>	
Raciocínio Motivado	0,151	0,299	0,136	<i>0,715</i>

De acordo com Fornell e Larcker (1981) dois construtos são considerados distintos quando a raiz quadrada da AVE for menor que a correlação entre esses dois construtos e quando a correlação entre os construtos for inferior a 0,85 (Kline, 2005). E conforme demonstrado na tabela acima, os valores das correlações entre os construtos são inferiores à raiz quadrada da AVE (representado pelos valores na diagonal destacados em itálico) e todos os valores das correlações dos construtos foram menores que 0,85, indicando a validade discriminante dos construtos. Posto isto, todos os construtos são discriminantes entre si, representando dimensões distintas da *ignorância financeira*.

Assim, após a validação dos construtos que compõem o modelo de primeira ordem, foi realizada a validação do modelo final para o construto *ignorância financeira*, ou seja, o modelo de segunda ordem. Para avaliação desse modelo final foram analisados os índices de ajustes (Tabela 16) e a significância estatística dos coeficientes estimados (Figura 17).

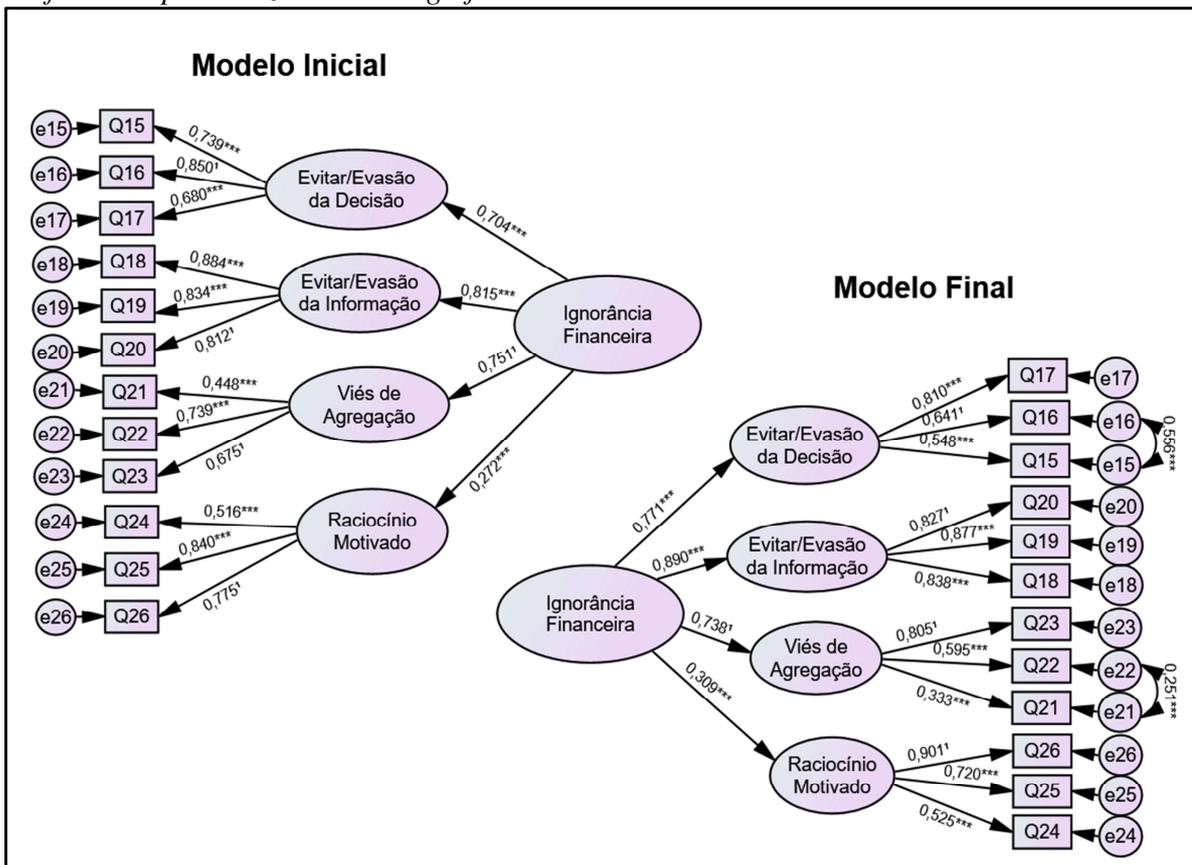
Tabela 16*Estatísticas de ajuste do construto ignorância financeira – Modelo inicial e Modelo final*

Índice	Limite	Ignorância Financeira	
		Modelo Inicial	Modelo Final
χ^2 (value)	---	300,564	131,126
χ^2 (probability)	>0,05	0,000	0,000
χ^2 /degrees of freedom	< 5	5,566	2,732
GFI - Goodness of Fit	> 0,95	0,915	0,963
CFI - Comparative Fit Index	> 0,95	0,913	0,971
NFI - Normed Fit Index	> 0,95	0,896	0,955
TLI - Tucker-Lewis Index	> 0,95	0,894	0,960
RMSR - Root Mean Square Residual	< 0,08	0,070	0,053
RMSEA - R. M. S Error of Approximation	< 0,06	0,088	0,054

Nota-se que o modelo inicial proposto para mensuração da *ignorância financeira* era inadequado, dado que a razão do qui-quadrado/graus de liberdade era maior do que cinco, os índices GFI, CFI, NFI e TLI não atingiram o valor mínimo de 0,95 e o RMSEA foi superior a 0,06. Dessa forma, para obter um modelo de mensuração ajustado, foi adotada a mesma estratégia apresentada anteriormente de inserção de correlações entre os erros das variáveis observadas e que faziam sentido teórico. Observa-se na Figura 17 que foi necessária apenas a inclusão de duas correlações para que o modelo se tornasse adequado.

Figura 17

Modelo de mensuração Inicial e final da escala de ignorância financeira com os respectivos coeficientes padronizados e as significâncias de cada variável



Nota: *** Significativo ao nível de 1%. ¹ valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Inicialmente, foi estabelecida a correlação entre os erros e15 e e16. Estas questões referem-se ao comportamento do indivíduo em relação a adiar e a evitar tomar decisões sobre a sua situação financeira atual e futura. A segunda correlação incluída foi entre os erros e21 e e22 relativos às questões sobre a tendência das pessoas em ignorar ou subestimar a importância de resultados conjuntos de uma decisão financeira, como optar por pagar as compras parceladas ignorando o volume total de dívidas parceladas (Q21) e consequentemente, apresentando dificuldades para controlar a quantidade de dinheiro que foi gasto (Q22).

Após a inclusão dessas alterações, o modelo de mensuração final apresentou índices de ajuste adequados, conforme demonstrado na Tabela 16. Os coeficientes padronizados e a significância das relações do modelo de mensuração final do construto *ignorância financeira* são apresentados na Tabela 17.

Tabela 17

Coefficientes padronizados e significância das relações do modelo de mensuração do construto ignorância financeira – Modelo final

Modelo de Mensuração - Ignorância Financeira		
Relações	Coefficientes Padronizados	Significância
Decisão ← Ignorância	0,771	***
Informação ← Ignorância	0,890	***
Agregação ← Ignorância	0,738 ¹	-
Raciocínio ← Ignorância	0,309	***
Q15 ← Decisão	0,548	***
Q16 ← Decisão	0,641 ¹	-
Q17 ← Decisão	0,810	***
Q18 ← Informação	0,838	***
Q19 ← Informação	0,877	***
Q20 ← Informação	0,827 ¹	-
Q21 ← Agregação	0,333	***
Q22 ← Agregação	0,595	***
Q23 ← Agregação	0,805 ¹	-
Q24 ← Raciocínio	0,525	***
Q25 ← Raciocínio	0,720	***
Q26 ← Raciocínio	0,901 ¹	-

Nota: *** Significativo ao nível de 1%. ¹ valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Analisando as relações para o modelo de segunda ordem do construto *ignorância financeira* após a realização dos ajustes, pode-se observar que todas foram significativas ao nível de 1% e as dimensões Evitar/Evasão de informações (0,890), Evitar/Evasão de decisão (0,771) e Viés de Agregação (0,738) são as que mais impactam na *ignorância financeira*. Em contrapartida, a dimensão Raciocínio motivado (0,309) é a que apresenta a menor influência. Além disso, percebeu-se que todos os coeficientes padronizados das dimensões analisadas influenciam positivamente na *ignorância financeira*, por conseguinte, quanto maior a concordância dos respondentes com as variáveis, mais alto é o nível de ignorância financeiro, apesar de menor os valores obtidos na escala, uma vez que a escala encontra-se invertida.

Ao analisar a relação entre as variáveis que compõem cada dimensão, nota-se que as questões que abordam o aspecto de avaliar de maneira tendenciosa as informações financeiras (Q26) e de ignorar as informações referentes à situação financeira do indivíduo (Q19 e Q18) são as que apresentam maior impacto nos construtos Raciocínio Motivado e Evasão de Informações, apresentando coeficientes padronizados de 0,901, 0,877 e 0,838, respectivamente. Após a validação e avaliação da confiabilidade dos construtos, as variáveis foram transformadas em fatores, por meio da média ponderada, pelos coeficientes

padronizados de cada item, para a formação dos construtos, conforme apresentado na seção a seguir.

5.4 Formação dos construtos validados

Para a formação dos construtos validados anteriormente foi obtido o peso das cargas fatoriais e, em seguida, foram calculadas as percepções para cada construto a partir da média ponderada pelos pesos das cargas fatoriais, de acordo com o método de padronização apresentado na Figura 18.

Figura 18

Construções das medidas padronizadas de cada construto/dimensão

Evitar/Evasão da Informação = EINF = $[0,33*Q18 + 0,32*Q19 + 0,35*Q20]$
Evitar/Evasão da Decisão = EDEC = $[0,39*Q15 + 0,33*Q16 + 0,28*Q17]$
Raciocínio Motivado = RMOT = $[0,42*Q24 + 0,34*Q25 + 0,24*Q26]$
Viés de Agregação = VAGR = $[0,46*Q21 + 0,35*Q22 + 0,19*Q23]$
Construto Ignorância Financeira = CIF = $[0,30*EDEC + 0,31*EINF + 0,28*VAGR + 0,11*RMOT]$
Construto BEF = BEF = $[0,11*Q5 + 0,11*Q6 + 0,11*Q7 + 0,10*Q8 + 0,10*Q9 + 0,10*Q10 + 0,11*Q11 + 0,09*Q12 + 0,09*Q13 + 0,08*Q14]$
Percepção da Situação Financeira = PSF = $[0,34*Q2 + 0,39*Q3 + 0,27*Q4]$

Assim, após formar cada construto de acordo com as cargas padronizadas foi realizada a análise das estatísticas descritivas dos construtos padronizados de acordo com os resultados apresentados na Tabela 18.

Tabela 18

Estatísticas descritivas dos construtos bem-estar financeiro, percepção da situação financeira e ignorância financeira.

Construto	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Bem-Estar Financeiro	2,536	2,485	0,757	29,87%
Percepção da Situação Financeira	-0,707	-0,920	0,849	-120,15%
Ignorância Financeira	3,505	3,537	0,653	18,62%

Ao analisar os resultados das estatísticas descritivas, nota-se que os participantes apresentaram uma perda do bem-estar financeiro durante a pandemia de Covid-19, considerando que a escala utilizada para mensurar a influência da pandemia sobre o BEF variava de 1 (piorou muito) até 5 (melhorou muito) e a média obtida para esse construto foi de 2,53. Os achados indicam aumento das incertezas e inseguranças dos respondentes em relação

ao seu futuro financeiro durante o período pandêmico. Destaca-se que evidências similares foram obtidas na literatura sobre a redução do bem-estar financeiro em períodos de crise econômica e sanitária como a causada pela pandemia de Covid-19 (Vieira *et al.*, 2021a; Vieira *et al.*, 2021c; Barrafrem *et al.* 2020b).

Em relação ao construto utilizado para mensurar a Percepção da Situação Financeira, os indivíduos apresentaram-se mais pessimistas em relação às perspectivas futuras da situação financeira no contexto familiar, do país e do mundo, tendo em vista que a escala variava de -2 (vai ser muito pior do que hoje) até 2 (vai ser muito melhor do que hoje), dado que a média dos pesquisados foi de -0,70, estando as respostas associadas a opção -1 (vai ser pior do que hoje). Todavia, conforme apresentado anteriormente, destaca-se a alta variabilidade das respostas, evidenciada pelo coeficiente de variação.

Nesse contexto, e em consonância com Chhatwani e Mishra (2021), a pandemia afetou a expectativa financeira das pessoas, tornando-as menos otimistas, principalmente aquelas que são vulneráveis financeiramente, em decorrência das consequências negativas geradas no mercado de trabalho e na economia, com aumento significativo do desemprego, do endividamento, da inflação e, conseqüentemente, o comprometimento da renda dos indivíduos (Hecksher & Foguel, 2020).

Por fim, ao analisar o construto *ignorância financeira* os pesquisados apresentaram nível baixo, uma vez que a escala variava de 1 (Concordo totalmente) até 5 (discordo totalmente), e quanto menor a frequência dos respondentes nas afirmações apresentadas, isto é, quanto mais respostas do tipo “concorda totalmente” ou “concorda”, menor o valor na escala e mais alto é o nível de *ignorância financeira*. Posto isso, como os respondentes apresentaram uma média de 3,505, associando as respostas a opção 4 da escala (discordo), obteve-se uma frequência baixa para o nível de *ignorância financeira*.

Para ampliar as análises e alcançar os objetivos propostos pelo estudo, a seção a seguir apresenta os resultados referentes à verificação das diferenças dos construtos validados anteriormente, incluindo a educação financeira em tempos de pandemia de Covid-19 segundo os aspectos socioeconômicos e demográficos.

5.5 Análise da influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no construto BEF

Com o intuito de atender ao terceiro objetivo específico, foi realizada a análise da influência das variáveis socioeconômica e demográfica no construto *bem-estar financeiro* em

tempos de pandemia de Covid-19, por meio da aplicação de três testes: 1) homogeneidade da variância; 2) F ANOVA ou F de Welch e 3) Post-Hoc HSD de Tuckey ou Post-Hoc de Games-Howell.

Assim, foi aplicado o Teste *t* para amostras independentes de variáveis com dois grupos e da Análise de Variância (ANOVA) para as variáveis que apresentavam mais de dois grupos. Nesse contexto, para avaliar a homogeneidade da variância, isto é, analisar a igualdade de variâncias entre os grupos investigados, foi realizado o teste de Levene, para determinar se os testes eram homocedásticos (variâncias iguais) ou heterocedásticos (Variâncias diferentes).

Em seguida, para os casos em que o teste ANOVA apresentaram significância (indicando a existência de diferenças de médias) foram realizados os testes *Post Hoc* para especificar quais os grupos apresentam diferenças significativas. Portanto, foram utilizados os Testes *Post Hoc* HSD de Tukey (para as variáveis homocedásticas) e o Teste *Post Hoc* de Games-Howell (para as variáveis heterocedásticas).

Outra medida adotada refere-se à verificação do número de observações de cada grupo para que todos fossem compostos por mais de 30 observações, evitando, assim, o comprometimento da significância estatística dos testes paramétricos. Nesse contexto, algumas variáveis foram recodificadas e agrupadas¹⁰ para que o critério de número mínimo de observações por grupo fosse atendido, tal como: idade; estado civil; nível de escolaridade; ocupação, renda e situação da renda e da reserva financeira. Ademais, não foram considerados na análise os grupos de variáveis referentes a itens descritos como “outros” cujo número de observações era inferior a 30.

Para essa análise foram consideradas as dez variáveis socioeconômicas e demográficas descritas no questionário: 1) localização; 2) sexo; 3) estado civil; 4) idade; 5) escolaridade; 6) ocupação; 7) renda bruta mensal; 8) situação da renda na pandemia; 9) reserva financeira e 10) situação da reserva financeira.

O construto analisado foi o bem-estar financeiro e conforme descrito anteriormente, esse construto foi utilizado para avaliar a influência da pandemia na mudança de percepção de

¹⁰ As variáveis foram recodificadas e agrupadas da seguinte forma: *Idade por classe*: 1) 19 a 35 anos; 2) 36 a 55 anos; 3) 56 a 82 anos. *Estado Civil*: 1) Solteiro; 2) Casado, 3) Divorciados/Viúvos. *Nível de escolaridade*: 1) Ensino Fundamental a Médio; 2) Ensino Superior; 3) Pós-Graduação. *Ocupação*: 1) Estudante/Desempregado; 2) Assalariado; 3) Funcionário Público; 4) Autônomo/Empresário; 5) Aposentado. *Renda*: 1) Até R\$ 1.100,00; 2) De R\$ 1.100,01 a R\$ 2.200,00; 3) De R\$ 2.200,01 a R\$ 3.300,00; 4) De R\$ 3.300,01 a R\$ 4.400,00; 5) De R\$ 4.400,01 a R\$ 5.500,00; 6) De R\$ 5.500,01 a R\$ 6.600,00; 7) Acima de R\$ 6.600,00. *Situação da Renda*: 1) A renda manteve a mesma; 2) A renda reduziu; 3) A renda aumentou. *Situação da Reserva Financeira*: 1) Reserva permanece a mesma; 2) a reserva aumentou; 3) a reserva diminuiu; 4) Não tem mais reserva.

bem-estar financeiro e apresenta escala invertida. Assim, os indivíduos que apresentaram os maiores valores são os que perceberam uma menor perda de BEF.

Tabela 19

Teste t de Student – Teste de diferenças de médias entre as variáveis e o construto BEF

Construto	Teste t de Student								
	Variáveis		N	Média	Desvio Padrão	F	Sig	t	Sig.
Bem-Estar Financeiro	Sexo	Masculino	194	2,692	0,744	0,066	0,797	3,482	0,001*
		Feminino	395	2,463	0,754				
	Reserva Financeira	Não	184	2,522	0,853	10,778	0,001	-0,267	0,790
		Sim	407	2,542	0,711				

Nota: Teste F (Teste de Levene) utilizado para definir se o Teste t deveria ser homocedástico ou heterocedástico. Sig. Significância. *Significativo ao nível de 5%.

Ao analisar os resultados apresentados na Tabela 19, observa-se que o teste de Levene evidenciou que as variáveis *sexo* e *Reserva financeira* são homocedásticas uma vez que apresentam valores $p > 0,05$. No entanto, das variáveis testadas pelo teste *t*, apenas a variável *sexo* apresentou diferenças de médias significativas. Nesse contexto, nota-se que os indivíduos do sexo masculino apresentaram durante a pandemia uma menor percepção de perda de BEF (média 2,692) do que os indivíduos do sexo feminino (média 2,463). Estudos anteriores têm evidenciado que os homens possuem maiores níveis de BEF em relação às mulheres (Vieira *et al.* 2021b; Sorgente & Lanz, 2019; Gutter e Copur 2011, Shin, Xiao, Barber e Lyons 2009).

As mulheres apresentam uma percepção mais negativa em relação ao seu futuro financeiro, maior estresse com relação às finanças e maior dificuldade para dominar conceitos financeiros, o que dificulta tomar decisões financeiras conscientes e adequadas (Sorgente & Lanz, 2019, Potrich *et al.*, 2018; Leach, Hayhoe e Turner, 1999) afetando, assim, a sua percepção de bem-estar financeiro. Desse modo, os resultados indicam que as mulheres tendem a perceber de forma mais negativa a influência sobre o seu BEF das situações adversas e de crises econômicas e sanitárias como as causadas pela Pandemia de Covid-19.

A Tabela 20 a seguir ilustra os resultados referentes aos valores e significâncias do Teste ANOVA para o construto BEF. Ao analisar o teste de Levene constata-se que quase todas as variáveis com mais de dois grupos apresentam homocedasticidade, com exceção da variável situação da reserva financeira que apresenta valor $p=0,000 < 0,05$. Portanto, foi utilizado o teste F de Welch, uma vez que é um teste robusto de igualdades de médias (Field, 2009; Pestana & Gageiro, 2008). Para as demais variáveis que apresentam homogeneidade foi aplicado o teste F ANOVA.

Tabela 20

Teste ANOVA – Valor e significância da homogeneidade da variância e do teste F das variáveis para o construto bem-estar financeiro.

Variáveis	Teste de Levene	Teste F
	Significância	Valor (Significância)
Localização	0,635	0,948 (0,436) ¹
Estado Civil	0,972	1,177 (0,309) ¹
Idade	0,480	1,574 (0,208) ¹
Escolaridade	0,685	0,513 (0,599) ¹
Ocupação	0,435	1,712 (0,146) ¹
Renda Mensal Bruta	0,321	3,901 (0,001) ¹
Situação da Renda	0,115	49,160 (0,000) ¹
Situação da Reserva Financeira	0,000	25,805 (0,000) ²

Nota: ¹ Teste F – Anova; ² Teste F de Welch

Com base nos resultados apresentados, nota-se que o teste F de Welch foi significativo para a variável situação da reserva financeira, evidenciando que a percepção de mudança no bem-estar financeiro é estatisticamente diferente entre os grupos. Assim, procedeu-se com a realização do Teste *Post hoc* (Games-Howell) para identificar essas diferenças. Foram verificadas também diferenças de médias significativas para as variáveis *renda e situação da renda*, a partir do Teste F. Em função desse resultado foi realizado o Teste *Post Hoc* HDS de Tukey. Os resultados dos testes são apresentados na Tabela 21.

Tabela 21

Teste Post Hoc HSD de Tukey e Teste Post Hoc Games- Howell, média dos grupos e diferenças de médias das variáveis para o construto bem-estar financeiro.

Variáveis	Grupos (médias)	Diferença de média	Significância	
Renda Mensal Bruta¹	Acima de 6.600,00 (2,715)	De 0,00 a 1.100,00 (2,285)	0,431*	0,006
		De 1.100,01 a 2.200,00 (2,357)	0,358*	0,010
		De 2.200,01 a 3.300,00 (2,408)	0,307*	0,031
		De 3.300,01 a 4.400,00 (2,472)	0,243	0,307
		De 4.400,01 a 5.500,00 (2,600)	0,115	0,893
		De 5.500,01 a 6.600,00 (2,523)	0,192	0,685
Situação da Renda¹	Aumentou (3,125)	Manteve (2,526)	0,599*	0,000
		Reduziu/Perdeu (2,221)	0,905*	0,000
Situação da Reserva Financeira²	Aumentou (2,943)	Permanece a mesma (2,777)	0,167	0,234
		Diminuiu (2,244)	0,699*	0,000
		Não tem mais (2,165)	0,078*	0,000

Notas: ¹ Teste Post Hoc HDS Tukey; ² Teste Post Hoc Games- Howell. * A diferença média é significativa no nível de 0,05.

Em relação às faixas de renda mensais, os resultados indicaram que a percepção das mudanças no BEF dos respondentes que apresentam renda bruta superior a R\$6.600,00 é diferente para aqueles que possuem rendas abaixo de R\$3.300,00. Desta forma, os indivíduos que ganham até R\$1.100,00 (média 2,285) e os que se encontram na faixa de R\$1.100,01 a R\$2.200,00 (média 2,357) são os que perceberam maior perda de bem-estar financeiro durante a pandemia de Covid-19. Já aqueles que têm renda superior a R\$6.600,00 (média 2,715) exibiram uma menor perda de BEF.

De acordo com os achados apresentados pela literatura, a variável *renda* tem correlação positiva e significativa com o BEF (Delafrooz e Paim 2011), uma vez que indivíduos que possuem rendas mais elevadas e diversificadas tendem a ser mais satisfeitos financeiramente quando comparado aos indivíduos de baixa renda (Vieira *et al.* 2021a e 2021b; Barrafrem *et al.*, 2020b, Collins & Urban 2019; Fraga, Vieira, Ceretta & Paraboni 2016; Diniz *et al.*, 2014; Kunkel, 2014; Gutter e Copur, 2011; Delafrooz & Paim, 2011; Kahneman & Deaton 2010; Joo & Grable, 2004), e, portanto, tendem a sofrer menos influência dos efeitos da pandemia sobre o BEF.

No que tange à variável *situação da renda* no contexto da pandemia, nota-se que os indivíduos que apresentaram aumento da renda (média 3,125) durante a pandemia de Covid-19 perceberam uma menor perda de bem-estar financeiro do que aqueles cuja renda manteve (média 2,526) ou que reduziu/perdeu toda a renda nesse período (média 2,221). Os achados evidenciados por Vieira *et al.* (2021a) também identificaram que os indivíduos que dizem ter “perdido toda a renda” ou que “a renda reduziu” apresentaram uma piora na percepção de BEF, principalmente, em relação a segurança financeira futura.

Ainda na perspectiva dos impactos financeiros resultantes da pandemia, em relação à variável *situação das reservas financeiras*, constatou-se que a percepção do BEF dos respondentes cujas reservas financeiras aumentaram durante a pandemia não é diferente seja para aqueles que apresentaram uma redução das reservas, seja para os que não possuem mais nenhum tipo de reserva. Assim, as pessoas cujas reservas diminuíram (média 2,244) ou que já não possuem mais reservas (média 2,165) apresentaram uma percepção média de perda de BEF mais elevada do que aqueles cujas reservas permaneceram as mesmas (média, 2,777), ou até mesmo aumentaram nesse período. Destaca-se que os indivíduos que relataram aumento (média, 2,943) das reservas financeiras foram os que menos perceberam a influência da Pandemia sobre o BEF. Resultado semelhante foi encontrado por Vieira *et al.* (2021a) que identificou um baixo nível de BEF para as pessoas que não possuíam uma reserva financeira ou que utilizaram todos os seus recursos.

5.6 Validação e análise do modelo integrado

Após validar os construtos individuais e de analisar a influências das variáveis socioeconômicas e demográficas, desenvolveu-se o modelo integrado proposto por essa pesquisa composto pelos modelos de mensuração: *bem-estar financeiro*, *ignorância financeira*, *percepção da situação financeira*, *educação financeira* e o modelo estrutural. A validação do modelo integrado tem como finalidade atender ao objetivo específico de desenvolver um modelo para análise das relações entre os construtos *ignorância financeira*, *educação financeira*, *percepção da situação financeira* e o *bem-estar financeiro* em tempos de pandemia de Covid-19.

A avaliação do modelo integrado foi realizada a partir dos índices de ajustes e da significância estatísticas dos coeficientes de regressão estimados, apresentados nas Tabelas 27 e 28.

Tabela 22

Índices de ajuste do Modelo Integrado de BEF – Modelo inicial e Modelo final.

Índices de Ajuste	Critérios ¹	Modelo Integrado de BEF
		Modelo Inicial e Modelo Final
χ^2 (value)	---	582,656
χ^2 (probability)	>0,05	0,000
χ^2 /degrees of freedom	< 5	2,074
GFI - Goodness of Fit	> 0,90	0,929
CFI - Comparative Fit Index	> 0,95	0,964
NFI - Normed Fit Index	> 0,90	0,932
TLI - Tucker-Lewis Index	> 0,95	0,958
RMSR - Root Mean Square Residual	< 0,08	0,064
RMSEA - R. M. S Error of Approximation	< 0,06	0,043

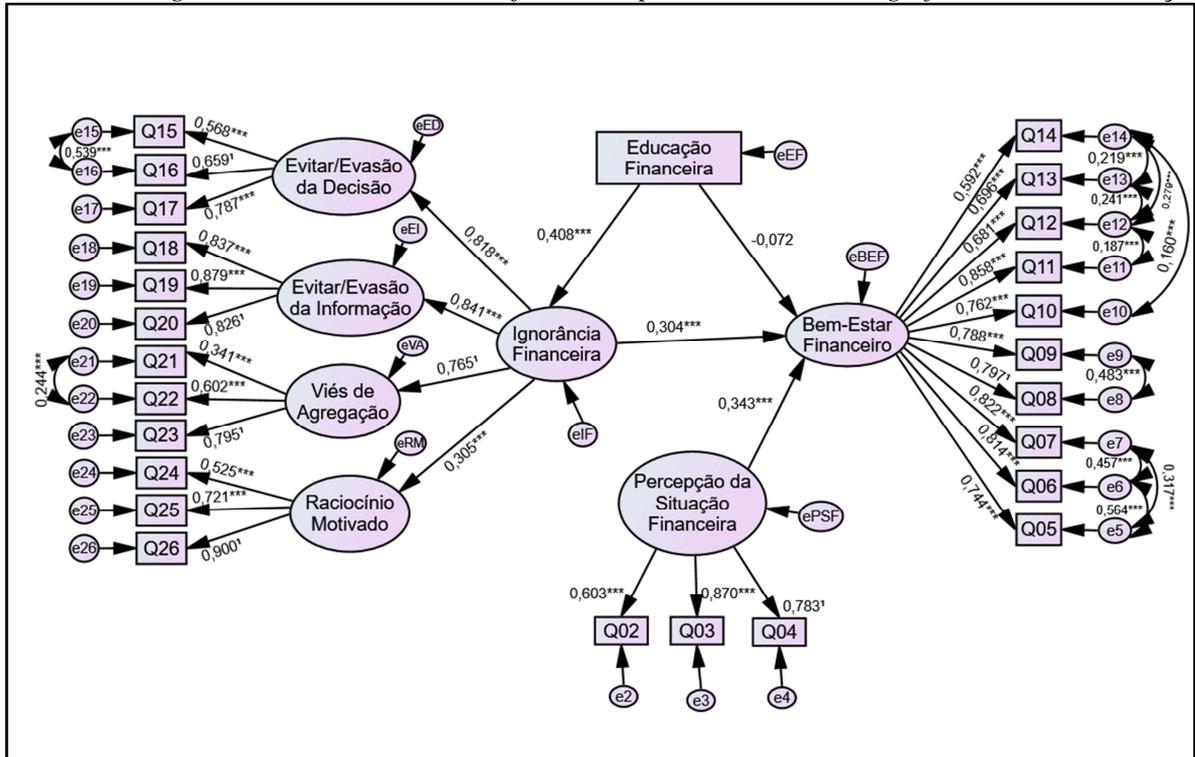
Nota: ¹ Níveis apropriados dos índices conforme proposto por Hair et al. (2014), Kline (2005), Hooper et al. (2008) e Hu e Bentler (1999).

Para a validação do modelo integrado, considerou-se como critério o valor maior que 0,90, para estabelecer os níveis apropriados dos índices GFI e NFI conforme recomendado por Hair *et al.* (2014), haja vista que não há na literatura um consenso sobre os valores aceitáveis para os índices de ajustes (Hair *et al.*, 2014; Potrich, 2014). O modelo inicial proposto para avaliar a relação dos construtos com o BEF em tempos de pandemia de Covid-19 apresentou-se satisfatório, uma vez que a razão do qui-quadrado/graus de liberdade é menor que o valor cinco, os índices CFI e TLI atingiram o valor mínimo de 0,95, os índices

GFI e NFI foram maiores que 0,90, o RMSR foi inferior a 0,08 e o RMSEA inferior a 0,06. O modelo integrado final com os coeficientes padronizados está apresentado na Figura 19.

Figura 19

Modelo Integrado Final com os coeficientes padronizados e significância das relações



Nota: *** Significativo ao nível de 1%. ¹ valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

O modelo integrado proposto foi balizado no estudo realizado por Barrafrem *et al.* (2020b) que mensura a influência da *percepção das perspectivas da situação financeira*, da *ignorância financeira* e da *educação financeira* na *perda de bem-estar financeiro*. Posto isso, o modelo foi construído relacionando os construtos mencionados anteriormente com o BEF. Ademais, com base na teoria, optou-se por incluir também uma relação entre o construto *educação financeira* e a *ignorância financeira*, conforme apresentado na Figura 19. A Tabela 28 demonstra os coeficientes padronizados e os coeficientes de regressão estimados com as respectivas significâncias das relações.

Tabela 23*Coefficientes padronizados e significância das relações do modelo integrado – Modelo final*

Relações	Coefficientes Padronizados	Significância
Ignorância ← Educação Financeira	0,408	***
BEF ← Percepção	0,343	***
BEF ← Educação Financeira	-0,072	-0,067
Decisão ← Ignorância	0,818	***
Informação ← Ignorância	0,841	***
Agregação ← Ignorância	0,765 ¹	-
Raciocínio ← Ignorância	0,305	***
BEF ← Ignorância	0,304	***
Q08 ← BEF	0,797 ¹	-
Q07 ← BEF	0,822	***
Q06 ← BEF	0,814	***
Q05 ← BEF	0,744	***
Q09 ← BEF	0,788	***
Q10 ← BEF	0,762	***
Q11 ← BEF	0,858	***
Q12 ← BEF	0,681	**
Q13 ← BEF	0,696	***
Q14 ← BEF	0,592	***
Q04 ← Percepção	0,783 ¹	-
Q03 ← Percepção	0,870	***
Q02 ← Percepção	0,603	***
Q26 ← Raciocínio	0,900	-
Q25 ← Raciocínio	0,721	***
Q24 ← Raciocínio	0,525	***
Q23 ← Agregação	0,795 ¹	-
Q22 ← Agregação	0,602	***
Q21 ← Agregação	0,341	***
Q20 ← Informação	0,826 ¹	-
Q19 ← Informação	0,879	***
Q18 ← Informação	0,837	***
Q17 ← Decisão	0,787	***
Q16 ← Decisão	0,659 ¹	-
Q15 ← Decisão	0,568	***

Nota: *** Significativo ao nível de 1%. ¹ valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Ao analisar os resultados apresentados, notou-se que todas as relações foram significativas ao nível de 1%, com exceção da relação entre o construto Educação Financeira e BEF, logo, das quatro hipóteses de pesquisa propostas, apenas três foram confirmadas. A hipótese H1 estabelece que a educação financeira impacta negativamente no construto *ignorância financeira*, pois quanto maior o nível de conhecimentos financeiros, melhor será o comportamento financeiro do indivíduo e, conseqüentemente, menor a sua ignorância

financeira, isto é, a sua tendência de ignorar e evitar decisões financeiras. Essa hipótese foi confirmada pelo estudo, e os achados estão de acordo com a pesquisa desenvolvida por Barrafreem et al (2020a), cujas evidências indicam que a ignorância financeira pode ser considerada como uma ferramenta útil na elaboração de intervenções comportamentais relacionadas à educação financeira. No entanto, não se observa um coeficiente padronizado negativo e sim positivo (0,408). Isto ocorre devido à escala invertida utilizada para mensurar o construto *ignorância financeira*, em que quanto maior a concordância dos indivíduos com as variáveis, menor o valor obtido na escala, porém, maior é o nível de ignorância financeira. Sendo assim, quanto maior o índice de educação financeira – o que representa uma maior quantidade de acertos por parte dos pesquisados – maior será a sua discordância com as variáveis utilizadas pela escala de *ignorância financeira*, conseqüentemente, menor o nível de ignorância financeira, justificando a relação positiva apresentada pelo coeficiente estimado.

A hipótese H2 indica que a educação financeira impacta positivamente o bem-estar financeiro, por promover comportamentos financeiros positivos resultando na melhora do BEF. Apesar dessa hipótese não ter sido confirmada, diretamente pelo presente estudo, cabe ressaltar o seu efeito indireto sobre o BEF, por meio da escala de *ignorância financeira*. A refutação do efeito direto do construto educação financeira sobre o BEF pode estar relacionado ao fato de que o conhecimento financeiro não é o único aspecto que pode influenciar na forma como as pessoas processam as informações e tomam as suas decisões financeiras. Outros fatores estão associados a esse processo, tais como a consciência financeira, a capacidade, atitude e habilidade financeiras (Lusardi & Mitchell, 2011), assim como as crenças em relação ao dinheiro (Klontz *et al.*, 2011) e que podem impactar conjuntamente na percepção do BEF.

Por outro lado, a confirmação do efeito indireto da educação financeira sobre o BEF corrobora com achados apresentados pela literatura, de que a educação financeira por ser caracterizada como um processo de aprendizado contínuo promovem comportamentos financeiros adequados, tais como o planejamento dos gastos e a construção da segurança financeira, resultando assim na melhora da percepção de bem-estar financeiro dos indivíduos (Pijoh *et al.*, 2020, Atkinson & Messy, 2012; Gutter & Copur, 2011; Lyons, 2008, Xiao, Shim, Barber & Lyons, 2007).

Já a hipótese H3, que estabelece a influência negativa da *ignorância financeira* sobre o *bem-estar financeiro*, também foi confirmada pelo estudo, uma vez que, ao utilizar uma escala para mensurar a influência da pandemia no BEF, quanto maior a ignorância financeira maior será a percepção de perda de BEF, explicando assim a relação positiva entre o construto

ignorância financeira e BEF apresentada pelo coeficiente padronizado (0,304). Tal resultado é similar ao encontrado por Pijoh *et al.* (2020), que, por meio de uma pesquisa transversal com funcionários de nível superior de uma indústria, evidenciaram que o comportamento financeiro de um indivíduo determina o seu nível de bem-estar financeiro. Especificamente, Barrafrem *et al.* (2020a e 2020b) identificaram que a ignorância financeira impacta diretamente no BEF, uma vez que indivíduos que apresentam comportamentos financeiros inadequados, tendem a evitar ou negligenciar a tomada de decisões financeiras relevantes, o que impacta no seu bem-estar financeiro. Estes estudos evidenciaram ainda que os indivíduos com baixos níveis de ignorância financeira relataram uma maior percepção de BEF.

Por fim, a hipótese H4 estabelece que a *percepção da situação financeira* impacta positivamente no *bem-estar financeiro* (0,343), uma vez que indivíduos com perspectivas menos pessimistas em relação à situação financeira futura tendem a relatar uma menor perda de BEF durante a pandemia de Covid-19. Esse resultado é condizente com os achados apresentados por Barrafrem *et al.* (2020b), que constataram que a pandemia de Covid-19 contribuiu para aumentar as perspectivas pessimistas em relação a situação financeira futura dos indivíduos, além destes indivíduos relatarem uma menor percepção de BEF durante a pandemia.

Em suma, em virtude da pandemia, a percepção da situação financeira futura é o construto que mais impacta no bem-estar financeiro, isto é, os respondentes com perspectivas mais pessimistas para a situação financeira futura no contexto familiar e macroeconômico tendem a perceber uma maior perda de BEF durante períodos turbulentos e estressantes como na Pandemia de Covid-19. Esse achado é ratificado por Barrafrem *et al.* (2020b) ao identificar em seu estudo que indivíduos com perspectivas mais pessimistas para a situação econômica futura, também perceberam menor bem-estar financeiro, principalmente, no contexto familiar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bem-estar financeiro pode ser definido como um estado de ser do indivíduo no qual ele consegue cumprir com os seus compromissos financeiros presentes e futuros, sentindo segurança no seu futuro financeiro (CFPB, 2015), envolvendo, portanto, aspectos objetivos, subjetivos e demográficos na mensuração do BEF. A avaliação do bem-estar é relevante para economia dos países, uma vez que envolve fatores como a formação de poupança e o comportamento financeiro de longo prazo, sendo esses atributos importantes para manter o padrão de vida presente e durante a aposentadoria. Ademais, o bem-estar financeiro está relacionado com outros aspectos da vida como a felicidade, qualidade de vida e o bem-estar geral, podendo ser impactado por eventos macroeconômicos.

Nesse contexto, a Pandemia de Covid-19 trouxe relevantes preocupações em relação à saúde pública em geral e afetou de forma significativa a economia global, em virtude da redução da produção, da renda e da demanda por bens e serviços, ocasionados por esta crise sanitária. Considerando a importância da mensuração do bem-estar financeiro para a formulação de políticas públicas principalmente em situações de adversidade econômica e financeira como as causadas pela Pandemia, esta pesquisa teve como objetivo geral verificar a influência da pandemia de Covid-19 no bem-estar financeiro dos brasileiros. Para alcançar tal objetivo e responder ao problema de pesquisa proposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: investigar as percepções presentes do bem-estar financeiro e identificar as perspectivas dos respondentes para as futuras mudanças na situação financeira familiar, nacional e mundial em tempos de pandemia de Covid-19; verificar as diferenças dos construtos *ignorância financeira*, *percepção da situação financeira*, *educação financeira* e *bem-estar financeiro* em tempos de pandemia de Covid-19 segundo os aspectos socioeconômicos e demográficos, e por fim, avaliar a relação dos construtos *ignorância financeira*, *educação financeira* e *percepção da situação financeira* com o *bem-estar financeiro*.

A partir do conteúdo abordado no referencial bibliográfico foi desenvolvido o modelo teórico e as respectivas hipóteses de pesquisas no intuito de avaliar a relação dos construtos com o BEF durante a pandemia de Covid-19. Destaca-se que como foram utilizadas adaptações das escalas apresentadas pela literatura para a mensuração da influência da pandemia sobre os construtos *BEF*; *ignorância financeira*, e na *percepção da situação financeira* aplicou-se a Análise Fatorial Confirmatória com a finalidade de validar e verificar a confiabilidade desses construtos.

Inicialmente, buscou-se apresentar o perfil da amostra identificando que a maior parte dos respondentes está localizada na região sudeste, são do sexo feminino e apresentam união estável ou são casados. A idade dos pesquisados variou entre 19 e 82 anos, sendo que aproximadamente 61% dos respondentes possuem até 43 anos. Em relação ao grau de escolaridade, constatou-se que, a maior parte da amostra apresenta ao menos o ensino superior completo. No que se refere à ocupação, observou-se uma maior frequência de funcionários públicos. Ao investigar a influência da pandemia de Covid-19 sobre a situação da renda e da reserva financeira, 56,18% da amostra relatou que a pandemia não alterou a renda mensal e a maior parte dos pesquisados informaram possuir algum tipo de reserva financeira, todavia, aproximadamente 35% destes constataram redução ou comprometimento total das suas reservas durante a pandemia.

Os achados do presente estudo indicam que a Pandemia de Covid-19 influenciou negativamente na percepção de BEF, com aumento das incertezas e inseguranças dos indivíduos em relação ao seu futuro financeiro durante o período pandêmico. Verificou-se ainda que as mulheres e os indivíduos mais vulneráveis financeiramente são os que relataram uma maior perda de BEF durante a pandemia. Enfim, os resultados apresentados corroboram com os achados da literatura, evidenciando que os choques financeiros e as situações de turbulências econômicas e financeiras causadas pela pandemia de Covid-19 resultam na perda de BEF (Vieira *et al.*, 2021c; Barrafrem *et al.*, 2020b).

Diante desse contexto, apesar desse estudo não conseguir evidenciar a relação do BEF com as medidas adotadas pelo governo federal para a manutenção da renda, em virtude da baixa participação de indivíduos que receberam o auxílio emergencial ou que estão recebendo o Auxílio Brasil, a pesquisa contribui para a literatura, por ratificar a importância da política emergencial de transferência de renda aos mais vulneráveis, com a finalidade de mitigar os impactos sociais, econômicos e financeiros ocasionados pela pandemia de Covid-19.

De maneira geral, a pesquisa contribui também por trazer evidências iniciais, sobre as tendências de evitar ou adiar aspectos relevantes do processo de tomada de decisão financeira dos indivíduos no contexto brasileiro, indicando um baixo nível de ignorância financeira. Além disso, os achados confirmarem uma relação negativa entre esse construto e as mudanças do BEF.

Este estudo inova por desenvolver um modelo teórico que analisa as relações entre os construtos *ignorância financeira*, *educação financeira*, *percepção da situação financeira* e o *bem-estar financeiro* em tempos de pandemia de Covid-19, ampliando os fatores que podem contribuir para as mudanças na percepção de BEF. Os resultados desse modelo integrado

sugerem que as perspectivas financeiras dos indivíduos em relação à situação financeira futura é o fator que mais impacta na percepção das mudanças do BEF durante a pandemia. Isto é, as pessoas mais pessimistas em relação à situação financeira familiar ou no contexto macroeconômico tendem a perceber uma maior perda de BEF. Nesse sentido, faz-se necessário a adoção de estratégias para a manutenção da situação financeira das famílias, principalmente em contextos de recessão econômica, evitando que o comprometimento do bem-estar financeiro e da qualidade de vida dos brasileiros afetem a capacidade de recuperação econômica e financeira do país.

Todavia, as contribuições do presente estudo são limitadas, uma vez que apresentam restrições no que tange à composição da amostra. Especificamente, destaca-se a dificuldade para obtenção de respostas, em virtude da baixa adesão das pessoas em pesquisas que envolvem a utilização de questionários eletrônicos associado à técnica de amostragem utilizada, limitando o acesso aos indivíduos de baixa renda ou que não possuem habilidades com dispositivos eletrônicos, e também em função do curto espaço de tempo para coleta dos dados. Ademais, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), a densidade de vínculos formais de trabalho no setor público em relação à população brasileira é de 5,18%, e considerando ainda que apenas 17,4% da população com 25 anos ou mais de idade possuem ensino superior completo (IBGE, 2019), o perfil da amostra estudada tem uma característica que não permite inferências para a população brasileira, uma vez que aproximadamente 83% dos pesquisados possuem ao menos o ensino superior completo e, ainda, 39% são servidores públicos. Tal fato pode estar associado ao método utilizado para a divulgação da pesquisa. Desta feita, cabe ressaltar que a amostra é composta por indivíduos relativamente mais bem educados financeiramente em comparação com a população do país, conforme evidências apresentadas pela literatura.

Desta forma, caso a amostra fosse composta por indivíduos de baixa renda ou que se encontram em situações de vulnerabilidade financeira, com baixo nível de educação financeira e alto nível de ignorância financeira, provavelmente seria evidenciado uma mudança mais relevante na percepção do BEF, destacando a influência negativa da pandemia sobre esse construto e uma perspectiva ainda mais pessimista desses brasileiros, conforme dados econômicos divulgados pela FEBRABAN (2022). Ainda nesse contexto, o aumento das taxas de juros e a inflação podem contribuir para a piora dessas percepções, postergando as expectativas dos brasileiros quanto à recuperação e melhora da situação financeira familiar e do país.

Acredita-se que as temáticas abordadas nessa pesquisa são relevantes para os formuladores de políticas públicas, instituições financeiras, principalmente no que se refere ao bem-estar financeiro e educação financeira, tendo em vista os impactos causados pela pandemia no cenário econômico e financeiro do país e no mundo, assim como os seus reflexos no bem-estar global, na qualidade de vida, na saúde e na percepção de felicidade dos indivíduos. Assim, iniciativas de alfabetização financeira e de gestão financeira para todos os segmentos da sociedade, bem como o desenvolvimento de políticas econômicas para a manutenção da renda e do emprego podem contribuir para melhores práticas e comportamentos financeiros dos brasileiros, gerando uma maior estabilidade financeira para esses indivíduos, mitigando os impactos causados pela redução na atividade econômica do país em período de crise sanitária e econômica financeira como a ocasionada pela pandemia de Covid-19. Tais ações podem auxiliar na redução da dependência dos indivíduos de políticas assistenciais, do nível de endividamento e de inadimplência, por meio da orientação e do incentivo a formação de poupança e constituição de reservas financeiras.

Como sugestões para futuras pesquisas destacam-se a inclusão de fatores macroeconômicos e políticos que possam influenciar na percepção do bem-estar financeiro durante a pandemia, a aplicação do modelo teórico desenvolvido por essa pesquisa em outros contextos sociais, buscando captar indivíduos com aspectos socioeconômicos diferentes dos abordados pelo presente estudo e ampliar os trabalhos sobre ignorância financeira, realizando a validação e o aprimoramento do instrumento de mensuração para o contexto brasileiro

REFERÊNCIAS

- Agência Brasília (2021). Recuperado de: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/06/23/cenario-economico-no-brasil-e-no-mundo-pos-covid-19/>
- Ali, M.; Alam, N.; Rizvi, S.A.R. (2020). Coronavirus (COVID-19) - An epidemic or pandemic for financial markets. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*. 27, 1-6. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2020.100341>
- Arber, S., Fenn, K., Meadows, R. (2014). Subjective financial well-being, income and health inequalities in mid and later life in Britain. *Social Science & Medicine*, 100, 12-20. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2013.10.016>
- Atkinson, A. & Messy, F.A. (2012). Measuring Financial Literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study. OECD Financial Education. Doi: <https://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>
- Bagozzi, R.P., Yi, Y. & Phillips, L.W. (1991), Assessing construct validity in organizational research, *Administrative Science Quarterly*, 36(3), 421-458.
- Barrafrem, K., Vastfjall, D., Tinghog, G., 2020(a). Financial Homo Ignorans: measuring vulnerability to behavioral biases in household finance. 1-42 Doi: <http://dx.doi.org/10.31234/osf.io/q43>
- Barrafrem, K., Vastfjall, D., Tinghog, G., 2020(b). Financial well-being, COVID-19, and the financial better-than-average-effect. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*. 28, 1-5. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2020.100410>
- Barrett, A. M., Hogleve, J., Bruggen, E. C.(2021). Coping With Governmental Restrictions: The Relationship Between Stay-at-Home Orders, Resilience, and Functional, Social, Mental, Physical, and Financial Well-Being. *Frontiers in Psychology*. 11, 577972. doi: 10.3389/fpsyg.2020.577972
- Bloom, D. E., Cadarette, D, Sevilla, J.P, (2018). Epidemics and economics: New and resurgent infectious diseases can have far-reaching economic repercussions. *Finance and Development*. 55 (2), 46-49. Recuperado de: <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/022/0055/002/article-A015-en.xml>
- Bruggen, E.C., Hogleve, J., Holmlund, M., Kabadayi, S., Löfgren, M., 2017. Financial well-being: A conceptualization and research agenda. *J. Bus. Res.* 79, 228-237. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.03.013>.
- Burke, J., Perez, F. (2020). Longitudinal Changes in Financial Well-Being, Financial Behaviors, and Life Events. Arce - Center for Economic and Social Research. Recuperado de: https://files.consumerfinance.gov/f/documents/cfpb_financial-well-being_burke-perez-arce_brief.pdf
- Bussab, W.O; Bolfarine, H.(2005). *Elementos de amostragem*. Edgard Blucher.

- Byrne, B. M. (2010). *Structural equation modeling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming* (2 ed). Routledge.
- Campara, J. P., Vieira, K. M., Potrich, A. C.G. (2017). Satisfação global de vida e bem-estar financeiro: desvendando a percepção de beneficiários do Programa Bolsa Família. *Revista de Adm. Pública*. 51(2), 182-200. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612156168>
- Cao W., Fang Z., Hou G., Han M., Xu X., Dong J., Zheng J. (2020). The psychological impact of the COVID-19 epidemic on college students in China. *Psychiatry Research*, 287, 1-5, doi: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.112934>.
- Chen, H. & Volpe, H. P. (1998). An analysis of personal financial literacy among college students. *Financial Services Review*. 7(2), 0–128. Doi:10.1016/s1057-0810(99)80006-7
- Chhatwani, M., Mishra, S. K. (2021). Financial fragility and financial optimism linkage during COVID-19: Does financial literacy matter? *Journal of Behavioral and Experimental Economics*. 94, 1-7. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.socec.2021.101751>
- Collins J.M., Urban C. (2019). Measuring financial well-being over the lifecourse. *The European Journal Finance*, 1-19. Doi: <https://doi.org/10.1080/1351847X.2019.1682631>
- Consumer Financial Protection Bureau (2015). *Measuring financial well-being: A guide to using the CFPB financial well-being scale*. Washington, DC: CFPB. Recuperado de https://files.consumerfinance.gov/f/201512_cfpb_financial-well-being-user-guide-scale.pdf
- Consumer Financial Protection Bureau- CFPB. (2019, novembro). Financial well-being by state. Using data from the Financial Industry Regulatory Authority Foundation 2018 National Financial Capability Study. Recuperado de: https://files.consumerfinance.gov/f/documents/201911_cfpb_fwb-state-report.pdf
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2021). Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) – maio 2021. Recuperado de <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/05/Analise-Peic-maio-2021.pdf>
- Costa, B. R. L.(2018) Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de Dados de uma Pesquisa Científica. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*. 7(1), 15-37. doi: <http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v7i1.24649>
- Decreto n. 10.661, de 26 de março de 2021 Regulamenta a Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, que institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10661.htm
- Decreto n. 10.852, de 8 de novembro de 2021 Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9

de agosto de 2021. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.852-de-8-de-novembro-de-2021-357706502>

- Delafrooz, N., & Paim, L. H. (2011). Determinants of financial wellness among Malaysia workers. *African Journal of Business Management*, 5(24), 10.092–10.100. Doi: 10.5897/AJBM10.1267
- Diniz, A. P. C., Vieira, K. M., Potrich, A. C. G., & Campara, J. P. (2015). Bem-estar financeiro: Uma análise multifatorial do comportamento maranhense. *Estudos do CEPE*, 42, 186–202. doi:10.17058/cepe.v0i42.6317
- Downing J. (2016). The health effects of the foreclosure crisis and unaffordable housing: A systematic review and explanation of evidence. *Social Science & Medicine*.162, 88-6. Recuperado de: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953616302957?via%3Dihub> Med
- Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). (setembro, 2021). Expectativas dos Consumidores. Radar FEBRABAN 2021. Recuperado de: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3306/48/pt-br/radarfebraban2021>
- Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). (março, 2022). Expectativas dos Consumidores. Radar FEBRABAN 2022. Recuperado de: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/RADAR%20FEBRABAN%20-%20EXPECTATIVA%20DOS%20CONSUMIDORES%20-%20MAR%20C3%87O%202022_nacional.pdf
- Fergusson, D. M., Horwood, L. J., & Beautrais, A. L. (1981). The measurement of family material wellbeing. *Journal of Marriage and Family*, 43(3), 715-725. Doi: <http://dx.doi.org/10.2307/351771>
- Field, A. (2009). *Discovering Statistics Using SPSS*. (3 ed.). Sage Publications.
- Fornell, C. and Larcker, D.F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing Research*, 18(2), 39-50. Recuperado de: https://www.jstor.org/stable/3151312?seq=1#metadata_info_tab_contents
- Folmer, H.; Dutta, S.; Oud,H.(2010). Determinants of rural industrial entrepreneurs farmers in West Bengal: a structural equations approach. *International Regional Science Review*. 33(4), 367-396. Doi: 10.1177/0160017610384400
- Fraga, L. S.; Vieira, K. M.; Ceretta, P. S.; Paraboni, A. L. (2016). Bem-estar financeiro: Uma Análise sob a Perspectiva da Renda. *Revista de Finanças Aplicadas*. 7(4), 2016, 1-28. Recuperado de: <http://www.financasaplicadas.net/index.php/financasaplicadas/article/view/278/pdf>
- Friedline, T., Chen, Z., Morrow, S. (2021). Families' Financial Stress & Well-Being: The Importance of the Economy and Economic Environments. *Journal of Family and Economic Issues*. 42 (1), S34–S51. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10834-020-09694-9>

- Funfgeld, B., Wang, M., (2009). Attitudes and behaviour in everyday finance: evidence from Switzerland. *Int. J. Bank Mark.* 27 (2), 108–128. Doi: <http://dx.doi.org/10.1108/02652320910935607>.
- Goodell, J.W. (2020). COVID-19 and finance: Agendas for future research. *Finance Research Letters*. 35, 101512. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.frl.2020.101512>.
- Gutter, M., & Copur, Z. (2011). Financial behaviors and financial well-being of college students: Evidence from a national survey. *Journal of Family and Economic*, 32(4), 699–714. doi:10.1007/s10834-011-9255-2
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2009). *Análise Multivariada de Dados* (6 ed.). Bookman.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2014). *Multivariate Data Analysis*. Pearson Education.
- Hecksher, M. D & Foguel, M. N. (2020) Nota Técnica 66 - Benefícios emergenciais aos trabalhadores informais e formais no brasil: estimativas das taxas de cobertura combinadas da lei nº 13.982/2020 e da medida provisória nº 936/2020.
- Hertwig, R., & Engel, C. (2016). Homo Ignorans: Deliberately Choosing Not to Know. *Perspectives on Psychological Science*, 11(3), 359-372. doi:10.1177/1745691616635594
- Hooper, D., Coughlan, J., and Mullen, M. R. (2008). Structural equation modelling: Guidelines for determining model fit. *Electronic Journal of Business Research Methods*, 6 (1): 53–60. Doi:10.21427/D7CF7R
- Hu, L.T. & Bentler, P.M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling*, 6 (1), 1-55. <https://doi.org/10.1080/10705519909540118>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. PNAD. Educação 2019. São Paulo. Recuperado de: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021). Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação. São Paulo. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - (IPEA) (2019). Atlas do Estado Brasileiro. Densidade de vínculos formais de trabalho em relação à população, por setor (1985-2019). Recuperado de: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/76>
- International Monetary Fund (IMF). (2021, july) World Economic Outlook update. Falt Lines Widen in the global recovery. Recuperado de: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/07/27/world-economic-outlook-update-july-2021#Overview>

- Joo, S. H., & Grable, J. E. (2004). An exploratory framework of the determinants of financial satisfaction. *Journal of Family and Economic Issues*, 25(1), 25–50. doi: 10.1023/B:JEEL.0000016722.37994.9f
- Joo, S. (2008). Personal financial wellness. In J. J. Xiao, & J. J. Xiao (Eds.), *Handbook of consumer finance research*. New York, NY, US: Springer Science Business Media.
- Kahneman, D., & Deaton, A. (2010). High income improves evaluation of life but not emotional well-being. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 107(38), 16489–16493. doi:10.1073/pnas.1011492107
- Kline, R. B. (2005). *Principles and practice of structural equation modeling* (3rd ed.). New York: The Guilford Press.
- Klontz, B.; Britt, S. L.; Mentzer, J. (2011). Money beliefs and financial behaviors: Development of the Klontz Money Script Inventory. *Journal of Financial Therapy*, 2(1), 1-22. Doi: <https://doi.org/10.4148/jft.v2i1.451>
- Kunkel, F. I. R. (2014). *Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: Uma análise multifatorial* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil). Recuperado de: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4701/KUNKEL%2c%20FRANCIELE%20INES%20REIS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Kunkel, F. I. R., Vieira, K. M., & Potrich, A. C. G. (2015). Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: Uma análise multifatores. *Revista de Administração*, 50, 169–182. doi: 10.5700/rausp1192
- Leach, L. J., Hayhoe, C. R., & Turner, P. R. (1999). Factors affecting perceived economic well-being of college students: A gender perspective. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 10(2), 11–24.
- Lei n. 13.982, de 02 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>
- Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020. Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nos 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.999-de-18-de-maio-de-2020-257394467>
- Lei n. 14.020, de 06 de julho de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do

coronavírus. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm

Lusardi, A., Mitchell, O.S., 2008. Planning and financial literacy: How do women fare? *Amer. Econ. Rev.* 98 (2), 413–417. Doi: <http://dx.doi.org/10.1257/aer.98.2.413>

Lusardi, A., Mitchell, O. S., & Curto, V. (2010). Financial literacy among the young. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 358–380. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01173.x>

Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011). Financial literacy and retirement planning in the United States. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10(4), 509-525. Doi: <https://doi.org/10.1017/S147474721100045X>

Lyons, A. C. (2008). Risky credit card behavior of college students. In J. J. Xiao (Ed.), *Handbook of Consumer Finance Research*, 185–208, doi:10.1007/978-0-387-75734-6_11

Mahendru, M. (2020). Financial well-being for a sustainable society: a road less travelled. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*. 1-22. Doi: 10.1108/QROM-03-2020-1910

Martins, G. A.; Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. (3a ed). São Paulo: Atlas.

Magalhães, Y. S. G. (2021). Uma análise do comportamento financeiro de estudantes de administração de uma Instituição Pública de Ensino durante a pandemia da Covid-19. (Dissertação de Mestrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. João Pessoa, Paraíba. Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/1478/1/Yanessa%20Sthefanny%20Guedes%20Magalh%C3%A3es%20-%20Uma%20an%C3%A1lise%20do%20comportamento%20financeiro..pdf>

Medida Provisória n. 1.045, de 27 de abril de 2021 Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308>

Medida Provisória n. 1.061, de 09 de agosto de 2021 Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>

Ministério da Cidadania (2021, março). Conheça o Auxílio Emergencial 2021. Recuperado de: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/informe-gestores/informe-gestores/conheca-o-auxilio-emergencial-2021>

Ministério da Saúde. (2022, março). Painel Coronavirus. Recuperado de: <https://covid.saude.gov.br/>.

- Netemeyer, R.G., Warmath, D., Fernandes, D., Lynch, Jr., J.G., (2018). How am I doing? Perceived financial well-being, its potential antecedents, and its relation to overall well-being. *Journal of Consumer Research*, 45(1), 68–89. doi: <http://dx.doi.org/10.1093/jcr/ucx109>.
- Norvilitis, J. M.; Szablicki, P. B.; Wilson, S. D. (2003). Factors influencing levels of credit-card debt in college students. *Journal of Applied Social Psychology*, 33(5), 935-947. doi: 10.1111/j.1559-1816.2003.tb01932.x
- Norvilitis, J. M., Merwin, M. M., Osberg, T. M., Roehling, P. V., Young, P., & Kamas, M. M. (2006). Personality factors, money attitudes, financial knowledge, and credit-card debt in college students. *Journal of Applied Social Psychology*, 36(6), 1395-1413. doi: 10.1111/j.0021-9029.2006.00065.x
- O'Neill, B., Sorhaindo, B., Xiao, J. J., & Garman, E. T. (2005). Financially distressed consumers: Their financial practices, financial well-being, and health. *Financial Counseling and Planning*, 16(1), 73–87. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/256060226_Financially_Distressed_Consumers_Their_Financial_Practices_Financial_Well-Being_and_Health
- Organization for Economic Co-operation and Development - OECD (2005). Improving financial literacy: analysis of issues and policies. OECD Centre: Paris, France. Recuperado de: https://read.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/improving-financial-literacy_9789264012578-en#page6
- Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento. (2011). Measuring Financial Literacy: Core Questionnaire in Measuring Financial Literacy, Questionnaire and Guidance Notes for conducting na Internationally Comparable Survey of Financial literacy. OECD Centre: Paris, France. Recuperado de: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/49319977.pdf>
- Organization for Economic Co-operation and Development - OECD (2020). *Coronavirus (COVID-19): SME policy responses*. Recuperado de <http://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/coronavirus-covid-19-sme-policyresponses-04440101/>
- Organization for Economic Co-operation and Development - OECD (2021). OECD Economic Outlook. Recuperado de <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/a321e0c1-en.pdf?expires=1629070308&id=id&accname=guest&checksum=7A77F2DDC4FA1978FD72AE47C4ED497C>
- Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. (2021). Folha Informativa sobre a Covid-19. Recuperado de: <https://www.paho.org/pt/covid19>
- Penn D.A. (2009). Financial Well-Being in an Urban Area: An Application of Multiple Imputation. *Applied Economics*, 41, 1-28. Doi: <https://doi.org/10.1080/00036840701367507>

- Pestana, M.H.; Gageiro, J.N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. (5. ed.). Lisboa.
- Pijoh, L.F.A., Indradewa, R., Syah, T.Y. (2020). Financial Literacy, Financial Behaviour and Financial Anxiety: Implication for Financial Well Being of Top Management Level Employees. *Science, Engineering and Social Science Series*. 4(6), 381-386. Recuperado de: <http://www.kemalapublisher.com/index.php/JoMA/article/view/499/509>
- Plagnol, A. C. (2011). Financial satisfaction over the life course: The influence of assets and liabilities. *Journal of Economic Psychology*, 32(1), 45-64. Recuperado de: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0167487010001170>
- Ponchio, M.C., Cordeiro, R.A, Gonçalves, V.N.(2020). Validação da escala de Perceived Financial Well-Being no contexto brasileiro. *Revista Interdisciplinar de Marketing*. 10(1), 17-26. Doi: 10.4025/rimar.v10i1.45854
- Portal da Transparência do Governo Federal (2022). Detalhamento dos Benefícios ao Cidadão. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F02%2F2022&ate=28%2F02%2F2022&tipoBeneficio=6&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2ClinguagemCidade%2CmesAno%2Cuf%2Cmunicipio%2Cvalor>
- Porter, N. M. (1990). Testing a model of financial wellbeing. *Financial Counseling and Planning*, 4, 135-164. Recuperado de: https://vtechworks.lib.vt.edu/bitstream/handle/10919/39899/LD5655.V856_1990.P678.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Porter, N. M., & Garman, E. T. (1993). Testing a conceptual model of financial well-being. *Financial Counseling and Planning*, 4, 135-164. Recuperado de: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.379.6832&rep=rep1&type=pdf>
- Potrich, A.C.P. (2014). *Alfabetização financeira: integrando conhecimento, atitude e comportamentos financeiros*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4672/POTRICH%2C%20ANI%20CAROLINE%20GRIGION.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Potrich, A.C.P., Vieira, K.M. & Ceretta, P. S. (2013). Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? *RECADM - Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 12(3), 1-20. DOI: <https://doi.org/10.5329/RECADM.2013025>
- Potrich, A.C.P., Vieira, K.M. & Kirch, G. (2018). How well do women do when it comes to financial literacy? Proposition of an indicator and analysis of gender differences. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 7(1), 28-41. <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2017.12.005>
- Prawitz, A., Garman, E. T., Sorhaindo, B., O'Neill, B., Kim, J., & Drentea, P. (2006). Incharge financial distress/financial well-being scale: Development, administration, and

- score interpretation. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 17(1), 34–50. doi:10.1037/t60365-000
- Santos, D. B., Mendes-Da-Silva, W., Flores, E., Norvilitis, J. M. (2016). Predictors of credit card use and perceived financial well-being in female college students: a Brazil-United States comparative study. *International Journal of Consumer Studies*. 40, 133-142. doi: 10.1111/ijcs.12234
- Santos, M. C. M. Gouveia Junior, A., Oliveira, P. R. M, Melo, D. R. A., Souza, W. A. R. S. (2014). A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública*, 48(6), 1381-1405. doi: <https://doi.org/10.1590/0034-76121663>
- Schaefer, B. M., Resende, R. C., Epitácio, S. S. F., Aleixo, M. T. (2020). Ações governamentais contra o novo coronavírus: evidências dos estados brasileiros. *Revista de Administração Pública*. 54(5), 1429-1445. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200503>
- Shim S., Xiao J.J., Barber B.L., Lyons A.C.(2009). Pathways to life success: a conceptual model of financial well-being for young adults. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 30 (6), 708-723. doi:10.1016/j.appdev.2009.02.
- Silva, J. G., Silva, N., O. S. & Cunha, A. R. C. Educação Financeira de Servidores Públicos: Hábitos de Consumo, Investimento e Percepção de Risco. *Revista Evidenciação Científica Contábil e Finanças*. 5(2), 104-120. Doi:10.18405/recfin20170207
- Sorgente, A., & Lanz, M. (2019). The multidimensional subjective financial well-being scale for emerging adults: Development and validation studies. *International Journal of Behavioral Development*, 43(5), 466-478. Doi: <https://doi.org/10.1177/0165025419851859>
- Stromback, C., Lind, T., Skagerlund, K., Vastfjall, D., Tinghog, G., (2017). Does selfcontrol predict financial behavior and financial well-being? *J. Behav. Exp. Finance* 14, 30–38. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jbef.2017.04.002>.
- Sweeny, K., Melnyk, D., Miller, W., & Shepperd, JA (2010). Information Avoidance: Who, What, When, and Why. *Review of General Psychology*, 14(4), 340-353. Doi:10.1037/a0021288
- Taft, M.K., Hosein, Z.Z., Mehrizi, S.M.T., & Roshan, A. (2013). The relation between financial literacy, financial wellbeing and financial concerns. *International Journal of Business and Management*, 8(4), 63-75. Doi: 10.5539/ijbm.v8n11p63
- Valentini, F.; Damásio, B. F. (2016). *Variância Média Extraída e Confiabilidade Composta: Indicadores de Precisão. Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(2), Doi:10.1590/0102-3772e322225
- Vieira, K.M, Fraga, L.S, Valcanover, V. M., Cattelan, V. D, Flores, S. A. M, & Campara, J. P. (2016a). De onde vem o bem-estar financeiro?: Análise dos Fatores Comportamentais, do Gerenciamento Financeiro e da Renda. *Teoria e Prática Em Administração*, 6(2), 136–171. doi: <https://doi.org/10.21714/2238-104x2016v6i2-28730>

- Vieira, K. M., Kunkel, F. R., Campara, J. P., Paraboni, A. L. (2016b). Alfabetização financeira dos jovens universitários Rio-Grandenses. *DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle*, 5(1), 107-130. doi: <http://dx.doi.org/10.18316/2316-5537.16.17>
- Vieira, K., Klein, L. L., Bressan, A. A., Pereira, B. A. D., Marzzoni, D. N. S., Guasch, F. S. B. R. (2021a). Perda de Bem-estar financeiro na pandemia Covid-19: evidências preliminares de um Websurvey. doi:10.17765/2176-9206.2021v14n4e9020
- Vieira, K. M., Bressan, A. A., & Fraga, L. S. (2021b). Bem-estar financeiro dos beneficiários do Minha Casa Minha Vida: Percepção e antecedentes. *Revista de Administração Mackenzie*, 22(2), 1–40. doi:10.1590/1678-6971/eRAMG210115
- Vieira, K. M., Potrich, A. C. G., Bressan, A. A., & Klein, L. L. (2021c). Loss of financial well-being in the COVID-19 pandemic: Does job stability make a difference?. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*. 31, 1-12. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2021.100554>
- Vlaev, I., Elliott, A. Financial Well-Being Components. *Soc Indic Res* 118, 1103–1123 (2014). <https://doi.org/10.1007/s11205-013-0462-0>
- Xiao, J. J., Sorhaindo, B., & Garman, E. T. (2006). Financial behaviors of consumers in credit counseling. *International Journal of Consumer Studies*, 30(2), 108–121. doi:10.1111/j.1470-6431.2005.00455.x
- Xiao, J. J., Tang, C. & Shim, S. (2008). Acting for Happiness: Financial Behavior and Life Satisfaction of College Students. *Social Indicators Research*., 92(1), 53-68. doi: 10.1007/s11205-008-9288-6

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa, “A influência da pandemia de covid-19 na percepção do bem-estar financeiro”. Meu nome é Camila Viana Brasil, sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e a pesquisa é orientada pelo Professor Doutor Aureliano Angel Bressan.

Os objetivos dessa pesquisa são: verificar a influência da pandemia de Covid-19 no bem-estar financeiro dos brasileiros e investigar as perspectivas futuras dos indivíduos em relação à situação financeira familiar, do país e do mundo em períodos de pandemia. Para esta pesquisa será adotado como procedimento a aplicação de questionários, contendo perguntas objetivas, distribuídas em 5 blocos de questões. Caso aceite o convite em participar da pesquisa, você deverá responder ao questionário, assinalando apenas uma resposta para cada questão, de acordo com a sua percepção em relação ao seu bem-estar financeiro, as tendências do comportamento financeiro, educação financeira, situação financeira e por fim, deverá responder as questões destinadas à identificação dos aspectos socioeconômicos e demográficos. Ressaltamos que, o questionário foi configurado com salvamento automático e, portanto, as respostas preenchidas não serão perdidas, podendo o preenchimento ser retomado posteriormente. Não é necessário registrar o seu nome e o tempo estimado de resposta é de 10 minutos. As respostas serão baixadas e arquivadas em formato de planilha do Excel e ficarão armazenadas, durante o período de 5 anos, em uma pasta específica da pesquisa, em um computador ao qual somente eu e o meu orientador teremos acesso.

Os possíveis riscos envolvidos na sua participação são desconforto ou constrangimento ao responder o questionário e na exposição de suas percepções. Portanto, para minimizar tais riscos, será utilizada a plataforma eletrônica *Google Forms*, para obtenção das respostas sem a identificação dos usuários, garantindo assim a sua privacidade. Além disso, se ao responder o questionário você se sentir desconfortável com algumas questões, poderá desistir da participação, sem qualquer penalidade. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e os resultados não serão divulgados em nível individual, apenas de forma agregada e sem identificação dos respondentes.

Você não terá qualquer tipo de despesa para participar dessa pesquisa e não receberá remuneração por sua participação. A sua participação não trará benefícios individuais, mas poderá contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que possam melhorar o bem-estar financeiro da população, impactando indiretamente na sua percepção de bem-estar.

Uma via deste termo de consentimento estará disponível para download no link encaminhado juntamente com o questionário. Após o término do preenchimento, pedimos gentileza, compartilhar o link do questionário com outras 3 pessoas de sua rede social, maiores de 18 anos. Em caso de dúvidas e maiores esclarecimentos a respeito desta pesquisa você poderá consultar a mestranda Camila Viana Brasil ou o professor Aureliano Angel Bressan por meio dos endereços e telefone a seguir:

Pesquisadores responsáveis:
Aureliano Angel Bressan (Belo Horizonte)

Camila Viana Brasil (Belo Horizonte) – vianabrasil02@gmail.com

Departamento de Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sala 2024. Campos Pampulha. Av. Antônio Carlos, 6627. CEP 31270-901. Telefone: (31) 3409-7060.

Em caso de dúvidas a respeito da ética dessa pesquisa, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, conforme endereço a seguir:

Comitê de Ética e Pesquisa: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG. CEP 31270-901. Telefone (31)3409-4592.

Apêndice B – Instrumento de Coleta de Dados

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que compreendi os objetivos e os procedimentos de como esta pesquisa será realizada, bem como os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa “A influência da pandemia de covid-19 na percepção do bem-estar financeiro”.

Marcar apenas uma opção.

- Sim
- Não

Percepção da situação financeira antes da pandemia e as Perspectivas Futuras

01. Como era a situação financeira da sua família, antes da pandemia de COVID-19, em comparação com o que é hoje?

Marcar apenas uma opção.

- Era muito pior do que hoje
- Era um pouco pior do que hoje
- Era igual
- Era um pouco melhor do que hoje
- Era muito melhor do que hoje

02. Como você acha que a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira da sua família daqui a seis meses, em comparação com o que é hoje?

Marcar apenas uma opção.

- Vai ser muito pior do que hoje
- Vai ser um pouco pior do que hoje
- Vai ser igual
- Vai ser um pouco melhor do que hoje
- Vai ser muito melhor do que hoje

03. Como você acha que a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira do seu país daqui a seis meses em comparação com o que é hoje?

Marcar apenas uma opção.

- Vai ser muito pior do que hoje
- Vai ser um pouco pior do que hoje
- Vai ser igual
- Vai ser um pouco melhor do que hoje
- Vai ser muito melhor do que hoje

04. Como você acha que a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira do mundo daqui a seis meses em relação ao que é hoje?

Marcar apenas uma opção.

- Vai ser muito pior do que hoje
- Vai ser um pouco pior do que hoje
- Vai ser igual
- Vai ser um pouco melhor do que hoje
- Vai ser muito melhor do que hoje

A percepção de bem-estar financeiro durante a pandemia de Covid-19

O bem-estar financeiro consiste na capacidade do indivíduo de cumprir com as suas obrigações financeiras atuais e futuras, sentindo segurança no seu futuro financeiro, o que possibilita fazer escolhas que lhe permitam aproveitar a vida.

As questões a seguir visam mensurar a percepção do seu bem-estar financeiro durante o período da pandemia de Covid-19.

05. A percepção que eu estou me tornando financeiramente seguro durante a pandemia:

Marcar apenas uma opção.

- 1. Piorou muito
- 2. Piorou
- 3. Permanece igual
- 4. Melhorou
- 5. Melhorou muito

06. Durante a pandemia a percepção que eu estou garantindo meu futuro financeiro:

Marcar apenas uma opção.

- 1. Piorou muito
- 2. Piorou
- 3. Permanece igual
- 4. Melhorou
- 5. Melhorou muito

07. Durante a pandemia a percepção que eu alcançarei os objetivos financeiros que estabeleci para mim:

Marcar apenas uma opção.

- 1. Piorou muito
- 2. Piorou
- 3. Permanece igual
- 4. Melhorou
- 5. Melhorou muito

08. Durante a pandemia a percepção que eu economizei (ou serei capaz de economizar) dinheiro suficiente para durar até o final da minha vida:

Marcar apenas uma opção.

- 1. Piorou muito
- 2. Piorou
- 3. Permanece igual
- 4. Melhorou

5. Melhorou muito

09. Durante a pandemia a percepção que eu estarei financeiramente seguro até o final da minha vida:

Marcar apenas uma opção

- 1. Piorou muito
- 2. Piorou
- 3. Permanece igual
- 4. Melhorou
- 5. Melhorou muito

10. Durante a pandemia a percepção de que por causa da minha situação financeira, eu nunca terei as coisas que quero na vida:

Marcar apenas uma opção.

- 1. Piorou muito
- 2. Piorou
- 3. Permanece igual
- 4. Melhorou
- 5. Melhorou muito

11. Durante a pandemia a percepção de que a minha habilidade para manter em dia a minha vida financeira:

Marcar apenas uma opção.

- 1. Piorou muito
- 2. Piorou
- 3. Permanece igual
- 4. Melhorou
- 5. Melhorou muito

12. Durante a pandemia a percepção que as minhas finanças controlam minha vida.

Marcar apenas uma opção.

- 1. Piorou muito
- 2. Piorou
- 3. Permanece igual
- 4. Melhorou
- 5. Melhorou muito

13. Durante a pandemia a percepção que eu posso lidar com algo inesperado que atrapalhe o controle sobre a minha vida financeira.

Marcar apenas uma opção.

- 1. Piorou muito
- 2. Piorou
- 3. Permanece igual
- 4. Melhorou
- 5. Melhorou muito

14. Durante a pandemia a percepção que não consigo aproveitar a vida porque me preocupo demais com dinheiro.

Marcar apenas uma opção.

- 1. Piorou muito
- 2. Piorou
- 3. Permanece igual
- 4. Melhorou
- 5. Melhorou muito

Mensuração das Tendências do Comportamento Financeiro

Os indivíduos podem apresentar diferenças em seu comportamento financeiro envolvendo, por exemplo, tendências de evitar ou adiar aspectos relevantes do processo de tomada de decisão financeira; não ter conhecimento sobre a sua situação financeira; negligenciar os custos de empréstimos pessoais, entre outros. Essas tendências comportamentais podem impactar no seu bem-estar financeiro.

As questões desse bloco possibilitam mensurar a vulnerabilidade do comportamento financeiro, portanto, você deve escolher qual melhor alternativa de resposta para as afirmativas apresentadas a seguir.

15. Costumo adiar as decisões sobre minha situação financeira futura.

Marcar apenas uma opção.

- 1. Concordo Totalmente
- 2. Concordo
- 3. Não concordo nem discordo
- 4. Discordo
- 5. Discordo Totalmente

16. Evito tomar decisões sobre minha situação financeira atual.

Marcar apenas uma opção.

- 1. Concordo Totalmente
- 2. Concordo
- 3. Não concordo nem discordo
- 4. Discordo
- 5. Discordo Totalmente

17. Tomar decisões financeiras consome tempo e esforço, então geralmente não tomo decisões planejadas.

Marcar apenas uma opção.

- 1. Concordo Totalmente
- 2. Concordo
- 3. Não concordo nem discordo
- 4. Discordo
- 5. Discordo Totalmente

18. Prefiro não saber quanto gastei no mês passado.
Marcar apenas uma opção.

- 1. Concordo Totalmente
- 2. Concordo
- 3. Não concordo nem discordo
- 4. Discordo
- 5. Discordo Totalmente

19. Prefiro não saber a situação de minhas dívidas.
Marcar apenas uma opção.

- 1. Concordo Totalmente
- 2. Concordo
- 3. Não concordo nem discordo
- 4. Discordo
- 5. Discordo Totalmente

20. Quando se trata de administrar minhas próprias finanças, a minha ignorância me conforta.
Marcar apenas uma opção.

- 1. Concordo Totalmente
- 2. Concordo
- 3. Não concordo nem discordo
- 4. Discordo
- 5. Discordo Totalmente

21. Quando faço compras maiores (por exemplo, eletrodomésticos, TV, viagens de férias, etc.), opto por pagar em prestações.
Marcar apenas uma opção.

- 1. Concordo Totalmente
- 2. Concordo
- 3. Não concordo nem discordo
- 4. Discordo
- 5. Discordo Totalmente

22. Muitas vezes fico surpreso com a quantidade de dinheiro que gastei.
Marcar apenas uma opção.

- 1. Concordo Totalmente
- 2. Concordo
- 3. Não concordo nem discordo
- 4. Discordo
- 5. Discordo Totalmente

23. Quando algo custa menos do que eu esperava, geralmente gasto a diferença em algo não planejado.
Marcar apenas uma opção.

- 1. Concordo Totalmente
- 2. Concordo
- 3. Não concordo nem discordo
- 4. Discordo
- 5. Discordo Totalmente

24. Acho que as pessoas que discordam da minha opinião sobre como administrar o dinheiro são tolas.

Marcar apenas uma opção.

- 1. Concordo Totalmente
- 2. Concordo
- 3. Não concordo nem discordo
- 4. Discordo
- 5. Discordo Totalmente

25. Paro de seguir pessoas nas redes sociais que não compartilham com as minhas opiniões sobre como gastar dinheiro.

Marcar apenas uma opção.

- 1. Concordo Totalmente
- 2. Concordo
- 3. Não concordo nem discordo
- 4. Discordo
- 5. Discordo Totalmente

26. Não gosto de pessoas que não compartilham das mesmas opiniões que eu sobre questões financeiras.

Marcar apenas uma opção.

- 1. Concordo Totalmente
- 2. Concordo
- 3. Não concordo nem discordo
- 4. Discordo
- 5. Discordo Totalmente

Mensuração da Educação Financeira

A educação financeira refere-se ao processo de aquisição de conhecimentos financeiros importantes para que as pessoas desenvolvam a capacidade de gerir as suas finanças. As próximas questões permitem mensurar o nível de educação financeira.

27. Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta de poupança e a taxa de juros seja de 2% ao ano. Após 5 anos, quanto você acha que teria na conta se deixasse o dinheiro render?.

Marcar apenas uma opção.

- 1. Mais que R\$ 102,00
- 2. Exatamente R\$ 102,00
- 3. Menos que R\$ 102,00
- 4. Não sei

28. Imagine que a taxa de juros de sua conta poupança fosse de 1% ao ano e a inflação de 2% ao ano. Após 1 ano, com o dinheiro desta conta, você seria capaz de comprar ...

Marcar apenas uma opção.

- 1. Menos do que hoje
- 2. Mais do que hoje
- 3. Exatamente o mesmo de hoje
- 4. Não sei

29. Você acha que a seguinte afirmação é verdadeira ou falsa? “Comprar ações de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro do que um fundo mútuo de ações”.

Marcar apenas uma opção.

- 1. Falso
- 2. Verdadeiro
- 3. Não sei

Aspectos Socioeconômicos e Demográficos

30. Qual a sua região de localização?

Marcar apenas uma opção.

- 1. Norte
- 2. Nordeste
- 3. Centro-Oeste
- 4. Sul
- 5. Sudeste

31. Qual o seu sexo?

Marcar apenas uma opção.

- 0. Masculino
- 1. Feminino
- 2. Prefiro não responder

32. Quantos anos você tem?

33. Qual o seu Estado Civil?

Marcar apenas uma opção.

- 1. Solteiro(a)
- 2. Casado(a)/ União Estável
- 3. Divorciado(a)/Separado(a)
- 4. Viúvo(a)
- 5. Outros

34. Qual o a sua escolaridade?

Marcar apenas uma opção.

- 1. Ensino Fundamental Incompleto
- 2. Ensino Fundamental Completo
- 3. Ensino Médio Incompleto
- 4. Ensino Médio Completo
- 5. Ensino Superior Incompleto
- 6. Ensino Superior Completo
- 7. Pós-Graduação Incompleta
- 8. Pós-Graduação Completa
- 9. Outros

35. Qual a sua Ocupação?

Marcar apenas uma opção.

- 1. Estudante
- 2. Assalariado(a)
- 3. Funcionário(a) Público(a)
- 4. Autônomo(a)
- 5. Empresário(a)
- 6. Aposentado(a)
- 7. Desempregado(a)
- 8. Outros

36. Qual a sua renda mensal bruta?

Marcar apenas uma opção.

- 0. Não possuo renda própria
- 1. Até R\$ 1.100,00
- 2. Entre R\$ 1.100,01 e R\$ 2.200,00
- 3. Entre R\$ 2.200,01 e R\$ 3.300,00
- 4. Entre R\$ 3.300,01 e R\$ 4.400,00
- 5. Entre R\$ 4.400,01 e R\$ 5.500,00
- 6. Entre R\$ 5.500,01 e R\$ 6.600,00
- 7. Acima de R\$ 6.600,00

37. O que aconteceu com a sua renda durante a pandemia de Covid-19?

Marcar apenas uma opção.

- 1. A minha renda aumentou
- 2. A minha renda permaneceu a mesma
- 3. A minha renda teve uma redução inferior a 25%
- 4. A minha renda teve uma diminuição de 25 a 50%
- 5. A minha renda teve uma diminuição de 51 a 75%
- 6. Perdi totalmente a minha renda e estou dependendo de ajuda de amigos e familiares
- 7. Perdi totalmente a minha renda e estou dependendo do auxílio emergencial
- 8. Perdi totalmente a minha renda e não estou recebendo nenhuma ajuda.

38. Antes da pandemia você tinha alguma reserva financeira (poupança ou algum tipo de investimento)?

Marcar apenas uma opção.

- 0.Não
- 1.Sim

39. Caso a resposta anterior seja sim.

O que aconteceu com a sua reserva financeira durante o período da Pandemia de Covid-19?

Marcar apenas uma opção.

- 1.A minha reserva financeira permanece a mesma
- 2.A minha reserva financeira aumentou
- 3.A minha reserva financeira diminuiu
- 4.Eu não tenho mais reserva financeira, utilizei todo o recurso.

Apêndice C – Frequência e percentual válido para a percepção da situação financeira antes da pandemia e as Perspectivas Futuras

Questões	Alternativas	Frequência	Percentual
1. Como era a situação financeira da sua família, antes da pandemia de COVID-19, em comparação com o que é hoje?	Era muito melhor do que hoje	70	11,84%
	Era um pouco melhor do que hoje	259	43,82%
	Era igual	212	35,87%
	Era um pouco pior do que hoje	45	7,62%
	Era muito pior do que hoje	5	0,85%
2. Como você acha que a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira de sua casa daqui a seis meses, em comparação com o que é hoje?	Vai ser muito pior do que hoje	33	5,58%
	Vai ser um pouco pior do que hoje	215	36,38%
	Vai ser igual	229	38,75%
	Vai ser um pouco melhor do que hoje	98	16,58%
	Vai ser muito melhor do que hoje	16	2,71%
3. Como você acha que a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira do seu país daqui a seis meses, em comparação com o que é hoje?	Vai ser muito pior do que hoje	223	37,73%
	Vai ser pior do que hoje	210	35,54%
	Vai ser igual	74	12,52%
	Vai ser um pouco melhor do que hoje	75	12,69%
	Vai ser muito melhor do que hoje	9	1,52%
4. Como você acha que a pandemia de COVID-19 terá afetado a situação financeira do mundo daqui a seis meses em relação ao que é hoje?	Vai ser muito pior do que hoje	205	34,69%
	Vai ser um pouco pior do que hoje	246	41,62%
	Vai ser igual	46	7,78%
	Vai ser um pouco melhor do que hoje	86	14,55%
	Vai ser muito melhor do que hoje	8	1,35%